



nº. 46, 2º sem./ 2020



revista

Vernáculo

Revista Vernáculo

Número 46, 2º sem/2020

Edição do Número

Hilton Costa

Montagem

Alysson de Avila Costa
Hilton Costa

Capa

Ana Paula Bellenzier

Crédito da imagem

Imagens: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Flora_Tristan_par_Jules_Laure.jpg

Desenho de Olivier Merle retirado do quadrinho: Le destin tourmenté de Flora Tristan. Editora: Kang Yatse Eds, 2018 ISBN 2952418101



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional.

ISSN 2317-4021

<http://www.ser.ufpr.br/vernaculo>

Corpo Editorial

Alysson de Avila Costa, Ana Paula Bellenzier, André Akamine Ribas, Brenda Yasmin Degger, Cicely Assis Machado Salamunes, Francielle de Souza, Hilton Costa, Isabela Brasil Magno, Leonardo Brandão Barleta, Letícia Ruoso Wehmuth

Conselho Consultivo

Allan de Paula Oliveira (UNESPAR-PR)	Caue Kruger (PUC-PR)	Lennita Oliveira Ruggi (UFPR)
Andréa Carla Doré (UFPR)	Diogo da Silva Roiz (UEMS)	Lorena A. de Muniagurria (USP)
André Akamine Ribas (UFPR)	Elaine Cristina Senko (UNIOESTE)	Márcio Antonio Both da Silva (UNIOESTE-PR)
André Luiz Cavazzani (UNINTER)	Erivan Cassiano Karvat (UEPG-PR)	Marcos Luís Ehrhardt (UNIOESTE-PR)
Artur Henrique Franco Barcelos (FURG)	Fernando Felizardo Nicolazzi (UFRGS)	Martha Daisson Hameister (UFPR)
Bruno de Macedo Zorek (The Lemann Center for Brazilian Studies - University of Illinois Urbana-Champaign (LCBS - UIUC))	Fagner Carniel (UEM-PR)	Milton Stanczyk Filho (UNIOESTE-PR)
Camila Jansen de Mello de Santana (UEPG-PR)	Gabriel Santos Berute (UNISINOS)	Rachel dos Santos Marques (IFFAR)
Carlos E. Suprinyak (UFMG)	Jonas Moreira Vargas (UFPEL)	Rafael Faraco Benthien (UFPR)
	Jonas Wilson Pegoraro (UnB)	Rodrigo Turin (UNIRIO-RJ)
	Joseli Mendonça (UFPR)	Tiago Luis Gil (UnB)

ISSN 2317-4021

<http://www.ser.ufpr.br/vernaculo>

Sumário

Editorial: Revista Vernáculo 20 anos

Hilton Costa

André Akamine Ribas..... 5

Dossiê: História(s) e trajetória de intelectuais

História(s) e trajetória de intelectuais: apresentação ao dossiê

Historie(s) and trajectories of intellectuals: a dossier's preface

Ana Carolina de Azevedo Guedes

Edson Silva de Lima

Evander Ruthieri da Silva

Maycon da Silva Tannis..... 7

Liberdade e sujeição, o sistema patriarcal sob o olhar de Flora Tristan (1803-1844).

Freedom and subjection, the patriarchal system under Flora Tristan's gaze

Laís Manoela de Medeiros Souza 11

Um “homem de letras” no Brasil oitocentista: Joaquim Norberto de Sousa e Silva entre História e Literatura

A “man of letters” in Brazil in the nineteenth century: Joaquim Norberto de Sousa and Silva between history and literature

Janaina Borgonha Santana 23

O Mefistófeles do Iluminismo: a Primeira Guerra Mundial como ressignificadora da concepção moderna de História nos ensaios de Bertrand Russell

The Mephistopheles of the Enlightenment: The First World War as a reframe of the modern conception of history in Bertrand Russell's essays

Marlon Ferreira dos Reis 40

Antonio Carlos Pacheco e Silva: trajetória histórica e intelectualidade médica paulistana

Antonio Carlos Pacheco e Silva: historical trajectory and medical intellectuality in São Paulo

Lucciano Franco de Lira Siqueira

Thayná Alves Rocha..... 57

Intelectuais pela leitura de textos jornalísticos: a campanha de aperfeiçoamento e difusão do Ensino Secundário (1953-1969)

Fabiana Teixeira da Rosa

George Fredman Santos Oliveira

Maria das Dores Daros..... 74

O campo intelectual como espaço de ritualização do poder: IHGRN, historiografia e saber (1945-1971)

The intellectual field as a space for the ritualization of power: IHGRN, historiography and knowledge (1945-1971)

Ledson Marcos Silva..... 90

Dos palcos teatrais às ondas do rádio: Um breve panorama da trajetória artística de Oduvaldo Vianna

From theatrical stages to radio waves: a brief overview of Oduvaldo Vianna's artistic trajectory

Isabella Santos Pinheiro 105

Artigos

A atuação do "cientista-celebridade" – um olhar sobre a tradição intelectual de Carl Sagan

The role of the "celebrity scientist" - a look at the Carl Sagan's intellectual tradition

Alice F. Freyesleben 117

O uso de Histórias em Quadrinhos para o Ensino de História e Geografia

The use of comics for Teaching History and Geography

Flávia Jocowski Ravanello 134

Editorial: Revista Vernáculo 20 anos

Hilton Costa¹

André Akamine Ribas²

No mês de janeiro do já distante ano 2000, que findava o século XX, vinha a lume o primeiro número da *Revista Vernáculo*. Empreendimento ousado gestado, em grande medida no ano anterior, 1999, pois à época eram raros os periódicos dedicados a graduação. Vinte anos depois este espírito permanece ser um espaço aberto à graduação, a graduação em Ciências Humanas, para que as alunas e os alunos publiquem seus primeiros trabalhos, seus primeiros resultados de pesquisa, recebam suas primeiras críticas, seus primeiros elogios.

Ao longo desses 20 anos a *Revista Vernáculo* passou por diferentes fases, momentos, pois ela segue, como de início um projeto colaborativo e voluntário, essa história pode ser acompanhada, em parte, no número 25, no especial 10 anos, no número 35, no especial 15 anos.

Ao longo de seus vinte anos de existência, a *Revista Vernáculo* recebeu contribuições de jovens pesquisadores que, na continuidade de sua trajetória acadêmica, passaram a fazer parte da linha de frente da pesquisa em Ciências Humanas no Brasil, como docentes de algumas das principais instituições de ensino superior do país. Entre eles, podemos citar Fernando Nicolazzi (UFRGS), Rodrigo Turin (UNIRIO) e Jonas Wilson Pegoraro (UnB) e, como exemplos da mais legítima "prata da casa", Rafael Faraco Benthien e Otávio Luiz Vieira Pinto, que integram atualmente o corpo docente do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná.

Nesta passagem dos 20 anos não se teve um especial 20 anos no número 45, optou-se por estas breves palavras de registro no número 46. Entendeu-se que neste momento manter a *Revista Vernáculo* em circulação é o especial 20 anos. Esta manutenção só é possível graças a Biblioteca Digital de Periódicos da Universidade Federal do Paraná que hospeda a *Revista Vernáculo*, as pessoas que seguem enviando seus trabalhos, bem como ao trabalho de Francielle de Souza, Isabela Brasil Magno, Brenda Yasmin Degger, Cicely Assis Machado Salamunes nas diferentes tarefas que envolvem a produção de um periódico. A manutenção da Revista Vernáculo circulando com sua periodicidade garantida é em muito devida a pessoas como Ana Paula Bellenzier, André Akamine Ribas que há dez anos vem dedicando seu tempo (e talento) ao projeto. Seria impossível falar dos vinte anos da Revista Vernáculo sem o trabalho e dedicação de Alysson de Ávila Costa e Leonardo Brandão Barleta.

Até o editorial de 25 anos!!!

¹ Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, Brasil.

² Departamento de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil.

**Dossiê:
História(s) e
trajetória de
intelectuais**

**História(s) e trajetória de intelectuais:
apresentação ao dossiê**

***Historie(s) and trajectories of intellectuals:
a dossier's preface***

Ana Carolina de Azevedo Guedes¹

Edson Silva de Lima²

Evander Ruthieri da Silva³

Maycon da Silva Tannis⁴

O interesse pelas vicissitudes e circunstâncias históricas constitutivas das trajetórias individuais e coletivas não é recente, e remete a uma tradição da cultura escrita que, pelo menos desde a Antiguidade, visou fornecer sentidos explicativos ao percurso vivido. Recentemente, esse interesse por narrativas que tratam sobre as experiências de vida parece passar por um crescimento vertiginoso, refletindo-se em um aumento expressivo de relatos biográficos e autobiográficos. Nesse movimento, o sucesso editorial das biografias, os avanços na historiografia recente, bem como a ampliação de fontes, problemas e temáticas nesse campo, renovaram um interesse pelo campo das ações humanas na produção acadêmica, contribuindo para a observação de diferentes aspectos sócio-históricos a partir dos percursos individuais. Apesar dos desconfortos causados pelo retorno ao biográfico, em especial em torno dos riscos de um regresso a uma história *événementielle*, a produção historiográfica recente tem demonstrado “a possibilidade de abordagem de indivíduos desde que eles se situassem nos marcos permitidos pela sua época e seu meio social” (AVELAR, 2010: 159).

O dossiê **História(s) e trajetórias de intelectuais**, produto do trabalho do Grupo de Trabalho e Pesquisa “História & Linguagens”, insere-se neste campo de discussões que observa os estudos em biografias e trajetórias como um terreno privilegiado para problematizar a experiência dos sujeitos históricos, articulados entre o terreno individual e a tapeçaria da coletividade, o público e o privado, as razões e as sensibilidades. O campo intelectual configura-se como ponto de partida dos artigos que integram esse dossiê, que reúne pesquisas que privilegiam a análise de itinerários e trajetórias de intelectuais, com o fito de focalizar a ação dos atores históricos dentro do campo de possibilidades do mundo social. Em linhas gerais, o dossiê integra pesquisadores e pesquisadoras interessadas no estudo das trajetórias de intelectuais a

¹ Doutoranda em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC- RIO), Rio de Janeiro, Brasil.

² Doutorando em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, Brasil.

³ Departamento de História, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, Paraná, Brasil.

⁴ Mestre em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC- RIO), Rio de Janeiro, Brasil.

partir de suas relações com os campos da historiografia, das sociabilidades letradas e das linguagens políticas, aproximados em torno de concepções teórico-metodológicas que pretendem ligar o indivíduo ao seu contexto, para compreender as causalidades da ação individual e como ela se desenrola na cena pública.

O artigo **Liberdade e sujeição: o sistema patriarcal sob o olhar de Flora Tristan (1803-1844)**, de Laís Manoela de Medeiros Souza, discute a condição feminina na Europa da primeira metade do século XIX, tendo como foco as escritas de Flora Tristan. A partir de suas reflexões escritas, em especial sua obra *União Operária*, o artigo versa sobre as discussões políticas que, naquele período, articulavam os direitos civis, políticos e sociais das mulheres, contrapondo esses debates à trajetória da escritora franco-peruana e em suas defesas pela emancipação feminina.

Janaína Borgonha Santana, no artigo intitulado **Um homem de letras no Brasil oitocentista: Joaquim Norberto de Sousa e Silva entre História e Literatura**, investiga a trajetória do letrado brasileiro, membro do Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro, em cotejo aos debates intelectuais que, em meados do século XIX, visavam produzir discursos, práticas e símbolos que conjugassem ideais identitários nacionais. As vivências de Joaquim Norberto de Sousa e Silva podem ser tomadas como representativos do modelo de intelectual que se constitui no período imperial, em vinculação aos institutos de salvaguarda da memória pátria, e em suas articulações no campo da cultura escrita entre a História e a Literatura.

O intelectual britânico Bertrand Russell recebe destaque no artigo **O Mefistófeles do Iluminismo: a Primeira Guerra Mundial como ressignificadora da concepção moderna de História nos ensaios de Bertrand Russel**. Nesse texto, Marlon Ferreira dos Reis analisa a representação dos conflitos a partir de uma coletânea de ensaios, *Portraits from Memory*, nos quais Russell ressignificou elementos da modernidade europeia, promovendo novas concepções de progresso, ciência e humanidade com base nas novas experiências do século XX.

No texto **Antônio Carlos Pacheco e Silva: trajetória histórica e intelectualidade médica paulistana**, Lucciano Franco de Lira Siqueira e Thayná Alves Rocha analisa a produção acadêmica acerca do psiquiatra paulistano e intelectual atuante na medicina psiquiátrica. O estudo da trajetória de Antonio Carlos Pacheco e Silva evidencia uma série de preocupações eugênicas e higienistas produzidas no início do século XX, bem como a formação de ideais de identidade nacional ancoradas na noção de paulistanidade. Partindo da trajetória do médico, o artigo mapeia a produção acadêmica em campos multidisciplinares (Medicina, Direito, História, entre outros), delineando as diversas abordagens empreendidas por pesquisadores em torno desse intelectual.

O estudo de intelectuais no campo da educação brasileira, e em especial sua presença na imprensa periódica, recebe destaque no texto **Intelectuais pela leitura de textos jornalísticos: A Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (1953-1969)**. No artigo, Fabiana Teixeira da Rosa, George Fredman Santos Oliveira e Maria das Dores Daros acompanham a trajetória de intelectuais

vinculados ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), entre as décadas de 1950 e 1960, observando as pressões exercidas pelo projeto político desenvolvimentista na reformulação do ensino secundário. As fontes periódicas, mobilizadas pelo estudo em questão, permitem acompanhar a dimensão pública desses debates em torno de questões como a estatização do ensino privado, a implementação das “classes experimentais” e dos chamados “ginásios vocacionais”.

Os usos políticos do passado na construção da legitimidade de grupos intelectuais, articulados em suas redes de sociabilidade, recebem atenção do artigo **O campo intelectual como espaço de ritualização do poder: IHGRN, historiografia e saber (1945-1971)**. Nesse artigo, Ledson Marcos Silva analisa as publicações impressas do Instituto Histórico-Geográfico do Rio Grande do Norte, promovendo um estudo acerca das ritualizações do poder empreendidos pela historiografia potiguar.

Isabella Santos Pinheiro, no artigo intitulado **Dos palcos teatrais às ondas do rádio: um breve panorama da trajetória artística de Oduvaldo Vianna**, mapeia as inflexões e mudanças na trajetória do dramaturgo e radialista titular, que iniciou sua trajetória no teatro e cinema, para enveredar-se posteriormente na produção de novelas radiofônicas. Essa mudança envolveu ressignificações de seu fazer artística, e o artigo discute a trajetória do artista a partir de seu contexto sociohistórico, bem como em seus processos de autorepresentações.

Por fim, no texto que encerra o dossiê, **A atuação do cientista-celebridade: um olhar sobre a tradição intelectual de Carl Sagan**, Alice Fernandes Freyesleben visa investigar como a tradição intelectual europeia, sobretudo oriunda do século XVIII, serviu de referência para a construção da imagem pública do intelectual, com ênfase nas palestras realizadas por Carl Sagan na década de 1980. Sagan, que atuou na produção de livros e séries documentais voltados à divulgação do conhecimento científico, é o ponto de partida para pensar as múltiplas dimensões de atuação do intelectual na esfera pública e no campo das mídias.

Em síntese, esse dossiê não possui apenas o objetivo de apresentar textos que discutam o escopo que delimita o percurso da vida, mas, seu movimento, sua condição mesma de se alastrar nos modos de ser e sentir próprio dos homens que circulam, desejam e gozam dela, isto é, de trazer ao público um conjunto de reflexões que privilegie as acomodações de uma tradição (auto)biográfica, mas produzam dissonâncias para ouvidos atentos, como outra forma de harmonia. Como afirma Deleuze, que “toda obra é uma viagem, um trajeto, mas que só percorre tal ou qual caminho exterior em virtude dos caminhos e trajetórias interiores que a compõe que constituem sua paisagem ou seu concerto” (DELEUZE, 1997:10).

Em um momento de luta pela educação e pela profissionalização do historiador, é importante darmos espaços para novas pesquisas e novas formas de narrar a história. Viabilizar novas linguagens para a história era o objetivo desse dossiê e oferecemos aos leitores a oportunidade de conhecer as pesquisas que estão sendo feitas nas universidades.

Boa leitura!

Referências

AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. **Revista Dimensões**, v. 24, 2010, pp. 157-172.

DELEUZE, Gilles. **Crítica e Clínica**. São Paulo: Editora 34, 1997.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional.

Liberdade e sujeição, o sistema patriarcal sob o olhar de Flora Tristan (1803-1844).

Freedom and subjection, the patriarchal system under Flora Tristan's gaze

Laís Manoela de Medeiros Souza¹

Resumo: O presente artigo apresenta as reflexões de Flora Tristan (1803-1844) a respeito da condição feminina na Europa, principalmente na França, na primeira metade do século XIX, usando como fio condutor para o desenrolar da produção o panorama das mulheres no mundo da educação, da moral e do trabalho. Procura-se, através da análise da fonte, a obra *União Operária (1843)* da autora, e o estudo do contexto histórico da época, explorar o tom crítico de sua escrita e de suas reivindicações, sempre em prol dos direitos e da libertação das mulheres que, segundo ela, eram os últimos escravos da sociedade francesa.

Palavras-chave: Flora Tristan, trabalho, mulher, educação.

Abstract: This present article presents the reflexions of Flora Tristan (1803-1844) about the feminine condition in Europe, mainly in France, on the first half of the XIX century, using as conductor wirer to the progress of this production the overview of woman in the educational, moral and work world. This one tries to, through sources analysis, her work called Labour Union (1843), and the study of the historical context of her lifetime, explore the critical tone of her written and claims, always towards woman's rights and freedom, who, according to her, were the lasts slaves of French society.

Key-words: Flora Tristan, work, woman, education.

Introdução

Nos últimos anos, com o crescimento do movimento feminista e do acesso a essas ideias, ainda muitas vezes preso no mundo cisgênero, a produção acadêmica sobre as mulheres na história tomou força, gerando uma série de estudos e pesquisas sobre grandes mulheres que sempre tiveram suas obras apagadas, tanto durante a produção e a publicação quanto nos períodos posteriores.

Tendo como premissa essa exclusão por parte da historiografia e como objetivo explorar essa história apagada, cheguei à obra e vida de Flora Tristan (1803-1844). Ao procurar obras sobre a autora, encontrei sem muito esforço artigos que exploram alguns aspectos presentes em sua trajetória, como a de mulher viajante, o socialismo e o feminismo, assim como me deparei com livros biográficos de grande qualidade. Refiro-me a autores como Susan Grogan (1998) e sua obra a respeito de Flora e também foi utilizado, para um maior entendimento do contexto de sua vida, a obra *Europa: Restauracion y revolucion (1815-1848)* de Jacques Droz (1993), artigos que tratam tópicos específicos de sua vida, escritos por Amilcar Torção Filho (2018) e Luna Campos (2017), e a tese de doutorado de María de la Macarena Iribarne Gonzáles (2009).

¹ Graduanda em bacharelado no curso de História da PUCSP. Artigo elaborado para a disciplina de História Contemporânea I – A construção do universo burguês (1ª metade do século XIX). Contato: laismedeirosx@outlook.com.

Flora Célestine Thérèse Tristan y Moscoso, foi uma mulher franco-peruana nascida em Paris no ano de 1803. Seu pai, um aristocrata peruano, morreu quando Flora ainda era criança e, como consequência do édito de desapropriação de bens estrangeiros, posto por Napoleão, sua mãe perdeu todo o patrimônio. Na busca de uma melhora de vida da filha, Flora foi obrigada a se casar com André Chazal em sua adolescência, o qual se mostrou um homem bêbado e violento.

Flora, grávida, diante dos abusos que sofria, abandonou sua casa, mas, diante a “escravidão matrimonial” imposta pelo Código Napoleônico, apenas consegue o divórcio depois do atentado de Chazal contra a sua vida através do disparo de dois tiros.

Como mulher “descasada”, ela se vê na condição de *pária*. A metáfora da *pária* expressa o sentimento de uma estrangeira em sua pátria de nascimento, a mulher que se vê desamparada pela situação política e social de seu país e, ainda, discriminada e sem reconhecimento social devido a todo o preconceito entorno dessa condição. Ao se ver nesse lugar social em seu país de nascimento, Flora vai para o Peru procurando amparo na sua família paterna, mas ali, a mesma condição de estrangeira se reproduz.

No entanto, foi nessa viagem transatlântica ao Peru que possibilitou a produção de *Peregrinações de uma pária* (1838). Nesse relato de viagem, a autora percebeu que a sociedade peruana não podia ser uma alternativa à francesa, pois essa era tão opressora quanto a francesa para as *párias* que lá viviam, deixando como alternativa, ao seu ver, apenas a construção de um mundo novo. Na obra, a autora entende que é imprescindível comparar a liberdade das mulheres indígenas peruanas à das europeias, tomando-se, o país, em um laboratório para a sua formação política.

Ao voltar para a Europa (1834), a liberdade de imprensa oportuniza à Flora mostrar as suas garras com a publicação de artigos em favor dos direitos das mulheres, dos trabalhadores, pelo direito ao divórcio, contra a escravidão e pela abolição da pena de morte. Em viagem para a Inglaterra produz sua obra *Passeios por Londres* (1840), onde explora outras vivências, diferentes daquelas da França e do Peru, como por exemplo, a realidade das mulheres que precisavam se prostituir para sobreviver em meio ao mundo industrial.

Violentada pelo marido e discriminada devido à sua condição de *pária*, a franco-peruana usou de suas experiências pessoais, ainda que de certa maneira privilegiadas - se comparada à das mulheres de outros segmentos sociais, para desenvolver suas obras. Sua vivência a levou a abordar a educação como caminho para a libertação das mulheres, o matrimônio como apropriação da mulher pelo homem e a ideia de que a exploração do proletário e da mulher tem o mesmo opressor, o capitalismo.

O descontentamento com o Código Napoleônico, o empobrecimento da população, a revolta de 1831 em Lyon, a liberdade de imprensa e que lhe permite publicar seus artigos, sua viagem para o Peru e para a Inglaterra serviram como incentivo para a produção de uma de suas obras, que será o principal alvo desse

artigo, intitulada *União Operária*. Publicado em 1843, a autora não encontra um editor que acredite em seu trabalho para publicá-lo, levando-a a contar com a ajuda de amigos colaboradores para dar luz ao livro.

Estruturado em uma parte inicial e mais quatro capítulos, a terceira edição, que é a consultada para o presente artigo (2015), conta com o prefácio, atualizado para cada uma das três primeiras edições, a lista com os amigos colaboradores e, ao final, um resumo das ideias contidas no livro, um apelo e conselho aos operários e burgueses, elaborados pela própria Flora.

A prosa, persuasiva e emotiva, indica de forma clara as críticas de Flora à organização trabalhadores e sua união, e o que poderia ser feito para melhorá-las. Segundo ela, o capitalismo é a base da opressão, tanto dos proletariados quanto das mulheres.

Flora foi a primeira pessoa a relacionar a luta pelos direitos dos trabalhadores com a luta pelos direitos das mulheres, pois, para ela o capitalista estaria interessado em explorar essas duas fatias da sociedade com o mesmo intento. A autora, ideologicamente, teve sua formação influenciada pelos socialistas utópicos, principalmente pelas ideias de Fourier acerca o papel da mulher como trabalhadora.

Em *União Operária*, a fonte que será utilizada nessa produção, a partir da concepção do opressor em comum, Tristan frisa que o instrumento mais efetivo para a transformação social é uma união, um exército, de trabalhadores sem vínculos religiosos e pacífico. Homens e mulheres participariam de forma completamente igualitária e, através da pressão social, da persuasão e de alguns instrumentos legais, a raiz de todos os males que os atingiam, praticados e apoiados pelo sistema capitalista, seria transformada.

No seu último ano de vida, 1844, os trabalhadores de Paris se unem para arrecadar dinheiro o suficiente para uma reedição do livro. Flora morre em Paris neste mesmo ano, com o diagnóstico de febre tifoide².

Agora, com a exposição rápida da vida de Flora e de suas obras de clara importância para lutas sociais, surge a questão: apesar da relevância de seus escritos, pode uma obra literária ser utilizada como documento histórico? Ao pensar uma fonte literária como pesquisa histórica é necessário refletir sobre o que compõe essa fonte, lugar em que foi produzido, sua linguagem, a histórica do autor, seu estilo e a sociedade que foi desenvolvida.

Narrativas são uma forma de expressão artística de uma sociedade possuidora de historicidade. Elas constroem uma representação da realidade, formada a partir das concepções dos respectivos autores, e assim, conforme Chartier (1990) não é possível uma obra literária ser desvinculada de seu tempo, nunca será

² “A physician in Paris first described typhoid fever in 1829. The first vaccine to prevent typhoid fever was introduced in 1896. However, availability and widespread use of vaccines against typhoid fever have failed to materialize. As a consequence, especially in developing countries, the disease continues to be a significant problem. Before adequate antibiotic therapy was developed, untreated mortality from typhoid fever was 10%-30%. With the advent of modern medicine and antibiotic therapy, mortality has dropped to approximately 1%-4%.” HOOKER, Edmund e DAVIS, Charles Patrick. *Typhoid Fever (Enteric Fever)*. eMedicine Health, 18 de fevereiro de 2020. Disponível em: https://www.emedicinehealth.com/typhoid_fever_enteric_fever/article_em.htm. Acesso: 11 de junho de 2020.

neutra. Portanto, para o uso da literatura como fonte visando o conhecimento de uma dada realidade, torna-se imprescindível a análise das condições históricas de sua produção. Respondendo o questionamento de forma direta: sim, uma expressão literária pode, e deve, ser usada como forma de representação social e histórica. Ela é uma excelente testemunha de toda uma época, transcrevendo todas as experiências daquele momento histórico.

União operária transforma os anseios de Flora, um ser social cujas ideais são produtos de suas vivências e do seu momento social, em literatura e manifestação política. No início de uma liberdade de imprensa e com todos os empecilhos do “ser mulher”, Tristan consegue explorar e espalhar suas ideias com maestria.

A liberdade de uns se constrói na sujeição de outros

A reivindicação dos direitos naturais da mulher por Flora em *União Operária* é um reflexo do processo que o feminismo seguiu a partir de 1789. A Revolução de 1789, ao destruir o Antigo Regime, ocasionou o que Rosa Cobo e Celia Amorós chamaram de “uma crise de legitimação do patriarcado”³, um enfraquecimento dos poderes tradicionais como consequência dessa Revolução.

Tal constatação encontra-se na crítica que Flora faz à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1791. Conforme ela, esse documento, elaborado a partir das ideias ilustradas, significou, pela primeira vez na história da Europa, o reconhecimento da igualdade natural de todos os homens ao “legitimar a santidade do princípio da igualdade absoluta”⁴. Mas, em contraste com esse avanço as mulheres, ficaram de fora quando “a declaração dos direitos do homem, ato solene que proclamou o esquecimento e o desprezo que os homens novos faziam delas”⁵.

A meu ver, a declaração não considerava as mulheres como titulares dos direitos nela discorridos e reconhecidos, contradizendo o próprio pensamento ilustrado e universalista da teoria do direito natural o qual a declaração era inspirada. Ao pensar que esse discurso estava sendo utilizado para construir a modernidade, a gravidade dessa exclusão, cujas raízes estão imersas nas teorias do Contrato Social, fica ainda mais evidente. Pois, a forma com que esse contrato era abordado variava de autor para autor, dependendo em grande medida do que cada um entendia ser o estado de natureza e o pacto social.

Jean Jacques Rousseau, o único dos contratualistas que Tristan ataca diretamente, foi o autor mais influente do momento jacobino da Revolução, no qual a mulher francesa saiu perdendo na questão de direitos civis e, segundo María de la Macarena Iribarne González (1990), sua influência se estendeu até

³ AMORÓS, Celia e COBO Rosa, “Feminismo e ilustración”, em AMORÓS, Celia e MIGUEL, Ana de. *Teoría Feminista de la ilustración a la globalización*, tomo 1, *De la ilustración al segundo sexo*, Minerva, Madrid, 2005, p. 114.

⁴ TRISTAN, Flora. *União Operária*, p.87.

⁵ *Idem*, p.124.

mesmo para a redação do Código Civil de 1804. Em seu trabalho, afirma ainda Maria, as mulheres perdem a presença na evolução dos eventos, pois a partir desse primeiro momento ficam restritas ao espaço privado e sujeitas aos homens, pois, para Rousseau a sujeição da mulher na família era algo natural e, assim, desejável.

Em *União Operária*, a autora propõe aos proletariados da França que repensem e corrijam o erro de não reconhecerem o direito das mulheres, pois, como seus direitos já haviam sido reconhecidos na Constituição de 1791, agora precisam liberar as últimas escravas da sociedade francesa, proclamando:

Nós, proletários franceses, depois de 53 anos de experiência, reconhecemos estar devidamente esclarecidos e convencidos que o esquecimento e o desprezo que se fez dos direitos naturais da mulher são as únicas causas das desgraças do mundo e decidimos expor em uma declaração solene inscrita em nossa constituição seus direitos sagrados e inalienáveis. Queremos que as mulheres conheçam nossa declaração para que elas não se deixam mais oprimir e se degradar pela injustiça e tirania do homem, e que os homens respeitem nas mulheres, suas mães, a liberdade e a igualdade da qual eles usufruem.⁶

É importante ressaltar que Flora Tristan não foi a primeira a abordar o assunto, antes dela outras autoras já haviam reclamado seus direitos. Em 1791, Olympe de Gouges (1748-1793) havia elaborado a Declaração dos *Direitos da Mulher e da Cidadã* exigindo o reconhecimento dos direitos naturais das mulheres.

A mulher como sujeito moral

Tristan escreve o terceiro capítulo do livro *União Operária* para convencer os trabalhadores a apoiar a causa da emancipação da mulher. Acreditava que as mulheres não eram capazes de mudar sua situação por elas mesmas, sem apoio de alguns homens, pois esses, embora trabalhadores, estavam no poder e com seus direitos garantidos. Também tinha consciência de que estes não cederiam os benefícios de que gozavam sem receber nada em troca.

O primeiro argumento que Tristan utiliza para defender essa emancipação é a competência moral das mulheres. Vejamos como ela desenvolve seu argumento.

Na França, na raiz da Revolução Francesa e durante os primeiros anos do século XIX, é imposto o princípio da educação materna e, ao longo do século XIX, a ideia do papel das mães como emissoras dos valores morais da família se tornou ainda mais presente na sociedade.

O discurso da mãe como educadora, muito presente na época de Tristan, tanto na França quanto na Inglaterra, foi radicalizado pela autora. Para ela as mulheres deveriam atuar como “agente moralizantes” dos homens, já que os influenciava desde o seu nascimento até a morte. Com essa ideia, repensar a questão da educação das mulheres era imprescindível para a conquista plena dos direitos dos trabalhadores.

⁶TRISTAN, Flora. *União Operária*, p.130.

Para alcançar a igualdade, Tristan ressaltava em sua obra a necessidade da educação entrar no mundo das mulheres, tanto das proletárias quanto das de classe alta. Ao entrar nesse tema, o seu primeiro objetivo foi o de assinalar as causas que levavam a sociedade a não educar essa parcela da população, e a mais relevante razão era a ideia de que a mulher era “intelectualmente inferior” ao homem, principal argumento dos que defendiam essas concepções. A aceitação e disseminação desse pensamento errôneo, para Tristan, tinha como consequência:

[...]se conclui logicamente que seria perda de tempo lhe proporcionar uma educação racional, sólida, severa, capaz de fazer dela um membro útil para a sociedade. Então ela é educada para ser uma bonequinha boazinha e uma escrava destinada a distrair seu mestre e o servir.⁷

A escassa educação que as mulheres recebiam variava de acordo com a sua posição social e o que se queria para o futuro dessas mulheres. As burguesas aprendiam idiomas, dança e música, mas não se aprofundavam em nenhuma dessas matérias.⁸ Já as mulheres do proletariado eram obrigadas a permanecer em seu devido lugar, ajudando nas tarefas domésticas e, quando atingissem idade o suficiente, entravam no mercado de trabalho como aprendizes.⁹

Mesmo estando presente em todas as camadas sociais, Flora acreditava que esse papel das mulheres era muito mais cobrado nas famílias trabalhadoras. Diferente das destas famílias, os filhos dos ricos possuíam governantas e professoras instruídas “para educar, instruir e lhe ensinar a ciência do mundo”¹⁰.

Para Flora, até que as mulheres tivessem uma educação sólida, elas seriam incapazes de exercer influências positivamente em outros indivíduos.

[...]é tocante sua ignorância e sua incapacidade de educar suas crianças, não tenho nenhuma intenção de fazer acusações contra você ou à sua natureza. Não, eu acuso a sociedade por mantê-las tão incultas, vocês mulheres; vocês mães, que ao contrário têm que ser instruídas e desenvolvidas a fim de poder instruir e desenvolver homens e crianças confiadas a seus cuidados.¹¹

A utilização da posição da mulher de guia moral da família se convertia em um dos principais argumentos de sua reivindicação do direito da mulher a uma boa formação. Para ela, a educação adequada da mulher também era indispensável para que esta fosse uma companheira mais eficiente para o homem e para ser uma trabalhadora mais eficaz, em benefício de seu marido e filhos.

⁷TRISTAN, Flora. *União Operária*, p.114.

⁸TRISTAN, Flora. *Promenades dans Londres ou l'aristocratie & les prolétaires anglais*[1842], quarta edição de François Bédarida, François Maspero, Paris, 1978, p. 265.

⁹TRISTAN, Flora. *União Operária*, p. 116.

¹⁰*Idem*, p.127.

¹¹*Idem*, p. 117.

A educação consolidada teria como principais benfeitores os lares dos trabalhadores, porque além do conhecimento em si, com uma boa educação as mulheres teriam “bons salários”, fazendo com que elas e seus maridos trabalhassem juntos por melhores condições econômicas.

As mulheres deviam receber uma educação tanto intelectual como profissional, para que pudessem se dedicar a qualquer profissão que fossem capazes, levando a uma possível independência econômica dessas, o que se tornou um medo crescente entre os homens. Em nenhum momento Tristan considera que as mulheres parassem de trabalhar, o que ela quer e propõe é que o façam em condições iguais.

A relação entre o casal era também, para Flora, um requisito indispensável para melhorar a situação econômica e social da família trabalhadora: uma vez que a mulher recebia uma boa educação “o homem poderá conversar com ela assuntos sérios, comunicar-lhe seus projetos e trabalhar em formas para melhorar ainda mais sua posição”¹².

A mulher no trabalho

Nos séculos XVII e XVIII, a maior parte das mulheres britânicas e francesas trabalhavam, não somente as da classe trabalhadora, mas também grande parte das que pertenciam às classes médias e a pequena burguesia. O tipo de trabalho realizado pelas mulheres dependia de várias circunstâncias: a classe, o estado civil e onde mora. Mas, mesmo assim, existiam algumas características em comum: o trabalho das mulheres era diferente dos que os homens realizavam, era muito mais flexível no sentido que variava de acordo com as necessidades do negócio familiar e da família.¹³

A obra de Tristan, realizada durante o século XIX, está focada nos trabalhadores urbanos, mas não se pode perder de vista que na França, até a primeira guerra mundial, a maior parte da população vivia e trabalhava no campo, no século XIX a atividade predominante é a agricultura.

No século XIX, a maior parte das mulheres, seja nos campos, no serviço doméstico ou na indústria têxtil e de vestuários, se dedicavam a atividades que tradicionalmente eram consideradas “trabalho de mulher”.

A exclusão da mulher da esfera pública durante o período jacobino teve como base o pensamento roussoniano, conforme já indicamos. O modelo ideal de Rousseau é de uma família de classe média onde as esferas públicas e privadas são claramente delimitadas e o papel da mulher como mãe e esposa do homem exaltados. Essa ideologia teve como resultado a exclusão das mulheres da burguesia do mundo produtivo, até o século XVIII elas eram uma parte ativa nos negócios da família. Flora utiliza suas vivências em Londres para observar com mais profundidade esse fenômeno e escreve “[m]uchas mujeres no saben

¹²TRISTAN, Flora. *União Operária*, p.125.

¹³ GONZÁLEZ, María de la Macarena Iribarne. *Flora trintán y la tradición del Feminismo Socialista*. Tese de doutorado, Instituto de Derechos Humanos Bartolomé de las Casas, Getafe, junho de 2009, p.426.

lanaturaleza Del negocio de su marido o cuál será la profesión de sus hijos, y son por lo general ignorantes del estado de su fortuna”¹⁴.

Na sociedade criada na industrialização, as mulheres se vêem obrigada a entrarem no mercado de trabalho, principalmente na indústria têxtil. A única maneira de manter o domínio do homem sobre a mulher, do viés econômico, era excluindo esse trabalho assalariado ou mantendo os salários tão baixos para que fossem insuficientes para a sua própria subsistência e a de seus filhos. Além dessa discriminação salarial, as mulheres sofriam abusos morais e sexuais.

Essa ideia é reforçada quando percebemos que, quando o marido controlava o trabalho das mulheres e de sua família, os homens não tinham problema nenhum com o fato das mulheres serem economicamente produtivas. A exclusão das mulheres burguesas da produção também seguia a mesma lógica. No momento em que a separação entre os negócios e a família, a mulher ficou excluída e o homem se tornou o único sujeito produtivo e, portanto, independente da família.

Tristan via com clareza que a igualdade nas condições de trabalho era necessária para a igualdade das relações de trabalho. A independência econômica daria à mulher a liberdade para decidir se queria conviver com um homem ou se preferiria ficar sozinha. Naquele momento, elas podiam lutar não só por melhores salários, mas também por uma formação profissional, já que estavam cientes que as desvantagens das trabalhadoras como coletivo eram ligadas a sua falta de preparação, que tinha como raiz, novamente, o assunto da educação, tão abordado pela autora.

No resgate da história das mulheres como trabalhadoras, de uma perspectiva feminista socialista, as abordagens de Flora Tristan são muito valiosas por algumas razões: o contexto, a extensão, a igualdade e o feminismo.

A primeira porque realizou sua análise nas décadas de 1830 e 1840, momento essencial para entender a posterior divisão sexual do trabalho no mundo chamado desenvolvido.

A segunda, porque, diferentemente da maior parte dos estudos que analisam a posição das mulheres no mundo produtivo, tinha uma grande extensão, não se concentrou apenas nas mulheres proletárias, já que considerar as mulheres como uma classe levava em consideração a forma com que a divisão sexual do trabalho, no contexto logo após a Revolução Industrial, afetava as mulheres de diversas classes sociais.

Já em terceiro lugar, Tristan desafiou os dois pilares do discurso que defendia a exclusão das mulheres de certos empregos devido às suas diferenças com os homens: a suposta fraqueza física e a menor produtividade inata da natureza feminina. Dois argumentos que, claramente, influenciaram a divisão sexual do trabalho durante o período. Por fim, analisará as implicações pessoais e familiares que as distinções feitas entre os sexos na indústria geravam nas mulheres e em suas vidas.

¹⁴TRISTAN, Flora. *Promenades dans Londres ou l'aristocratie & les prolétaires anglais* [1842], quarta edição de François Bédarida, François Maspero, Paris, 1978, p. 267.

Em sua obra, Flora também colocou em ênfase que não existia nenhuma relação entre os baixos salários que as mulheres recebiam e seus níveis de produtividade:

É preciso considerar que em todas as profissões exercidas por homens e mulheres a jornada da operária é paga com a metade da jornada do operário, ou se ela trabalha por tarefa, seu pagamento será ainda menor. Não podendo supor uma injustiça tão flagrante o primeiro pensamento que nos vem à mente é: em razão de sua força muscular o homem faz sem dúvida o dobro do trabalho da mulher. Mas não! É justamente o contrário que acontece. – Em todas as profissões em que é preciso destreza e agilidade os dedos das mulheres fazem exatamente o dobro do trabalho dos homens.¹⁵

A desculpa dada para essa injustiça era embasada também na ideia de que as mulheres consumiam menos que os homens:

Sim, não pagamos a elas em função do trabalho que elas realizam, mas em função das poucas despesas que têm, devido às privações que são impostas a elas.¹⁶

A opressão

Para Flora era certo que existia uma fonte de opressão comum a todas as mulheres, independente de sua raça, nacionalidade ou classe social, fora o capitalismo. A convicção da autora de que todas as mulheres estavam unidas pela sujeição não fazia com que ela deixasse de lado o fato de que havia mulheres em posições de maior vulnerabilidade que outras.

Uma das fontes de opressão as mulheres era a religião. A posição de subordinação da mulher ao homem, mantido como dogma por várias religiões, era, sem dúvida, um dos principais apoios do sistema patriarcal. O discurso de Flora focava na religião católica, por ser a mais próxima de sua realidade, sem ignorar o fato de que também era propagado em favor do patriarcado por outras religiões. Para Flora, a única via de redenção oferecida a mulher pela Igreja era a negação absoluta de sua sexualidade, ela precisaria se abster do amor e também da maternidade. Além de oprimir as mulheres de maneira direta com seus discursos, a religião também tinha grande influência no Estado e, conseqüentemente, na sua legislação.

Flora equipara o Estado com a sua legislação. O Estado é patriarcal porque o corpo de suas leis discrimina as mulheres, tirando delas toda possibilidade de desenvolvimento social, como diz Catharine MacKinnon (1995):

El Estado es masculino em el sentido feminista: la veyve y trata a las mujeres como los hombres vem y tratan a las mujeres. O Estado liberal constituye com coacción y autorida del

¹⁵TRISTAN, Flora. *União Operária*, p. 117, nota de rodapé.

¹⁶*Idem*, p. 118, nota de rodapé.

orden social a favor de los hombres como género, legitimando normas, formas, la relación com la sociedad y sus políticas básicas.¹⁷

Os artifícios do discurso patriarcal, para Flora Tristan, eram: no caso da religião os ministros dos cultos e, no caso do Estado, os legisladores. Não há dúvidas a respeito da existência de múltiplos atores sociais, mas é preciso sempre pensar na importância que as opiniões daqueles que detinham a razão no século XIX. Ao menos no ocidente, o discurso dos cientistas naturais tinha muito valor e, muitos deles, seguem argumentando “cientificamente” a inferioridade da mulher.

Outra instituição imprescindível para o sistema patriarcal era a família, ao abordar este assunto Tristan foi muito criticada por diversas autoras feministas, por manter uma visão tradicional. Mesmo que a feminista francesa não dissesse de forma explícita que esta instituição é uma das causas da opressão a mulher, sua análise na sujeição da mulher no matrimônio, e suas propostas de transformação da maternidade, deixavam explícito que haviam transformações necessárias na família, fazendo com que esta fosse um dos obstáculos para a emancipação das mulheres na sociedade.

Convencer os trabalhadores

Em 1843, as palavras de Flora em *União Operária* estavam destinadas a convencer os trabalhadores sobre as vantagens que a igualdade de salários traria para eles, para que os mesmos aderissem à reivindicação:

O marido tendo recebido mais instrução, é o chefe por lei e também graças ao dinheiro que traz para casa, ele se acha (e ele de fato é) superior à mulher, pois ela só aporta o pequeno salário de sua jornada e na casa não passa de uma humilde serva.¹⁸

Em *União Operária*, Flora Tristan utilizou dois argumentos para que os trabalhadores também almejassem a igualdade dos gêneros. A priori utilizou os vínculos parentescos que existiam entre os trabalhadores e as trabalhadoras a fim de conscientizá-los da injustiça que estavam reproduzindo e que iam contra as pessoas que os cercavam:

Operários, vocês não veem que consequências desastrosas resultarão para vocês mesmos de tal injustiça cometida em detrimento de suas mães, irmãs, mulheres e filhas.¹⁹

Em segundo lugar os deixou cientes dos perigos que aceitar essa injustiça podia acarretar para eles mesmos:

O que acontecerá? Que os industriais, vendo as operárias trabalharem mais rápido e pela metade do preço vão demitir a cada dia os operários de suas oficinas para substituí-los por

¹⁷ De acordo com María de la Macarena Iribarne González (2009, p.419 apud MACKINNON, 1995, pp.288 e 289).

¹⁸ TRISTAN, Flora. *União Operária*, p 117 e 118.

¹⁹ TRISTAN, Flora. *União Operária*, p. 118, nota de rodapé.

operárias. [...] Deixa passar uma injustiça, e pode estar certo que ela engendrará muitas outras.²⁰

Os trabalhadores estavam conscientes do perigo que uma mão de obra mais barata significava para seus próprios salários. A resposta encontrada foi colaborar com as mulheres em sua organização para alcançar salários e direitos iguais.²¹

Para Tristan, a unidade de toda classe trabalhadora era um requisito indispensável para acabarem com o sistema de exploração capitalista. Essa unidade só era possível se a dominação sob as mulheres acabasse. A emancipação das mulheres deveria ser completa e devia afetar as estruturas básicas que constituíam o fundamento de sua dominação:

Reclamo direitos para a mulher porque este é o único meio de conseguir sua reabilitação prévia e necessária para que todos os operários sejam eles próprio reabilitados.²²

Em um momento em que os trabalhadores viam a domesticidade como elemento para assegurar o bem estar e a felicidade da família trabalhadora, Tristan apelou a igualdade como única via para alcançar o objetivo:

O marido, sabendo que sua mulher tem *direitos iguais aos seus* não a trataria mais com desdém com o desprezo que se dirige aos inferiores; ao contrário, ele iria tratá-la com o respeito e a deferência que dirigimos *aos iguais*. Então não haveria mais motivo de irritação para a mulher, e uma vez destruída a causa de sua irritação, ela não se mostraria mais rude, nem ardilosa, nem briguenta, nem colérica, nem exasperada, nem maldosa. – Não sendo mais vista em casa como *serva do marido*, mas sim como *associada, amiga, companheira* do homem, naturalmente ela se interessará pela associação e fará tudo o que puder para frutificar o pequeno lar.²³

Considerações finais

Por tanto, as ideias que Flora expressa durante o conjunto de sua obra e, principalmente, no seu livro *União Operária*, deixam claro suas atitudes e reflexões revolucionárias, sempre em prol da libertação feminina. Mesmo um pouco limitada devido ao estabelecimento de papéis de gênero em sua época, Tristan torna evidente a necessidade de olhar a mulher como cidadã ativa da sociedade, exaltando seus papéis dentro do próprio núcleo familiar, tão concreto no século XIX, a indispensabilidade de sua inserção no mercado de trabalho em prol da própria coletividade que a oprimia e excluía desse círculo e, acima de tudo, a mulher como sujeito da educação.

²⁰*Idem*, p. 118, nota de rodapé.

²¹GONZÁLEZ, María de la Macarena Iribarne. *Flora trintán y la tradición del Feminismo Socialista*. Tese de doutorado, Instituto de Derechos Humanos Bartolomé de las Casas, Getafe, junho de 2009. p. 445.

²²TRISTAN, Flora. *União Operária*, p. 123.

²³TRISTAN, Flora. *União Operária*, p. 125.

A luta pelos direitos das mulheres, tendo em vista o machismo intrínseco da sociedade, mesmo com a evolução na conquista do sufrágio ao redor do globo por exemplo, continua sendo constante. O crescimento das teorias feministas, dos estudos da história das mulheres escrita por mulheres e a difusão das ideias feministas nas mídias e redes sociais, através de coletivos e grupos de estudos por exemplo, fez com que o acesso a esses discursos crescesse e assim chegassem a novos meios sociais. Mesmo com essa disseminação o patriarcado continua no poder e a militância de Flora na primeira metade do século XIX continua necessária no século XXI, a luta pela libertação das mulheres precisa continuar forte.

Referências

Fontes

TRISTAN, Flora. *União Operária* [1843]. 3ª edição, São Paulo, editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

_____. *Promenades dans Londres ou l'aristocratie & les prolétaires anglais* [1840], quarta edição de François Bédarida, François Maspero, Paris, 1978.

GROGAN, Susan. *Flora Tristan: Life Stories* [1998]. Taylor and Francis e-Library, 2003. Nova York, NY.

Bibliografia

CAMPOS, Luna. *Algumas notas de pesquisa sobre Flora Tristan: feminismo, socialismo e viagens*. In *Cadernos de Estudos Sociais e Políticos: Dossiê especial "Clássicas"*, v.6, n.11, 2017. Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado de Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro.

DROZ, Jacques. *(Historia de Europa) Europa: Restauracion y revolucion (1815-1848)*. Editora Siglo XXI, 1983. Madri.

GONZÁLEZ, María de la Macarena Iribarne. *Flora tristán y la tradición del Feminismo Socialista*. Instituto de Derechos Humanos Bartolomé de las Casas. Getafe, junho de 2009.

TORRÃO FILHO, Amílcar. *As peregrinações de uma pária de Flora Tristan e a construção de uma feminista*. In *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 26, n. 1, jan-abr2018.

Recebido em 17/06/20 aceito para publicação em 06/08/20



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional.

Um “homem de letras” no Brasil oitocentista: Joaquim Norberto de Sousa e Silva entre História e Literatura

A “man of letters” in Brazil in the nineteenth century: Joaquim Norberto de Sousa and Silva between history and literature

Janaina Borgonha Santana¹

Resumo: O Brasil Império é marcado na historiografia pelos debates em torno das transformações políticas e culturais ao longo dos oitocentos. Dentre os envolvidos com tais debates, destaca-se Joaquim Norberto de Sousa e Silva (1820-1891), literato, historiador, poeta, crítico literário e presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), interessado pelas discussões literárias e históricas de seu tempo. Este artigo problematiza a trajetória intelectual de Joaquim Norberto, com fundamentação teórico-metodológica pautada na análise de discurso e nos debates acerca de História e Literatura tendo em vista a proximidade entre escrita histórica e literária nesse período. Nesse sentido, conclui-se que Joaquim Norberto esteve envolvido com produções escritas, movimentos literários e instituições que fomentavam debates de amplitude nacional, o que demonstra as relações entre Literatura e História no século XIX e como os sujeitos históricos agem a partir de sua realidade, dos interesses que defendem e do contexto em que viveram.

Palavras-Chave: História. Literatura. Brasil Império.

Abstract: Brazil Empire is marked in historiography by the debates around the political and cultural transformations throughout the eight hundred years. Among those involved in such debates, Joaquim Norberto e Souza e Silva (1820-1891), literacy, historian, poet, literary critic and president of the Brazilian Historical and Geographical Institute (IHGB), interested in the literacy and historical discussions of his time, stands out. This article questionsthe intellectual trajectory of Joaquim Norberto, with a theoretical-methodological foundation based on discourse analysis and debates about history and Literature, in view of the proximity between historical and literacy writing in that period. In this sense, it is concluded that Joaquim Norberto was involved with written productions, literacy movements and institutions that promote nationwide debates, which demonstrates the relations between Literature and History in the 19th century and how historical individuals act from heir reality, the interests they defend and the context in which they lived.

Keywords: History. Literature. Brazil Empire.

Introdução

Os anos finais do período Regencial (1837-1840) e principalmente o Segundo Reinado (1840-1889), marcaram a História do Brasil como um contexto de efervescência cultural, a partir do surgimento de faculdades, da circulação de romances, músicas e poemas que exaltavam e evidenciavam as características próprias da Nação que se consolidava. Nesse sentido, a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, movimentou os estudos sobre o Brasil e estabeleceu uma instituição voltada à pesquisa no país.

Entre os membros do Instituto Histórico envolvidos nas discussões em torno da formação de uma cultura autenticamente nacional para o Brasil encontrava-se Joaquim Norberto de Sousa e Silva(1820-1892),

¹ Graduada em História – Licenciatura, pela Universidade Regional de Blumenau. Artigo proveniente da monografia intitulado “Joaquim Norberto de Sousa e Silva e a biografia romântica dos poetas na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1870-1892)”, orientada pela Prof.^a Dr.^a Cristina Ferreira no ano de 2017. Email: janaborgonha@hotmail.com.

poeta, historiador, literato e crítico literário². A proposta desse artigo, portanto, está circunscrita na problematização da trajetória de J. Norberto como “homem de letras” no Brasil oitocentista, ou seja, de um “indivíduo voltado para o estudo, a leitura e a vida em gabinetes”³, dedicado às letras. Entretanto, deve-se tomar cuidado para evitar tomar as ações do letrado a partir de um “modelo padrão” ou “típico”, pois “nós e nossos personagens não somos modelos de coerência”⁴, mas agimos a partir de diferentes contextos, realidades e interesses. Tal leitura pretende ampliar as possibilidades de análise das questões específicas dessa personagem e que denotam a pluralidade e heterogeneidade de uma sociedade.

Isso porque, o interesse por História e Literatura de escritores e pesquisadores nesse período histórico vinculava-se às discussões acerca da construção de um passado particular para o Brasil.⁵ Além disso, havia uma linha tênue entre História e Literatura no século XIX, pois, nesse contexto histórico as duas conferiam sentidos e constituíam ideais sobre a realidade social por meio da escrita⁶ sobre o passado da Nação. Um exemplo disso são algumas das obras de Joaquim Norberto de Sousa e Silva: *Livro de Meus Amores* (1849), *Romances e Novelas* (1852), *História Brasília* ou *Considerações Gerais Sobre a História Brasileira* (1860) e *História da Literatura Brasileira* (1859-1862).

O estudo intensivo de produções escritas nos permite compreender a diferença nos modos de narrar “a partir de seu contexto de fabricação”⁷ o que fornece ao trabalho do historiador a possibilidade de desenvolver uma leitura crítica com a intenção de analisar no discurso as diversas “lutas travadas nas sociedades para dar significado ao mundo”⁸ em que vivem. Dessa forma, buscamos investigar as contribuições de Joaquim Norberto de Sousa e Silva primeiramente a partir de sua trajetória no âmbito pessoal, aliado aos seus escritos literários, até seu envolvimento com a pesquisa histórica e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

² SOARES, Sônia Regina Pinto. *Joaquim Norberto de Souza e Silva: Historiador um olhar sobre Minas Gerais Colonial*. 2002. 267 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2002. p. 35.

³ CHARTIER, Roger *apud* VENÂNCIO, Giselle Martins. Presentes de papel: cultura escrita e sociabilidade na correspondência de Oliveira Vianna. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 28, p. 23-47, 2001. p. 2.

⁴ BORGES, Vera Hercília Faria Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2005. p. 220.

⁵ Os letrados que se voltavam aos estudos históricos, envolvidos com o IHGB preconizavam um ideal de passado para a Nação que mantivesse uma continuidade com Portugal, tendo em vista a manutenção de uma monarquia portuguesa no Brasil e os interesses políticos e econômicos envolvidos nesse processo. Já escritores voltados à literatura pretendiam a quebra com os estilos portugueses e defendiam um ideal de Nação autenticamente brasileiro, apartado de Portugal.

⁶ FERREIRA, Cristina; LENZ, Thiago. A Confederação dos Tamoios, de Gonçalves de Magalhães, e as polêmicas literárias com José de Alencar sobre a natureza e os povos indígenas do Brasil (1856). In: SILVA, Bruno da; FURTADO, André Carlos (Orgs.). *Passados impressos: estudos sobre a circulação de ideias (séculos XVII-XX)*. Curitiba: Editora CRV, 2018. p. 123.

⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Os novos parceiros da História: nas fronteiras do conhecimento. In: _____. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

⁸ GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *História Cultural*. Experiências de Pesquisa. Rio Grande do Sul: UFRGS Editora, 2003. p. 23.

“Poeta, historiador, literato e crítico literário”: Joaquim Norberto de Sousa e Silva

Joaquim Norberto de Sousa e Silva nasceu em 06 de junho de 1820 no Rio de Janeiro, Corte do Império português e futura capital do Império do Brasil (1822). Filho do negociante Manoel José de Souza e Silva e D. Emerenciana de Souza e Silva⁹, as informações sobre o período inicial da vida de J. Norberto são escassas. A ausência de documentação, portanto, nos impossibilita acessar todas as experiências que marcaram uma trajetória singular, pois “escrever a vida é um trabalho inacabado e infindável”¹⁰ de busca por vestígios.

Após concluir seus estudos de Filosofia e Retórica no Colégio Emulação¹¹, J. Norberto dedicou-se ao funcionalismo público¹², função que conferia certa segurança e estabilidade por se tratar de uma “fonte estável de rendimento”¹³. Entre 1859 e 1887, Joaquim Norberto trabalhou na Secretaria de Estado dos Negócios do Império e, até o início de 1843, atuou na Biblioteca Pública do Rio de Janeiro, onde demonstrava “preocupação com o arquivamento dos documentos”¹⁴, devido à negligência e o desleixo que percebia com os mesmos.

Sua carreira no setor público não impossibilitou J. Norberto de cuidar da vida privada e, em 1842, casou-se com D. Maria Teresa Alves Pereira, a quem dedicou o *Livro de Meus Amores* (1849)¹⁵. Na introdução desse trabalho o escritor narra sobre “curtas e breves poesias eróticas” que escreveu, durante aproximadamente oito anos para descrever o que chamou de “fases da existência amorosa de um poeta.”¹⁶ Dessa relação com D. Maria Teresa nasceram os filhos do casal, duas meninas e quatro meninos (1843-1851). O nome dos filhos homens, segundo José Américo Miranda, seguiam a moda dos nomes com apelo indígena ou nativista como “Artur *Niteroíno*, Oscar *Guanabarino*, Armando *Fluviano* e João *Sapucaíno*.”¹⁷ Esse uso dos nomes com teor nacionalista faz parte de uma prática que se desenvolvera no Brasil desde a Independência (1822) quando a emancipação política “desencadeou um movimento lusófono e nativista de

⁹ ALVES, José Luiz. Elogio dos sócios falecidos desde 15 de Dezembro de 1890 até hoje. *Revista Trimestral do IHGB*, Rio de Janeiro, Tomo LV parte II, p. 484-488, 1893. p. 485.

¹⁰ FERREIRA, Cristina. Souza, Laura de Mello e. Cláudio Manuel da Costa: o letrado dividido. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 32, n. 63, p. 437-440, 2012. p. 439.

¹¹ SOARES, Sônia Regina Pinto. *Joaquim Norberto de Souza e Silva: Historiador um olhar sobre Minas Gerais Colonial*. 2002. 267 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002. p. 39.

¹² ALVES, Op.cit., p. 485.

¹³ CARVALHO, José Murilo de. A elite política nacional: definições. In: _____. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Teatro de sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 56.

¹⁴ SOARES, Sônia Regina Pinto. *Joaquim Norberto de Souza e Silva: Historiador um olhar sobre Minas Gerais Colonial*. 2002. 267 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002. p. 44-45.

¹⁵ AZEVEDO, Sílvia Maria. *Joaquim Norberto de Sousa Silva: poeta, dramaturgo e romancista*. s./p..Disponível em: <<https://www.bbm.usp.br/node/106>> Acesso em: 21 out. 2017.

¹⁶ SOARES, Op.cit., p. 47-48.

¹⁷ SOUZA, Roberto Acízelo de. Joaquim Norberto e o indianismo. *O eixo e a roda*, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, p. 15-31, 2012, p. 17.

troca de nomes de batismo”¹⁸. A escolha de Joaquim Norberto e Maria Teresa por nomes que remetem à cultura indígena encontrava-se em consonância com os debates acerca das questões nacionais e a defesa por um “nacionalismo político e literário”¹⁹ presentes naquele período.

Em 15 de maio de 1891, a *Gazeta de Notícias* da Corte noticiou a morte de Joaquim Norberto, causada, segundo o jornal, devido ao “envenenamento por ácido fênico”²⁰, que ingeriu por engano, pensando que era remédio”²¹. As notas e declarações que falavam de sua morte, destacaram a trajetória de Joaquim Norberto como “um dos cultores mais fecundos das letras pátrias, que enriqueceu com produções de valor em vários gêneros, principalmente na poesia e na história.” Além disso, demarcava-se sua participação no Instituto Histórico, ao apontar que “ninguém se consagrou com mais dedicação, e isto por longos anos.”²² Essa forma laudatória de narrar a contribuição do letrado na cultura brasileira, no entanto, pode ser contraposta, se comparada aos necrológios da *Gazeta de Notícias*, que alegava que “os rapazes de hoje quase o não conheciam”. Esse desconhecimento sobre seus escritos era atribuído à necessidade de “ter acompanhado ou lido o que se escrevia há trinta anos, para formar um juízo sobre o espírito eminentemente laborioso desse velho que ainda ontem representava o nosso Instituto Histórico”²³.

Em 1893, dois anos após a morte de J. Norberto, foi publicado na Revista do IHGB um texto em sua homenagem intitulado *Elogio dos sócios falecidos desde 15 de Dezembro de 1890 até hoje*, escrito por José Luiz Alves. Nesse artigo de quatro páginas, o letrado foi lembrado por sua contribuição como escritor de poemas e romances e por sua participação nos periódicos “*Despertador*, a *Gazeta Universal Braziliense*, o *Muzeu Pitoresco*, o *Guanabara*, a *Semana*, e a *Revista Popular*”²⁴, que lhe conferiram visibilidade como escritor, pois a imprensa “constituiu-se em um dos elementos fundamentais para a vida intelectual da época”²⁵. A contribuição do letrado em diversos periódicos da Corte, além da publicação de livros de literatura e de seus estudos históricos lhe renderam títulos como de “poeta, historiador, literato e crítico literário”²⁶.

É interessante destacar que no texto da *Revista* do IHGB, menos de uma página do necrológio foi dedicada às produções de Joaquim Norberto na área da História, ainda que o discurso o aponte como “um

¹⁸ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida Privada e Ordem Privada no Império. In: _____. (Org.). *História da vida privada no Brasil: Império a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1997. p. 53.

¹⁹ SOUZA, Op.cit., p. 17.

²⁰ Esse ácido era um composto sólido, solúvel em água, tóxico, que possui ação cáustica e, ao ser ingerido pode afetar o sistema nervoso central, fígado e rim.

²¹ JOAQUIM Norberto. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XVII, n. 134, 15 de maio de 1891. p. 1.

²² NOTÍCIAS Diversas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano I, n. 37, 15 de maio de 1891. p. 2.

²³ CRÔNICA da Semana. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XVII, n. 136, 17 de maio de 1891. p. 1.

²⁴ ALVES, José Luiz. Elogio dos sócios falecidos desde 15 de Dezembro de 1890 até hoje. *Revista Trimestral do IHGB*, Rio de Janeiro, Tomo LV parte II, p. 484-488, 1893. p. 485.

²⁵ SALES, Germana Maria Araújo. Folhetins: uma prática de leitura no século XIX. *Entrelaces*, p. 44-56, agosto, 2007. p. 45.

²⁶ SOARES, Sônia Regina Pinto. *Joaquim Norberto de Souza e Silva: Historiador um olhar sobre Minas Gerais Colonial*. 2002. 267 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002. p. 35.

dos mais eruditos e incansáveis investigadores”²⁷ da história pátria. Cabe, portanto, questionarmos a forma como o Instituto quis demarcar a memória de seu antigo presidente, pois, diferentemente do que se acredita, a narrativa de uma vida como uma sequência lógica de ações e acontecimentos faz parte de “uma ilusão retórica”²⁸, isso porque, a trajetória de uma personagem não se constituísse a partir de escolhas coerentes que a levam a determinado fim. Assim, a morte súbita de Joaquim Norberto permite pensar a vida humana não pela via da unidade, racionalidade ou linearidade, mas por meio de aspectos específicos que se entrelaçam²⁹ para constituir o todo das experiências vividas.

A escolha de J. Norberto em dedicar-se à escrita literária e histórica vai ao encontro das discussões presentes no contexto histórico em que o letrado viveu, pois, no século XIX, História e Literatura não podem ser pensadas como áreas distintas, com fronteiras definidas, pois, ambas “exprimem sentidos e significados ao mundo social por meio de suas narrativas”³⁰ e estão interconectadas. No oitocentos, esses dois gêneros narrativos produziram discursos que auxiliaram na construção de interpretações acerca da fundação do Brasil e a “história bebeu nos recursos da narratividade literária, aproximando-se ora do rigor de verdade científica, ora do ensaio, com bases fortemente científicas”³¹. Por sua vez, a literatura usufruía da História, sobretudo na composição dos romances históricos, ao retratar a fauna, a flora e os próprios “brasileiros”. Essa evidência da “paisagem nacional e seus habitantes”³² pretendia constituir uma narrativa que demarcasse as singularidades do Brasil e renovasse a área ao abandonar os antigos padrões do poema épico e clássico e instaurasse um padrão próprio para a escrita nacional. Assim, a mobilização de ambos os estilos narrativos permitiram que “memória, história e literatura fossem aproximados no que se considerava verdadeira missão para a construção e condução da nação”³³ num processo de fortalecimento do Estado nacional.

Nesse contexto de transição política e cultural se fortaleceu no Brasil o Romantismo, movimento cultural que se constituiu na Europa “em meio aos anseios provocados pela época da Revolução Francesa”³⁴. Em um período de conturbadas mudanças sociais, o Romantismo retomava valores e ideais que resgatavam

²⁷ ALVES, José Luiz. Elogio dos sócios falecidos desde 15 de Dezembro de 1890 até hoje. *Revista Trimestral do IHGB*, Rio de Janeiro, Tomo LV parte II, p. 484-488, 1893.p. 487.

²⁸ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coords.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 185.

²⁹ BORGES, Vera Hercília Faria Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2005. p. 225.

³⁰ FERREIRA, Cristina; LENZ, Thiago. A Confederação dos Tamoios, de Gonçalves de Magalhães, e as polêmicas literárias com José de Alencar sobre a natureza e os povos indígenas do Brasil (1856). In: SILVA, Bruno da; FURTADO, André Carlos (Orgs.). *Passados impressos: estudos sobre a circulação de ideias (séculos XVII-XX)*. Curitiba: Editora CRV, 2018. p. 123.

³¹ NAXARA, Márcia Regina Capelari. Historiadores e texto literário: alguns apontamentos. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 44, p. 37-48, 2006. p. 39.

³² LENZ, Thiago. *O Guarani e os nativos idealizados pelo romantismo histórico: José de Alencar entre a Literatura e a História no Brasil oitocentista*. 2015. 92f. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História e Geografia, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau. 2015. p. 24.

³³ NAXARA, Márcia Regina Capelari. Historiadores e texto literário: alguns apontamentos. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 44, p. 37-48, 2006. p. 44.

³⁴ SALIBA, Elias Thomé. As utopias românticas. São Paulo: Estação Liberdade, 2003. p. 14-15.

o passado individual de cada nação e projetava a expectativa do futuro. A relação entre passado e futuro se estabelecia no momento em que o presente tornava-se um período incoerente e transitório. Assim, o Romantismo se estruturou “na quebra com as estruturas do passado”, onde se “ansiava pelo futuro, vendo o presente como uma autêntica ‘primavera dos povos’: um tempo no qual, finalmente, poderiam ver realizados os ideais humanos de felicidade, bondade e perfectabilidade.”³⁵ O nacionalismo constituiu-se assim como uma das principais características dos românticos, pois foi a partir do debate sobre nação que se delineava a história de um povo e, conseqüentemente, criava-se um lugar estável para projeção do futuro.

Dentre as figuras representativas desse movimento no Brasil, podemos citar Gonçalves de Magalhães, Manuel de Araújo Porto Alegre e Torres Homem, devido suas contribuições na defesa de um “nacionalismo literário como dever patriótico”³⁶, viabilizado, em 1836, com a organização da *Nitheroy, Revista Brasiliense. Sciencias, Lettras e Artes*³⁷. A *Revista Nitheroy* foi o primeiro meio de divulgação do Romantismo brasileiro, cujo destaque recaia na frase estampada na capa: “Tudo pelo Brasil, e para o Brasil”³⁸. Assim, por meio desse periódico, o movimento romântico se consolidou no país.

Aluno de Magalhães³⁹ e interessado pelo movimento romântico, Joaquim Norberto entrou em contato com questões importantes relacionadas aos “aspectos sociais e políticos de seu tempo, como a frágil unidade nacional do Brasil”⁴⁰ e a necessidade de consolidar uma história para o país. Além disso, o letrado integrou o corpo editorial de jornais de circulação do Rio de Janeiro como “*Minerva Brasiliense, Guanabara, Semana e Jornal do Comercio*”⁴¹. Dentre suas publicações, a que lhe rendeu maior visibilidade no mundo das letras foi a poesia *Balatas e Modulações poéticas* (1841), livro que lhe inscreveu “entre os discípulos mais jovens da primeira geração romântica, liderada por Gonçalves de Magalhães”⁴². Nesse sentido, “tentar compreender uma vida” é um exercício impossível caso desconsideremos “a matriz das relações”⁴³ entre a personagem e seu contexto histórico.

Na *Revista Popular*, publicada no Rio de Janeiro, evidenciava-se a heterogeneidade das produções de Joaquim Norberto, tendo em vista sua presença em diversas seções, como: *Brasileiras Célebres*, onde

³⁵Ibidem, p. 16.

³⁶ AZEVEDO, Sílvia Maria. *Joaquim Norberto de Sousa Silva: poeta, dramaturgo e romancista*. s./p..Disponível em: <<https://www.bbm.usp.br/node/106>> Acesso em: 21 out. 2017.

³⁷ CANDIDO, Wesley Roberto; CAIRO, Luiz Roberto Velloso. As contribuições da Nitheroy, Revista Brasiliense na constituição do campo intelectual brasileiro. *TriceVersa*, Assis, v.1, n.2, p. 112-133, nov. 2007/abr. 2008. p. 113.

³⁸ NITHEROY, *Revista Brasiliense*. Paris: Dauvin et Fontaine, Libraires, 1836.

³⁹ SOARES, Sônia Regina Pinto. *Joaquim Norberto de Souza e Silva: Historiador um olhar sobre Minas Gerais Colonial*. 2002. 267 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.p. 39.

⁴⁰ SILVA, Giuslane Francisca da Silva; GAMA, Luciana Coelho. Entre a Monarquia e a República: imagens de Tiradentes em Joaquim Norberto de Souza e Silva e Lúcio José dos Santos. *Em tempos de Histórias*, Brasília, n. 26, p. 100-112, jan./jul 2015. p. 103-104.

⁴¹ SOARES, Op. cit., p. 39.

⁴² AZEVEDO, Sílvia Maria. *Joaquim Norberto de Sousa Silva: poeta, dramaturgo e romancista*. s./p.. Disponível em: <<https://www.bbm.usp.br/node/106>> Acesso em: 21 out. 2017.

⁴³ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coords.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 189-190.

publicou diversos textos biográficos de mulheres como *Dona Maria Úrsula de Abreu Lencastre* e *Dona Rosa Maria de Siqueira*, figuras que “distinguiram-se por sua coragem guerreira”⁴⁴ na luta contra os holandeses no período colonial e; a seção *Poemas*, onde escreveu *Poesia dos Selvagens Brasileiros* e *Só uma flor no álbum de uma sobrinha*, títulos que nos permitem perceber o interesse do letrado pela questão indígena e a natureza brasileira, presentes em muitas produções desse contexto. Segundo Maria Eunice Moreira, a Revista Popular enquadrava-se principalmente nos moldes de uma proposta voltada ao estudo e publicações sobre a literatura brasileira, tornando-se “órgão do Romantismo” e “centro dinâmico na renovação das ideias literárias”. O enfoque da revista pelos “assuntos nacionais e o endosso ao programa nacionalista pode ser comprovado pela publicação de um de seus colaboradores mais assíduos; Joaquim Norberto de Sousa e Silva.”⁴⁵

O letrado também possuía textos que versavam entre a História e Literatura, com as produções: *Nacionalidade da Literatura Brasileira*⁴⁶, *Introdução Histórica sobre a Literatura Brasileira*⁴⁷ e *Despertador o bosquejo da História da Literatura Brasileira* (1841), publicados nas colunas de periódicos e mais tarde lançados em formato de livro⁴⁸. Fora os textos assinados com seu nome, J. Norberto também publicou sob pseudônimos, a saber: Fluviano, Achimbert e Jonor, entre outros que talvez não foram identificados pelos estudiosos da literatura⁴⁹.

Diante dessa pluralidade de interesses e publicações, concordamos com José Américo Miranda, que divide a produção de Joaquim Norberto em três fases. Ainda que essa classificação possa levar a certas simplificações e distorções da personagem, cabe retomá-la de forma a perceber as mudanças nos temas privilegiados pelo letrado, de modo a compor uma relação entre a personagem e o contexto de produção de suas publicações⁵⁰. Dentre as fases da produção de Joaquim Norberto, a primeira (1841-1846) esteve voltada à “nacionalidade do país e de sua literatura”⁵¹; a segunda (1846-1859) vinculada à sua dedicação e atenção

⁴⁴ ENDERS, Armelle. “Plutarco Brasileiro” A Produção dos Vultos Nacionais no Segundo Reinado. *Estudos Históricos*, v. 14, n. 25, p. 41-62, 2000.p. 52.

⁴⁵ MOREIRA, Maria Eunice. Joaquim Norberto e a Revista Popular. *Letras de Hoje*, Porto Alegre/Brasil, v. 31, n.4, p. 53-61, 1996. p. 54.

⁴⁶ SILVA, Joaquim Norberto de Sousa e. Nacionalidade da Literatura Brasileira. *Revista Popular*, Rio de Janeiro, tomo VI, p. 298-, 1860. A continuidade encontra-se nos tomos VII, VIII, IX.

⁴⁷ SILVA, Joaquim Norberto de Sousa e. Introdução Histórica sobre a Literatura Brasileira. *Revista Popular*, Rio de Janeiro, tomo IV, p. 357-364, 1859. A continuidade encontra-se no tomo V, p. 21-33, 1860.

⁴⁸ ALVES, José Luiz. Elogio dos sócios falecidos desde 15 de Dezembro de 1890 até hoje. *Revista Trimestral do IHGB*, Rio de Janeiro, Tomo LV parte II, p. 484-488, 1893. p. 485.

⁴⁹ Importante destacar que o uso de pseudônimos era um recurso utilizado por outros escritores nesse período histórico, como José de Alencar e Machado de Assis. Ver: MÜLLER, Andréa Correa Paraiso. A leitura feminina sob tutela na imprensa oitocentista. *Recorte* (UninCor), v. 1, p. 1-15, 2015. p. 7.

⁵⁰ LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 180.

⁵¹ Durante esse período, foi lançada a peça de teatro *Amador Bueno ou A Fidelidade Paulistana* (1846), sua única produção que subiu aos palcos. Ver: MIRANDA, José Américo. A invenção da Literatura. In: SILVA, Joaquim Norberto de Sousa e. *Capítulos de história da literatura brasileira e outros estudos*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da IFMG, 2001. p. 18.

para o teatro⁵² e a literatura⁵³; e, a terceira (1859-1891) destaca-se pelo “florescimento de sua atividade de historiador”⁵⁴, devido suas obras voltadas à pesquisa histórica⁵⁵.

Enquanto produzia seus trabalhos, Joaquim Norberto também estabeleceu em 1872, conexões com a B. L. Garnier, “a mais importante” das editoras no Brasil oitocentista, que funcionou de 1844 a 1934.⁵⁶ Um dos projetos editoriais da Garnier visava sanar a “justa reclamação dos amantes da nossa moderna literatura” proporcionando “aos autores nacionais que formam e devem formar com as suas antigas obras” um espaço para veiculação de seus escritos. A *Brazilia*, coleção que contemplaria essas produções, pretendia a “glória literária do nosso país.”⁵⁷ A participação de J. Norberto nesse empreendimento esteve articulada à organização de dois livros: *Obras Completas de Casimiro de Abreu* (1870) e *Obras Poéticas de Laurindo José da Silva Rabello coligidas, anotadas precedidas do juízo crítico de escritos nacionais e de uma notícia sobre o autor e suas obras* (1876).⁵⁸ Nesse sentido, é possível perceber que os temas nacionais evidenciam-se nos títulos e produções que interessavam ao letrado. Ainda que sua produção tenha alcançado uma grande editora e se diversificado em uma extensa obra lírica, dramática e narrativa, J. Norberto não se destacou a ponto de receber “apreço de seus contemporâneos, e menos ainda da posteridade.”⁵⁹

Um exemplo de uma de suas pesquisas de fôlego que não se destacaram em seu período e na posteridade, foram os seis capítulos da *História da Literatura Brasileira*, lançados individual e desordenadamente (1859-1962)⁶⁰ na *Revista Popular* que, posteriormente (1855), transformou-se em livro, onde o letrado reforça sua divisão da história literária brasileira, já apresentada em *Bosquejo da História da*

⁵² MIRANDA, José Américo. A invenção da Literatura. In: SILVA, Joaquim Norberto de Sousa e. *Capítulos de história da literatura brasileira e outros estudos*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da IFMG, 2001. p. 18.

⁵³ Quando foi ao público: *Livro de Meus Amores* (1849), poemas dedicados à sua esposa; *Flores Entre Espinhos*; *A Viuvinha*; *Romances e Novelas* (1852); além das peças *Clitemnestra* (1847); *O Chapim do Rei* (1854); e, *Colombo ou O Descobrimento do América* (1854).

⁵⁴ MIRANDA, José Américo. A invenção da Literatura. In: SILVA, Joaquim Norberto de Sousa e. *Capítulos de história da literatura brasileira e outros estudos*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da IFMG, 2001. p. 18.

⁵⁵ Com os livros: *História Brasileira ou Considerações Gerais Sobre a História Brasileira*, (1860); *Brasileiras Célebres* (1862), compilado de biografias publicadas na *Revista Popular*; *História da Conjuração Mineira*, (1873), estudo desenvolvido ao longo de treze; *Os Beijos*, (1865); *Galicismos, Palavras e Frases da Língua Francesa Introduzidos por Descuido, Ignorância ou Necessidade na Língua Portuguesa*, (1877) e *A Cantora Brasileira*, (1878). E a peça *Beatriz ou Os Franceses no Rio de Janeiro*, (1860-1861).

⁵⁶ HALLEWELL, Laurence. Baptiste Louis Garnier. In: _____. *O Livro no Brasil: sua história*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012. p. 56.

⁵⁷ ADVERTENCIA sobre a presente edição. In: ABREU, Casimiro de. *Obras completas de Casimiro de Abreu*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1877. s./p..

⁵⁸ Não foram encontrados estudos sobre esse segmento da Garnier ou mesmo detalhes sobre a participação de Joaquim Norberto. Entretanto, esse tema é interessante a autora e suscita motivação para a ampliação de novas pesquisas.

⁵⁹ SOUZA, Roberto Acizelo de. Joaquim Norberto e o indianismo. *O eixo e a roda*, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, p. 15-31, 2012. p. 17.

⁶⁰ Os capítulos intitulavam-se: *Tendência dos Selvagens Brasileiros Para a Poesia* (1859); *Catequese e Instrução dos Selvagens Brasileiros, Pelos Jesuítas* (1859); *Introdução Histórica Sobre a Literatura Brasileira* (1859 e 1860); *Nacionalidade da Literatura Brasileira* (1860); *Originalidade da Literatura Brasileira* (1861); e, *Da Inspiração que Oferece a Natureza do Novo Mundo a seus Poetas* (1862). Importante destacar que os capítulos foram publicados em ordem diferente quando foram compilados para o formato de livro. Conforme: MIRANDA, José Américo. A invenção da Literatura. In: SILVA, Joaquim Norberto de Sousa e. *Capítulos de história da literatura brasileira e outros estudos*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da IFMG, 2001. p. 19.

Poesia Brasileira (1841). Sua classificação separava a história literária nacional em seis partes: 1ª “desde o descobrimento do Brasil até fins do décimo sétimo século”; 2ª “começo até meado do século décimo oitavo”; 3ª “meado até fins do século décimo oitavo”; 4ª “começo do século décimo nono até ao momento da proclamação da independência nacional”; 5ª “época da independência” e, 6ª “da reforma da poesia e do engrandecimento da literatura nacional.”⁶¹

Assim, Joaquim Norberto dedicou-se ao estudo do passado literário brasileiro, ao realizar pesquisas sobre os poetas e literatos brasileiros e ordená-los, algo que marcou as produções sobre o tema, pois, “se não foi a mais importante (talvez tenha sido), foi seguramente, sob muitos aspectos, um pioneiro.”⁶² Entretanto, é necessário problematizar essa noção de vanguarda narrativa adotada por J. Norberto, pois o próprio letrado afirmou que essa prática de divisões “das épocas da nossa história política”⁶³ já vinha sendo debatida no Instituto Histórico e Geográfico, o que denota que “classificar” era um método utilizado nesse período. Além disso, no século XIX alguns outros escritores se dispuseram a estudar a História da Literatura do Brasil, como Ferdinand Denis, com seu livro *Résumé de l'Histoire Littéraire Du Brésil* (1826); Gonçalves de Magalhães, com o seu *Estudo Preliminar sobre a História da Literatura do Brasil* (1834), entre outros.

Nesse período, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiros (IHGB), fundado no dia 21 de outubro de 1838, a partir do modelo do Instituto Histórico de Paris (IHP), tornara-se a principal instituição destinada às letras⁶⁴ no Brasil, com o objetivo de “traçar a gênese da nacionalidade brasileira” e coletar “documentos relevantes para a história do Brasil”⁶⁵. Entre os membros do IHGB encontravam-se advogados, literatos, poetas, entre outras figuras⁶⁶, como o próprio imperador D. Pedro II, que frequentava as reuniões e concedia incentivos para as pesquisas empreendidas pelos sócios, o que fortaleceu as relação entre a instituição e o poder imperial, interessado na “elaboração de uma história nacional”⁶⁷ que mostrasse ao mundo o Brasil como uma Nação. Coube, portanto, aos sócios do Instituto investir nos “procedimentos coletivos de reconstrução do passado”⁶⁸, em uma articulação de demandas políticas que se combinavam “na tarefa de

⁶¹ SILVA, Joaquim Norberto de Sousa e. Introdução Histórica sobre a Literatura Brasileira. In: _____. *Capítulos de história da literatura brasileira e outros estudos*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da IFMG, 2001. p. 48.

⁶² MIRANDA, José Américo. A invenção da Literatura. In: SILVA, Joaquim Norberto de Sousa e. *Capítulos de história da literatura brasileira e outros estudos*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da IFMG, 2001. p. 6.

⁶³ SILVA, Op.cit., p. 45-47.

⁶⁴ SCHWARCZ, Lilia K. M.. Os Institutos Históricos e Geográficos: “Os guardiões de nossa história oficial”. In: _____. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 101.

⁶⁵ GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, v. 1. n. 1, jan/maio.1988. p. 7-8.

⁶⁶ ENDERS, Armelle. *Os vultos da nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2014.

⁶⁷ GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. p. 53.

⁶⁸ GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de (Org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007. p. 96.

reconstruir o passado do Brasil pela via de uma narrativa que integre experiências passadas a um tempo e espaço agora percebidos como nacionais.”⁶⁹

Dessa maneira, o IHGB buscou promover iniciativas para que seus sócios concretizassem seus interesses⁷⁰. Dentre os que se envolveram em tais ideias podemos citar: Francisco Adolfo de Varnhagen, Gonçalves Dias, Gonçalves de Magalhães, Joaquim Manuel de Macedo e Joaquim Norberto de Sousa e Silva, que acabaram por tornarem-se adeptos do projeto nacionalista que visava “pensar a história do país” a partir de uma perspectiva em que o discurso literário e histórico se articulavam na composição de uma narrativa “que corporificasse este vasto país, carente de delimitações não só territoriais”⁷¹, mas também históricas.

Exemplo disso, eram as pesquisas de Varnhagen que, em 1841, defendia o estudo da língua indígena “para o bem da História e da Geografia, e de todos os ramos da literatura que um dia há de ter este abençoado país”⁷². No mesmo ano, J. Norberto publicou um estudo intitulado *Memória histórica e documentada das aldeias de índios da província do Rio de Janeiro*, onde descreve a formação de etnias que viviam na região do Rio de Janeiro⁷³ no período colonial.

Para tornar acessível tais estudos para um público mais amplo, foi criada em 1839, a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que trazia aos leitores os estudos que versavam “sobre a história e a geografia do país” com objetivo de contemplar as especificidades de nossa Nação. A organização interna da Revista, podia ser “dividida em três partes distintas”⁷⁴: 1º artigos e documentos vinculado às pesquisas; 2º biografias de brasileiros, uma das seções de maior destaque intitulada “Brasileiros ilustres pela ciência, letras, armas e virtudes, etc.”⁷⁵; e, 3º atas das sessões do Instituto, tornando aberta a todos as discussões políticas, históricas, geográficas e etnográficas desenvolvidas, além da admissão de novos membros.

Assim, o aceite Joaquim Norberto de Sousa e Silva como membro efetivo do IHGB apareceu na Revista como tendo ocorrido na sessão do dia 12 de agosto de 1841. Sócio do Instituto, o letrado se fez

⁶⁹Ibidem, p. 102.

⁷⁰ Assim como instituições europeias, desde sua fundação o IHGB promoveu concursos em vias de estabelecer um método para a escrita da História do Brasil, responsável por abarcar diversos aspectos da vida social e cultural do país. Entre eles, destacou-se o concurso vencido pelo bávaro Carl Friedrich Phillip von Martius com a dissertação intitulada: *Como se deve escrever a história do Brasil* (1843), que incluía a participação dos indígenas no início do texto e pela primeira vez trazia os negros como figuras que auxiliaram a formação da nação brasileira. Ver: CEZAR, Temístocles. Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.) et al. *História Cultural*. Experiências de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p. 174.

⁷¹ SCHWARCZ, Lília K. M.. Introdução. In: _____. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 4.

⁷² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Memória sobre a necessidade do estudo e ensino das línguas indígenas do Brasil*. *Revista Trimestral do IHGB*, Rio de Janeiro, t. 3, p. 53-63, 1842. p. 54.

⁷³ SILVA, Joaquim Norberto de Sousa e. *Memória histórica e documentada das aldeias de índios da província do Rio de Janeiro*. *Revista Trimestral do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo XVII, p. 109-552, 1854.

⁷⁴ SCHWARCZ, Lília K. M.. Os Institutos Históricos e Geográficos: “Os guardiões de nossa história oficial”. In: _____. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 109.

⁷⁵ ENDERS, Armelle. “Plutarco Brasileiro” A Produção dos Vultos Nacionais no Segundo Reinado. *Estudos Históricos*, v. 14, n. 25, p. 41-62, 2000.

presente em diversas atividades como: membro da comissão encarregada de erigir na corte a estátua equestre do fundador do Império (set/1854), secretário da comissão encarregada de erigir a estátua de José Bonifácio (jul/1861), propôs a criação da categoria de sócios beneméritos (jun/1890), dentre outras tarefas⁷⁶. Além disso, na sessão de 15 de dezembro de 1849, com a mudança da sede do IHGB para o Paço da Cidade, D. Pedro II distribuiu quatro temas para alguns membros do Instituto produzirem dissertações⁷⁷. Para Joaquim Norberto de Sousa e Silva, coube o tópico “O descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral foi devido a um mero acaso, ou teve ele alguns indícios para isso?”⁷⁸ No ano seguinte, o letrado suscitou questionamentos acerca do “propósito do descobrimento do Brasil”, sendo o “primeiro a levantar a hipótese da intencionalidade da chegada dos portugueses ao Brasil, o que provocou veemente reações, publicadas no início da década.”⁷⁹ A pesquisa completa se tornou pública nas páginas da Revista do IHGB no tomo XV, no ano de 1852.

Em 1854, J. Norberto publicou no tomo XVII da Revista do Instituto seu mais longo trabalho de pesquisa histórica, com um total de 443 páginas, intitulado *Memória histórica e documentada das aldeias de índios da província do Rio de Janeiro*. No início do texto, o letrado indica um princípio de escrita da História que se apartava da escrita literária, pois, demarca que “não aventurei uma só expressão sem que fosse baseada em documentos, para que se me não taxasse de romântico o que é meramente histórico” e complementa apontando que na falta de documentos, “firmei-me no testemunho das obras impressas, das quais nem sempre me fiei sem o mais minucioso exame e confrontação: si errei, tive os melhores desejos, empreguei todos os meus esforços para acertar”.⁸⁰

É interessante notar que ainda que existisse uma fluidez entre História e Literatura, há diferenças quanto a compreensão de sua intencionalidade discursiva, pois a História dedica-se ao fatos “verídicos” e a Literatura escreve “sobre o que poderia ter acontecido”⁸¹. É importante evidenciar que Joaquim Norberto percebia certa disparidade entre as formas de narrar, tendo em vista que o mesmo buscou afastar-se do estilo romântico e mobilizar metodologias que se estabeleciam como científicas para produzir sua pesquisa histórica.

⁷⁶ SOARES, Sônia Regina Pinto. *Joaquim Norberto de Souza e Silva: Historiador um olhar sobre Minas Gerais Colonial*. 2002. 267 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

⁷⁷ A Antônio Gonçalves Dias coube “comparar o estado físico, intelectual e moral dos indígenas da quinta parte do mundo com o estado físico, intelectual e moral dos indígenas do Brasil”; a Duarte da Ponte Ribeiro foi destinado falar sobre “que usos, costumes, palavras e frases dos índios do Brasil andam hoje no trato comum da sociedade polida dos brasileiros”; a Francisco de Paula Menezes, “o estudo e imitação dos poetas românticos promove ou impede o desenvolvimento da poesia nacional?”;

⁷⁸ 212ª SESSÃO em 15 de dezembro de 1849. *Revista Trimestral do IHGB*. Tomo XII. Rio de Janeiro: Companhia Tipográfica do Brasil, 1849. p. 554.

⁷⁹ ENDERS, Armelle. *Os vultos da nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2014. p. 106.

⁸⁰ SILVA, Joaquim Norberto de Sousa e. *Memória Histórica e Documentada das aldeias de índios da província do Rio de Janeiro*. *Revista Trimestral do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo XVII, p. 109-552, 1854. p. 110.

⁸¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e Literatura: uma velha-nova histórica. *Revista Nuevo Mundo*, Jan/2006. Disponível em: <<https://nuevomundo.revues.org/1560>> Acesso em: 05/10/2017.

Além dos textos longos, o letrado teve nove textos biográficos publicados na *Revista* do Instituto⁸², além de discursos e pronunciamento⁸³. Essas falas podem ser atribuídas às funções administrativas desempenhadas por Joaquim Norberto no Instituto Histórico, primeiramente como de secretário e depois como presidente do IHGB (1886-1891), após o falecimento do Visconde de Bom Retiro⁸⁴. Seguramente, o Instituto era uma associação que servia como “um local de projeção intelectual” e também “um espaço de promoção pessoal”, devido às relações do Instituto com o poder Imperial. Nesse sentido, o cargo de presidente honorário era destinado ao imperador D. Pedro II, e ainda que para ser presidente fosse requerida a posição de “político renomado”, Joaquim Norberto ocupou a função por cinco anos. É interessante destacar também que aos presidentes cabia cumprir “funções basicamente figurativas – abrindo seções ou lendo atas previamente elaboradas –, aos secretários cabiam papéis bem mais trabalhosos”⁸⁵, fator que pode justificar sua posição ao cargo. Podemos, dessa forma, evidenciar a participação de J. Norberto como homem público, interessado pelo “mundo das letras” e pelas “cousas pátrias”⁸⁶ como um ponto marcante em sua trajetória.

Assim, é possível concluir que J. Norberto publicou na *Revista* do IHGB sobre cinco temas principais: 1) Descobrimento do Brasil; 2) História das populações indígenas; 3) Biografias; 4) Discursos e pronunciamentos especiais; 5) Poemas. Dessa forma, fica demonstrado que a pesquisa e a periodização da história da literatura brasileira realizada por Joaquim Norberto o inclui nos debates culturais presentes desse contexto histórico sobre o passado literário do Brasil. Pensar essas diferentes produções do letrado contribui para o desenvolvimento da investigação acerca de suas proposições de estudo ao contemplar na História e na Literatura princípios de “interlocução entre contexto e autor, pois autores e obras literárias são acontecimentos datados, historicamente condicionados, valem pelo que expressam aos contemporâneos”⁸⁷.

⁸² Biografias publicadas também na Revista Popular. Destas, eram cinco mulheres: D. Maria Úrsula de Abreu Lencastre; D. Clara Filippa Camarão; D. Rosa Maria Siqueira; Damiana da Cunha; Beatriz de Assis e quatro homens: Bento Teixeira Pinto; Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa; Casimiro de Abreu e Laurindo José da Silva Rabello.

⁸³ Como no caso do discurso na Sessão magna de aniversário do IHGB no dia 15 de dezembro de 1880; do discurso de abertura pelo Quinquagenário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na Sessão Imperial em 21 de outubro de 1888, com a presença da princesa imperial, do Conde d’Eu e do imperador D. Pedro II.

⁸⁴ SOARES, Sônia Regina Pinto. *Joaquim Norberto de Souza e Silva: Historiador um olhar sobre Minas Gerais Colonial*. 2002. 267 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002. p. 90.

⁸⁵ SCHWARCZ, Lília K. M.. Os Institutos Históricos e Geográficos: “Os guardiões de nossa história oficial”. In: _____. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 105.

⁸⁶ SOARES, Op.cit., p. 35.

⁸⁷ CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Apresentação. In: _____. *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 8-9.

Considerações finais

O Brasil oitocentista tornou-se palco de inúmeros debates sobre a cultura e a política nacional. Como apontado ao longo deste trabalho, no âmbito da Literatura, o Romantismo se disseminou entre os escritores brasileiros a partir da publicação da *Nitheroy, Revista Brasiliense* organizada em conjunto por Gonçalves de Magalhães, Manuel de Araújo Porto Alegre e Torres Homem, cujo destaque recaía na frase estampada na capa “Tudo pelo Brasil, e para o Brasil”. Na escrita da História, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838, fomentou os estudos de cunho cientificista no país. A criação de uma *Revista* para o IHGB tornou acessível às pesquisas realizadas por seus membros e, na historiografia brasileira, configura-se em uma fonte privilegiada de estudos. Trata-se de um diversificado espaço de leitura, tendo em vista as diferentes seções que contemplavam desde temas ligados à literatura, história, transcrição de documentos, estudos botânicos e geográficos, até atas de reuniões. As produções dos sócios do Instituto visavam auxiliar na construção de uma História e de uma delimitação geográfica para o Brasil.

Dentre os homens que se dedicaram à essas produções evidenciou-se a participação de Joaquim Norberto de Sousa e Silva, literato, funcionário da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, da Biblioteca Pública do Rio de Janeiro e pesquisador. Conforme demonstrado, a relação de Joaquim Norberto com o Romantismo no final da segunda metade do século XIX e sua associação ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o colocou em contato com os principais debates culturais e políticos desse contexto histórico, centrado nas discussões em torno da constituição de uma cultura e de um passado autenticamente nacionais para o Brasil. Essas questões articulavam-se ao projeto do governo central, que pretendia criar uma unidade para o país e vencer os levantes separatistas, de modo a manter o território brasileiro. Os estudos de J. Norberto, assim como seus contemporâneos, Francisco Adolfo de Varnhagen, Januário da Cunha Barbosa e Gonçalves de Magalhães versavam entre a Literatura e a História, tendo em vista a fluidez entre ambos os estilos narrativos nesse período do oitocentos. Os estudos publicados na *Revista* do IHGB permitem-nos pensar sobre a escrita do passado e as pesquisas realizadas por seus sócios com o propósito de perceber criticamente as conexões e as intenções do escritor presentes nesses textos. A *Revista* do Instituto, portanto, comporta múltiplas problemáticas, pois, a escrita da História encontrava-se articulada às construção de uma memória desse passado nacional que se buscava criar⁸⁸.

No caso especial de Joaquim Norberto, esses estudos se imbricavam e o delineavam enquanto um “homem de letras” no Brasil imperial, tendo em vista que “não é somente a condição de leitor e escritor que caracteriza” esses letrados nessa categoria, mas também a “participação desse indivíduo nas pequenas

⁸⁸ GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *História Cultural*. Experiências de Pesquisa. Rio Grande do Sul: UFRGS Editora, 2003. p. 18.

sociedades onde os eruditos se encontram, discutem e mantêm trocas culturais”.⁸⁹ Caso de sua participação como membro efetivo e posteriormente presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Conclui-se que Joaquim Norberto de Sousa e Silva, esteve envolvido com produções históricas e literárias na segunda metade do século XIX, movimentos literários e instituições que fomentavam debates nacionais, o que denotou a fluidez entre a Literatura e a História ao longo do oitocentos e, como os sujeitos históricos agem a partir de sua realidade, dos interesses que defendem e do contexto em que viveram.

Referências

ADVERTENCIA sobre a presente edição. In: ABREU, Casimiro de. *Obras completas de Casimiro de Abreu*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1877. s./p..

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida Privada e Ordem Privada no Império. In: _____. (Org.). *História da vida privada no Brasil: Império a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1997. pp. 12-93.

ALVES, José Luiz. Elogio dos sócios falecidos desde 15 de Dezembro de 1890 até hoje. *Revista Trimestral do IHGB*, Rio de Janeiro, Tomo LV parte II, p. 484-488, 1893.

AZEVEDO, Sílvia Maria. *Joaquim Norberto de Sousa Silva: poeta, dramaturgo e romancista*. s./p..Disponível em: < <https://www.bbm.usp.br/node/106>> Acesso em: 21 out. 2017.

BORGES, Vera Hercília Faria Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2005. pp. 203-233.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coords.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.pp. 183-191.

CANDIDO, Wesley Roberto; CAIRO, Luiz Roberto Velloso. As contribuições da Nitheroy, Revista Brasileira na constituição do campo intelectual brasileiro. *TriceVersa*, Assis, v.1, n.2, p. 112-133, nov. 2007/abr. 2008.

CARVALHO, José Murilo de. A elite política nacional: definições. In: _____. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp. 49-62.

CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Apresentação. In: _____. *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. pp. 7-15.

CRÔNICA da Semana. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XVII, n. 136, p. 1, 17 de maio de 1891.

ENDERS, Armelle. “Plutarco Brasileiro” A Produção dos Vultos Nacionais no Segundo Reinado. *Estudos Históricos*, v. 14, n. 25, p. 41-62, 2000.

⁸⁹ CHARTIER, Roger *apud* VENÂNCIO, Giselle Martins. Presentes de papel: cultura escrita e sociabilidade na correspondência de Oliveira Vianna. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 28, p. 23-47, 2001. p. 29.

_____. *Os vultos da nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2014.

FERREIRA, Cristina. Souza, Laura de Mello e. Cláudio Manuel da Costa: o letrado dividido. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 32, n. 63, p. 437-440, 2012.

FERREIRA, Cristina; LENZ, Thiago. A Confederação dos Tamoios, de Gonçalves de Magalhães, e as polêmicas literárias com José de Alencar sobre a natureza e os povos indígenas do Brasil (1856). In: SILVA, Bruno da; FURTADO, André Carlos (Orgs). *Passados impressos: estudos sobre a circulação de ideias* (séculos XVII-XX). Curitiba: Editora CRV, 2018. pp. 123-141.

GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *História Cultural*. Experiências de Pesquisa. Rio Grande do Sul: UFRGS Editora, 2003. pp. 9-24.

_____. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de (Org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007. pp. 203-233. pp. 93-122.

_____. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

_____. Nação e Civilização nos Trópicos O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, v. 1. n. 1, p. 5-27, jan/maio.1988. HALLEWELL, Laurence. Baptiste Louis Garnier. In: _____. *O Livro no Brasil: sua história*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012. pp. 195-226.

JOAQUIM Norberto. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XVII, n. 134, p. 1, 15 de maio de 1891.

LENZ, Thiago. *O Guarani e os nativos idealizados pelo romantismo histórico: José de Alencar entre a Literatura e a História no Brasil oitocentista*. 2015. 92f. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História e Geografia, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau. 2015.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006. pp. 167-182.

MIRANDA, José Américo. A invenção da Literatura. In: SILVA, Joaquim Norberto de Sousa e. *Capítulos de história da literatura brasileira e outros estudos*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da IFMG, 2001. pp. 5-24.

MOREIRA, Maria Eunice. Joaquim Norberto e a Revista Popular. *Letras de Hoje*, Porto Alegre/Brasil, v. 31, n.4, p. 53-61, 1996.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. Historiadores e texto literário: alguns pontamentos. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 44, p. 37-48, 2006.

NITHEROY, Revista Brasiliense. Paris: Dauvin et Fontaine, Libraires, 1836.

NOTÍCIAS Diversas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano I, n. 37, 15 de maio de 1891.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e Literatura: uma velha-nova histórica. *Revista Nuevo Mundo*, Jan/2006. Disponível em: < <https://nuevomundo.revues.org/1560> > Acesso em: 05/10/2017.

_____. Os novos parceiros da História: nas fronteiras do conhecimento. In: _____. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. pp. 107-114.

SALES, Germana Maria Araújo. Folhetins: uma prática de leitura no século XIX. *Entrelaces*, p. 44-56, agosto, 2007.

SALIBA, Elias Thomé. As utopias românticas. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

SCHWARCZ, Lilia K. M.. Introdução. In: _____. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. pp. 11-22.

_____. Os Institutos Históricos e Geográficos: “Os guardiões de nossa história oficial”. In: _____. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. pp. 99-140.

212ª SESSÃO em 15 de dezembro de 1849. *Revista Trimestral do IHGB*. Tomo XII. Rio de Janeiro: Companhia Tipográfica do Brasil, p. 550-557, 1849.

SILVA, Giuslane Francisca da Silva; GAMA, Luciana Coelho. Entre a Monarquia e a República: imagens de Tiradentes em Joaquim Norberto de Souza e Silva e Lúcio José dos Santos. *Em tempos de Histórias*, Brasília, n. 26, p. 100-112, jan./jul 2015.

SILVA, Joaquim Norberto de Sousa e. Introdução Histórica sobre a Literatura Brasileira. *Revista Popular*, Rio de Janeiro, tomo IV, p. 357-364, 1859. A continuidade encontra-se no tomo V, p. 21-33, 1860.

_____. Memória histórica e documentada das aldeias de índios da província do Rio de Janeiro. *Revista Trimestral do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo XVII, p. 109-552, 1854.

_____. Nacionalidade da Literatura Brasileira. *Revista Popular*, Rio de Janeiro, tomo VI, p. 298-, 1860.

SOARES, Sônia Regina Pinto. *Joaquim Norberto de Souza e Silva: Historiador um olhar sobre Minas Gerais Colonial*. 2002. 267 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2002.

SOUZA, Roberto Acízelo de. Joaquim Norberto e o indianismo. *O eixo e a roda*, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, p. 15-31, 2012.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Memória sobre a necessidade do estudo e ensino das línguas indígenas do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 3, p. 53-63, 1842.

VENÂNCIO, Giselle Martins. Presentes de papel: cultura escrita e sociabilidade na correspondência de Oliveira Vianna. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 28, p. 23-47, 2001.

Recebido em 26/06/20 aceito para publicação em 06/08/20



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional.

Revista Vernáculo n.º 46 – segundo semestre/2020

ISSN 2317-4021

O Mefistófeles do Iluminismo: a Primeira Guerra Mundial como ressignificadora da concepção moderna de História nos ensaios de Bertrand Russell

The Mephistopheles of the Enlightenment: The First World War as a reframe of the modern conception of history in Bertrand Russell's essays

Marlon Ferreira dos Reis¹

Resumo: Considerando que a Primeira Guerra Mundial foi um evento simbólico do século XX, objetiva-se no presente artigo delinear a representação do conflito na coletânea de ensaios *Portraits from Memory & Others Essays* (Retratos da Memória & Outros Ensaios), de Bertrand Russell (1872-1970). De tal maneira, almejo demonstrar como a batalha de 1914-1918 ressignificou ideais da tradição da modernidade europeia nos escritos do autor. Para tanto, explicitarei trechos dos escritos de Russell nos quais o autor indica o impacto da Primeira Guerra em si mesmo e no mundo (intelectual e material) a sua volta. Acredito que o conflito em questão propiciou uma releitura do filósofo acerca do modo de pensamento iluminista, direcionando o autor para a reelaboração do racionalismo científico e expressando novas concepções de progresso, ciência e da humanidade. O que, por conseguinte, renovou aspectos da filosofia da modernidade, tendo como molde as novas experiências do século XX.

Palavras-chave: Bertrand Russell; Primeira Guerra Mundial; Iluminismo.

Abstract: Considering that the First World War was a symbolic event from 20th century, the aim of this paper is to draw the representation of the conflict on Bertrand Russell's (1872-1970) companion *Portraits From Memory & Others Essays*. Thereby, I aim to demonstrate how the battle of 1914-1918 re-meant ideas from European modernity tradition on the author's writing. To this end, I will expose parts from Russell's texts in which the author indicates the impact of the First War on himself and on the world (intellectual and material) around him. I believe that the conflict provided a rework of Enlightenment scientific's rationalism and expressed new conceptions of progress, science and humanity – facts that reframed aspects from the philosophy of modernity mirroring the new experiences from the 20th century.

Keywords: Bertrand Russell; First World War; Enlightenment

Introdução

O artigo que aqui me disponho a escrever tem como objetivo demonstrar a representação da Primeira Guerra Mundial dentro da coletânea de ensaios, *Retratos da Memória & Outros Ensaios* (com escritos produzidos entre 1951-1956), do filósofo e matemático britânico Bertrand Russell (1872-1970). A hipótese desse trabalho é de que o conflito bélico de 1914-1918 possibilitou uma mudança tão significativa no espaço de experiência do autor (e da sociedade europeia) que marcou a reestruturação de uma concepção de tempo baseada nos ideais iluministas de progresso contínuo e eurocentrismo.

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, bolsista CNPq.

Nesse sentido, a Guerra existiu como uma situação cuja tradição intelectual europeia não foi capaz de fornecer respostas significativas para os novos dilemas que o continente tinha de enfrentar. Usualmente, colocamos em foco a tradição filosófica de pensamento que deu origem ao pós-estruturalismo e/ou ao “pós-modernismo” como desenlace do conflito e do espaço aberto pela fratura da modernidade.² Justamente por isso, a escolha de Russell é significativa, pois este é adepto de uma concepção da história na qual as raízes da modernidade estão bem aparentes. O filósofo aqui em questão acreditava que fora justamente a falta de racionalidade a causa maior dos conflitos do século XX e que a Primeira Guerra Mundial foi o início de uma queda constante da humanidade.

Desse modo, nós podemos entender as ideias de Russell, e de outros contemporâneos, como respostas aos questionamentos levantados pelos conflitos do século XX. Paralelamente à tradição “pós-modernista” e/ou pós-estruturalista, há outra via que seria desse (neo)racionalismo que se insere na tradição do pensamento científico do Iluminismo. Uma tradição que não foi extinta, mas que, muito pelo contrário, estende-se até a contemporaneidade em diversos discursos científicos (especialmente de especialistas nas ciências naturais). Para citar apenas quatro produções expressivas, temos: Carl Sagan, e seu livro *O mundo assombrado pelos demônios*; Steven Pinker, com seu *O novo Iluminismo*; Richard Dawkins, com seu *Deus, um delírio*; e Yuval Noah Harari, com seu *Sapiens* – a saber, os três primeiros livros fazem menção concordante às ideias de Bertrand Russell (se ampliarmos a lista de autores do gênero, o fenômeno se mantém).³ Os quatro livros trazem uma concepção de ciência e racionalidade que, apesar de diferir em diversos aspectos cruciais, adentram na tradição iluminista que afirma a Razão (sendo sinônimo de ciência) como meio para se alcançar um mundo melhor.

Sobre o objeto deste artigo: Bertrand Russell foi o Terceiro *Earl* Russell, neto do duas vezes primeiro ministro da rainha vitória *Sir John Russell* (1792-1878), matemático e filósofo formado pela *Trinity College Cambridge*. As contribuições de Russell a filosofia como um todo o elevaram para o patamar de um dos filósofos mais influentes do século XX; ao mesmo tempo, foi reconhecido na esfera pública por seus escritos sobre a moral, suas campanhas contra a Primeira Guerra Mundial e na luta pelo desarmamento nuclear. Louvado por discutir diversos temas, é autor de mais de setenta livros, dois mil artigos publicados e laureado com o Prêmio Nobel de Literatura em 1950.⁴

O livro que aqui analiso é um escrito posterior ao conflito da Primeira Guerra. Nele encontramos trinta e dois ensaios que abordam desde a adaptação ao mundo do pós-guerras, até os caminhos que, segundo

² PETERS, Michael. *Pós-estruturalismo e filosofia da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

³ Ver: SAGAN, Carl. *O mundo assombrado pelos demônios*. São Paulo: Companhia das letras, 2006.; PINKER, Steven. *O novo Iluminismo*: em defesa da razão, da ciência e do humanismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.; DAWKINS, Richard. *Deus, um delírio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. HARARI, Yuval N. *Sapiens*. Uma breve história da humanidade. Porto Alegre: L&PM, 2015.

⁴ MONK, Ray. *Bertrand Russell*. British logician and philosopher. Encyclopædia Britannica, 2019. Disponível em: < <https://www.britannica.com/biography/Bertrand-Russell> > último acesso 03/06/2020.

Russell, deveriam ser tomados para se alcançar a paz. Tais textos são ricos de uma fortíssima relação com os ocorridos em seu contexto sócio-político global, visto que almejam construir, refletir e analisar um período incerto e turbulento. Justamente por serem ensaios que se debruçam sobre as consequências dos conflitos anteriores e apresentam uma maturação das ideias do autor ao longo dos anos belicosos que viveu, escolhi-os como fonte central desse artigo. Todas as produções ensaísticas contidas na coletânea possuem um enorme grau autobiográfico, que delineiam a experiência do autor, como demonstrei em outras ocasiões.

O mundo antes de 1914

Ao longo das duzentas e quarenta e seis páginas da coletânea *Retratos da Memória*, os termos “Primeira Guerra Mundial” e “Primeira Guerra” são escritos vinte e uma vezes. Se compararmos com as nomenclaturas “Segunda Guerra Mundial” e “Segunda Guerra”, estas últimas foram proferidas apenas cinco vezes. A terminologia “Grande(s) Guerra(s)” foi utilizada, ao todo, cinco vezes também, sendo duas destas referindo-se exclusivamente à Primeira Guerra Mundial. A partir disso, já se pode notar um indício de que os eventos de 1914 possuem um peso significativo na coletânea, pelo menos em relação aos de 1939-1945. De fato, o estourar da guerra de 1914 é caracterizada como fundamental para a formação intelectual de Russell, pois significou tanto o abandono da matemática quanto a revisão das concepções históricas e sociais do filósofo.

Como a fonte em questão aponta, assim como uma extensa gama de outras produções, a Primeira Guerra Mundial foi uma tragédia que implicou na perda expressiva de força de muitos dos ideais europeus representantes da tradição de pensamento do século XIX. Ela marcou o fim de uma época e o início de um novo período, mais sangrento, mais tenso, com mais horrores e calamidades.⁵

Em diversos ensaios de seu livro, Russell afirma que o mundo antes de 1914 tinha um padrão estável aparente, no qual era esperado que nada se alterasse fundamentalmente, mas sim que ocorresse apenas por uma evolução gradual, tendo a Inglaterra como padrão referencial. Antes do século XX, vemos que as grandes potências do mundo eram europeias e todas estas eram monarquias, exceto a França, que deixou de ser dois anos antes do nascimento de Bertrand Russell. Nessa linha, o matemático aponta que nasceu em uma atmosfera impregnada de tradição, e escreveu: “algum período foi tão abençoado com a cegueira em relação ao futuro?”.⁶ O autor prossegue afirmando que as coisas que acreditava serem boas no século XIX

⁵HOBBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

⁶RUSSELL, Bertrand. *Portraits from memory & other essays*. New York: NY, Simon and Scuster, Inc. Rockefeller Center, 1956, pp. 121. As traduções das citações extraídas das obras de Russell e de outros títulos referenciados em inglês, são de minha responsabilidade.

ainda acredita serem no XX, entretanto, algumas destas parecem muito mais distantes do que “naquele período feliz”.⁷

Somado a esse saudosismo, os ensaios russellianos apresentam algo compartilhado por diversos indivíduos do século XX: a sensação de aceleração do tempo. O matemático afirma que sentiria um prazeroso êxtase se sua sociedade pudesse “esperar por algo tão confortável como a estagnação”.⁸ Cada vez mais, e de forma mais intensa, desde o início da modernidade, as mudanças acontecem com maior velocidade, dificultando que o passado seja significado na forma de tradição, e que estabeleça uma base sólida como raiz do presente. Acerca da aceleração do tempo iniciada com a modernidade, Reinhart Koselleck expressou que,

[...] se no cômputo da experiência subjetiva, o futuro parece pesar aos contemporâneos por ele afetados, é porque um mundo técnico e industrialmente formatado concede ao homem períodos de tempo cada vez mais breves para que ele possa assimilar novas experiências, adaptando-se assim às alterações que se dão de maneira cada vez mais rápida.⁹

Ainda nessa linha, Marshall Berman divide a modernidade em três fases: na primeira, do início do século XVI até o fim do XVIII, as pessoas estão começando a experimentar a vida moderna. A segunda, com a grande onda revolucionária de 1790, ganha vida um extenso e moderno público. Esse público partilha o sentimento de viver em uma era revolucionária, um momento que desencadeia explosivas convulsões em todos os níveis da vida pessoal, social e política. Simultaneamente, o público moderno do século XIX ainda se lembra do que é habitar um mundo que não chega a ser moderno (novo) por inteiro. É dessa dicotomia, da sensação de viver em dois mundos, que emerge e se desdobra a ideia de modernismo, como movimento artístico, e modernização, como pauta político-ideológica. Na terceira e última fase, o processo de modernização e a cultura mundial do modernismo se expandem a ponto de abarcar virtualmente grande parte do globo. Por outro lado, à medida que se expande, o público moderno se multiplica em uma multidão de fragmentos; “a ideia de modernidade, concebida em inúmeros e fragmentários caminhos, perde muito de sua nitidez, ressonância e profundidade e perde sua capacidade de organizar e dar sentido à vida das pessoas”.¹⁰

Em suma, o que temos é que os modernos do século XIX são distintos dos subsequentes, especialmente pelo fato do Novecentos representar, de acordo com o Berman, uma era moderna que perdeu contato com as raízes de sua própria modernidade. Entretanto, a ideia de controle sobre o futuro, ou para recuperar o argumento de Koselleck, da temporalização da história, define essa própria modernidade. O

⁷*Ibidem*, pp. 45. Grifos meus.

⁸*Ibidem*., pp. 128.

⁹ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora/PUC-Rio, 2006, pp. 16.

¹⁰ BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1986, pp. 14.

historiador alemão declara que “[...] a nova consciência de época, desde o final do século XVIII, caracteriza-se pelo fato de o próprio tempo não ser mais experimentado apenas como fim ou como começo, mas como um tempo de transição”.¹¹

Podemos dizer que, antes da Primeira e Segunda Guerra Mundiais, para muitos pensadores, o futuro guiava o tempo, no sentido de que, como expressou Russell, via-se o aperfeiçoamento como inevitável. Dessa maneira, a fragmentação do público moderno implica na fragmentação de concepções sobre a modernidade (não necessariamente sofisticadas), assim, os eventos de 1914 trouxeram a urgência de respostas e, a partir do tecido intelectual, diversas alternativas surgiram a fim de suprir essa demanda. No trabalho sobre Bertrand Russell e os pacifistas na Primeira Guerra, Jo Newberry relata que o filósofo inglês ainda bebeu da tradição do Iluminismo [*Enlightenment*] inglês; era um fiel crente da Razão, e do uso correto da mesma, da qual o próprio pensamento liberal do século XIX deriva.¹² Até então, o liberalismo moderno expressava a ideia do progresso ordenado e inevitável que se espalharia pelo mundo, e da ótica europeia, de fato, esse modelo de desenvolvimento mundial parecia teoricamente tangível.¹³ Quando esse horizonte de expectativa cosmopolita se metamorfoseia em virtude de uma experiência de trauma, o próprio modo de enxergar o século XIX se altera: Bertrand Russell aponta que o século XIX seria um interlúdio entre a civilização e o barbarismo.¹⁴

A palavra “Civilização” é central para compreender a ideia de progresso e o impacto da Primeira Guerra, pois, “a simultaneidade daquilo que não é contemporâneo entre si, de início uma experiência surgida da expansão para o ultramar, passou a ser o padrão básico para que a crescente unidade da história universal a partir do século XVIII fosse interpretada como progresso”.¹⁵ O fato de se terem diferentes temporalidades e relações humanas com um referencial de progresso predeterminado é que se constroem perspectivas de evolução e regressão em todos os âmbitos da vida. Cria-se, desta forma, um eixo temporal linear em que no horizonte vê-se o desenvolvimento e tudo o que está “atrás” é uma espécie de barbarismo selvagem. A base do pensamento positivista colonizador está justamente no estabelecimento de reduções dualísticas da realidade, em um achatamento depreciativo dos sujeitos e sociedades.¹⁶

¹¹ KOSELLECK, Reinhart. *Op. Cit.*, pp. 288.

¹² NEWBERRY, Jo. *Bertrand Russell and the pacifists in the First World War*. Tese submetida para a obtenção do grau de *Doctor of Philosophy* para a McCaster University, 1975, p. 11.

¹³ Bobbio argumenta que um dos defeitos do liberalismo seria justamente a sua incapacidade de exercer o cosmopolitismo de sua filosofia. Ver: BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, pp. 686-687.

¹⁴ RUSSELL, Bertrand. *Op. Cit.*, pp. 56.

¹⁵ KOSELLECK, Reinhart. *Op. Cit.*, pp. 293.

¹⁶ Não digo aqui que Russell é um colonizador ou imperialista, muito pelo contrário, foi um militante contra o imperialismo britânico e a favor da descolonização dos países. O ponto é que as justificativas de subjugação de outros povos teve como base o eurocentrismo, que era em certo grau uma característica do pensamento russelliano antes de 1914.

A Primeira Guerra Mundial como Mefistófeles

A explosão da Primeira Guerra fez com que esse eixo linear ganhasse uma dimensão na qual se torna possível desfazer o progresso europeu adquirido, ou seja, voltar ao “barbarismo” que fora desonestamente legado as populações colonizadas. Baseado nisso, o historiador inglês Eric Hobsbawm defende que para muitos que nasceram antes da Primeira Guerra Mundial, “‘Paz’ significava ‘antes de 1914’”.¹⁷ Até o conflito em questão explodir, não havia um combate que envolvesse todas as potências, ou a maioria delas, há um século. No verão de 1914, nasce uma era de massacres em que as nações europeias teriam como objetivo a destruição umas das outras – e que demonstraria a própria hipocrisia do positivismo e historicismo europeu.

Em realidade, Marc Ferro relata que diversos trabalhos literários e jornalísticos previam uma guerra entre as potências europeias, e essa literatura reflete as preocupações e anseios da sociedade pré-Guerra. O governo britânico vinha se preparando para uma possível investida na costa da Jutlândia desde 1911, e ainda chegou a enviar forças armadas para a Antuérpia como forma de proteção de um possível ataque. Independentemente do tom pacífico do discurso governamental, os ingleses já possuíam planos de ofensiva contra a Alemanha e isso é tão significativo quanto os devaneios e previsões da guerra imaginada pelos escritores.¹⁸

A autoconfiança e fé no progresso dos intelectuais estavam rachando antes da Guerra Mundial, entretanto, a batalha apressou o mergulho na dúvida e no isolamento desse modelo de concepção do tempo. A opinião britânica, antes de 1914, era de que a guerra era esperada como uma eventual probabilidade, porém visualizada com medo por todos. Contudo, quando a Primeira Guerra estourou, teve pouco tempo com uma atmosfera de medo e emergência; quase que imediatamente depois, as aflições evaporaram e o conflito foi abraçado por grande parte da população.¹⁹ Bertrand Russell rememora que observou com desânimo o crescente perigo de uma Guerra (já em 1902, ele desgostava da política da Tríplice Entente). O matemático afirma ter previsto que uma grande guerra iria marcar o fim de uma época e reduzir drasticamente o nível geral de civilização.²⁰

Nos anos antes de 1914, as nuvens ameaçadoras apareceram no horizonte, mas ainda era possível se manter otimista e esperar que os acordos diplomáticos fossem prevenir uma catástrofe.²¹ Bertrand Russell achou impossível acreditar que a Europa seria tão insensata de mergulhar em uma guerra contra si mesma. Ao mesmo tempo, o matemático era assombrado pelo fato de que se houvesse um conflito entre todas as potências, a Inglaterra provavelmente estaria envolvida. Para tentar evitar tal fato, o filósofo coletou um grande número de assinaturas de professores e colegas em favor da neutralidade britânica, formando um

¹⁷ HOBBSBAWM, Eric. *Op. Cit.*, pp. 37

¹⁸ FERRO, Marc. *The Great War: 1914-1918*. London & New York: Taylor & Francis e-Library, 2006, pp. 29-38.

¹⁹ MARWICK, Arthur. *The Deluge: british society and the first world war*. New York: Palgrave Macmillan, 1991, pp. 55-69.

²⁰ RUSSELL, Bertrand. *Op. Cit.*, pp. 26.

²¹ *Ibidem.*, pp. 45.

documento que seria publicado pelo jornal *Machester Guardian*. Pouco tempo depois dessa publicação, a guerra foi declarada e, nesse 4 de agosto, quase todos os assinantes mudaram suas opiniões. O filósofo inglês reflete: “olhando para trás, parece extraordinário que ninguém percebeu com clareza o que estava vindo”.²²

A Primeira Guerra estourou e, do lado liberal daqueles que foram favoráveis ao conflito, o famoso escritor inglês Herbert G. Wells formulou a frase emblemática de que a Grande Guerra seria “a guerra que acabará com todas as guerras” e que, “na hora da vitória”, a Grã-Bretanha “salvaria os alemães do tratamento vingativo”.²³ Obviamente estas afirmações não passaram de um enorme engano. O fato curioso é que Russell teve uma aproximação com Wells quando ambos participaram de um grupo, no qual todos os membros, exceto os dois, eram imperialistas e pelo fato de Wells, nessa época, crer, ironicamente, que uma Grande Guerra era uma insensatez. Após Wells se tornar belicoso, Russell o criticou pelo otimismo, visto o estado em que o mundo se encontrava.²⁴

O filósofo inglês relata que passou a tarde de 4 de agosto caminhando pelas ruas e notando multidões comemorando histericamente, para nos dias seguintes descobrir, para sua surpresa, que grande parcela dos homens e mulheres estavam deleitados com a perspectiva de uma guerra. Até esse momento, o autor imaginava que conflitos armados eram forçados sobre populações relutantes por governos maquiavélicos e despóticos.²⁵ Novamente, há uma quebra de expectativa, desta vez não só com o Estado e os estadistas, mas com a população de modo geral. Em uma passagem simbólica, Russell relata:

após ver trens de tropas partindo para Waterloo, eu costumava ter estranhas visões de Londres como um lugar de irrealidade. Eu imaginava ver pontes se quebrando e afundando, e toda a cidade desaparecendo como uma neblina matinal. Seus habitantes começaram a parecer alucinações, e eu me perguntava se o mundo em que eu pensava ter vivido era um mero produto dos meus próprios pesadelos febris.²⁶

Em essência, a Primeira Guerra foi vista por Russell como um enorme lapso de insensatez, causando assim uma fratura de continuidade no progresso. A Primeira Guerra foi um evento forjador do século XX que simbolizaria todo o tempo subsequente. Ademais, a guerra pode ter sido, como afirma Hobsbawm, “uma catástrofe histórica precipitada por um erro político e de cálculo”.²⁷ As ilusões de uma guerra curta, de vitória fácil, acabaram quando a Grande Guerra se espalhou pela África, através dos oceanos, e transformou a Europa em um enorme campo de batalha. O século XX, aos olhos de Russell, se mostrou o completo

²²*Ibidem.*, pp. 27.

²³ WELLS, Herbert G. Daily News, 14 August 1914. Daily Chronicle, 8 August 1914. Apud: MARWICK, Arthur. *Op. Cit.*, pp. 88.

²⁴ RUSSELL, Bertrand. *Op. Cit.*, pp. 85.

²⁵ RUSSELL, Bertrand. *Op. Cit.*, pp. 27.

²⁶*Ibidem*, pp. 28.

²⁷ HOBBSAWM, Eric. *Op. Cit.*, pp. 13.

contrário do século XIX, que foi um período de progresso material, intelectual e moral quase ininterrupto de melhoria nas condições de vida europeia. Russell expressou uma clara redução no otimismo, afirmando, por exemplo, que “as esperanças desse período [o século XIX] parecem agora um pouco absurdas”.²⁸ Hobsbawm aponta que, a partir de 1914, houve uma acentuada regressão dos padrões tidos como normais nos países desenvolvidos, os quais todos acreditavam que estavam se espalhando para as regiões “mais atrasadas” e para as camadas “menos esclarecidas”.²⁹

A tese de Modris Eksteins é de que o envolvimento britânico em 1914 converteu a luta pelo poder continental em uma verdadeira guerra de culturas. Ao mesmo tempo em que as tensões se desenvolviam entre as nações, conflitos fundamentais vinham à tona em quase todas as áreas da atividade e do comportamento humano.³⁰ Desde o início, a guerra para a Grã-Bretanha não tinha relação com territórios em si, a invasão à França era uma ameaça estratégica muito mais séria do que a invasão à Bélgica, mas publicamente, o discurso era de uma defesa desta última. Desde o início, a guerra foi, para os britânicos, um conflito de valores em torno da própria ideia de civilização.

Bertrand Russell atesta isso apontando que, no calor da guerra, fora dito que este era um conflito por liberdade, pela democracia e contra o militarismo, contudo, ao fim e ao cabo, era apenas uma guerra por hegemonia econômica e cultural. Tragicamente, após 1918, a liberdade diminuiu e o militarismo se espalhou em demasia pelo mundo. Entretanto, no início do conflito, não havia dúvidas: os soldados marcharam para a guerra com prazer, muitos cantando, com rosas em seus rifles, rumo ao *front*.³¹

O que o filósofo inglês deixa explícito em diversos ensaios é que a Primeira Guerra foi responsável por balançar muitos de seus preceitos e o fez repensar em diversas questões fundamentais. Bertrand Russell relata adquiriu o hábito de ver a si mesmo como um Fausto não-sobrenatural para quem Mefistófeles era representado pela Primeira Guerra Mundial. O matemático não adentra muito nessa comparação de si com o personagem criado por Johann W. Goethe, mas tudo leva a crer que o espírito do personagem Fausto e o de Russell se aproximam no sentido de que ambos estavam interessados em compreender a totalidade das coisas do mundo.

Entretanto, o que aqui também me interessa nessa comparação é uma discussão levantada por Marshall Berman, na qual o autor relata que Goethe e Fausto³² representam o início do modernismo. “O Fausto de Goethe expressa e dramatiza o processo pelo qual, no fim do século XVIII e início do seguinte, um sistema

²⁸ RUSSELL, Bertrand. *Op. Cit.*, pp. 2. Sobre a questão da atmosfera cultural da Europa durante o período referente, ver: MAYER, Arno. *A força da tradição: a persistência do Antigo Regime, 1848-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

²⁹ *Ibidem.*, pp. 22.

³⁰ EKSTEINS, Modris. *A sagração da primavera: a grande guerra e o nascimento da era moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

³¹ FERRO, Marc. *Op. Cit.*, pp. xi.

³² Fausto é um poema trágico de língua alemã dividido em duas partes, escrito por Johann Wolfgang von Goethe. O enredo se trata de um personagem, Fausto, que possui todas as ciências, todavia se mostra insatisfeito com o que já tem. Buscando sabedoria, Fausto faz um pacto com um demônio, Mefistófeles. A história trata do desejo de Fausto pelo absoluto.

mundial especificamente moderno vem à luz”.³³ O que Fausto deseja para si mesmo é um processo dinâmico que abarca todas as experiências humanas juntas, assimilando-as ao seu crescimento próprio. Acima de tudo, “o Fausto de Goethe é a primeira e ainda melhor tragédia do desenvolvimento”.³⁴

Uma nova Europa despontava no horizonte. Ainda assim, confundiram-se as ideias contemporâneas do que a guerra realmente era e de como ela devia ser travada e de seus resultados. Na tradição europeia, a guerra sempre foi um poderoso instrumento de mudança política da elite, justamente por isso, endossou-se uma aura de masculinidade, glória e prestígio deste gênero de conflito no âmbito cultural. Todavia, com a industrialização dos países beligerantes, todos sabiam que a guerra estava mudada, só não se sabia com certeza ainda de que maneira.³⁵

O choque não veio apenas da transformação da guerra, mas também das intenções e dos resultados obtidos. “A disparidade entre o que causou a guerra (independente de qual era a visão) e o que a guerra se tornou era o coração do assunto”.³⁶ A partir de 1914, a guerra era a representante de todas as grandes transformações: “em muitos aspectos a guerra era a revolução, e isso ajuda a explicar o golfo entre intenção e resultado”.³⁷ A Primeira Guerra só revelou sua verdadeira face com a contagem das mortes em massa.

Ao contrário do que H. G. Wells conjecturou, a Primeira Guerra Mundial não foi um fim, mas sim um começo; as forças e disputas iniciadas e transformadas, continuariam a “desestabilizar” as vidas humanas pelos anos que viriam. Em suma, “as consequências pareciam maiores e mais incontroláveis do que as origens, e o resultado, em retrospecto, cada vez mais desproporcional às causas”.³⁸ A insensatez, a ironia, o horror, o medo e outros sentimentos, ganharam espaço nas experiências do tempo. Como simplifica Bertrand Russell: “o mundo entre guerras era atraído pela loucura”.³⁹

Essa insensatez coletiva, como Russell expressou, era fruto da própria insensatez das instituições como um todo. Os princípios de liberdade se enfraqueceram, tal como os de Estado não-interventor. “Em resumo, o liberalismo fez uma retirada durante toda a Era da Catástrofe, movimento que se acelerou acentuadamente depois que Adolf Hitler se tornou chanceler da Alemanha em 1933”.⁴⁰ Era difícil, como lemos em Russell, adaptar-se a esse novo modelo de governança.

Nesse sentido, podemos imaginar o impacto que isto representa para um indivíduo que nasceu ainda no século XIX, com um forte discurso dos valores de 1688. Para que vingasse a velocidade, o novo, o transitório, o desenvolvimento “[...] toda uma escala de valores e crenças teve de ceder o lugar de honra, e a

³³ BERMAN, Marshall. *Op. Cit.*, pp. 45

³⁴ *Ibidem*, pp. 47.

³⁵ HORNE, John (org), *A companion to World War I*. Sussex: Blackwell Publishing Ltd., 2010.

³⁶ HORNE, John (org). *Op. Cit.*, pp. xvi

³⁷ *Ibidem*, pp. xvi.

³⁸ HORNE, John (org). *Op. Cit.*, pp.xx.

³⁹ RUSSELL, Bertrand. *Op. Cit.*, pp. 116

⁴⁰ HOBSBAWM, Eric. *Op. Cit.*, pp. 115.

Grande Guerra foi [...] o acontecimento mais significativo nessa evolução”.⁴¹ Se analisarmos, por exemplo, o escritor alemão Ernst Jünger, após testemunhar a Batalha de Somme, a guerra e a vida tinham outra aparência: “aqui desapareceu para sempre o cavalheirismo. Como todos os sentimentos nobres e pessoais, ele teve de ceder o lugar ao novo ritmo da batalha e ao poder da máquina. Aqui a nova Europa se revelou pela primeira vez no combate”.⁴² A partir da imagem de soldados correndo em direção à metralhadoras em um estilo arcaico, sem compreender exatamente como se travava a nova guerra que batalhavam, Eksteins relata que “o herói tornou-se a vítima e a vítima o herói. O atacante tornou-se o representante de um mundo, o mundo do século XIX, que foi demolido por esta guerra”.⁴³ Se o atacante era o representante de um mundo agonizante, o defensor, a vítima, tornou-se símbolo de um novo mundo nascente.

Os Estados beligerantes exerceram grande esforço para transformar esse conflito em algo da vida pessoal. Todavia, a Primeira Guerra significou uma “guerra total”? John Horne argumenta que, se considerarmos que a luta da “guerra total” é um processo evolutivo, suas origens podem ser razoavelmente identificadas mais remotamente no passado, nas guerras revolucionárias francesas como o primeiro conflito ideológico secular. Nesta perspectiva, os eventos iniciados em 1914 seriam um estágio importante na crescente capacidade da guerra em mobilizar e devastar sociedades – e que se tornaria cada vez mais sofisticado nos anos subsequentes.⁴⁴

Pode-se argumentar que nenhum fenômeno social é total, que a ideia de uma “guerra total” é apenas uma ilusão. Para Horne, esses argumentos têm força, mas correm o risco de perder a essência da Primeira Guerra com sua lógica totalizante (ou potencial totalizante) sobre a qual os seus contemporâneos estavam cientes de sua novidade e singularidade. Os termos e linguagens da mobilização nacional e da “automobilização” nos principais participantes em 1914, e o processo mais profundo de formação nacional e participação política que os sustentam, eram eles mesmos uma dimensão vital da totalização da guerra, sem o qual nenhuma persistência dos combatentes ou a duração do conflito seria explicável.⁴⁵

Nesta linha, podemos pensar como Arthur Marwick e perceber que a guerra não é algo separado da sociedade, mas surge *da* sociedade. Sociedades engajam-se (e desengajam-se) com a guerra. Portanto, em vez de pensar a sociedade em um ponto e a guerra fora deste, deve-se enxergá-la como um *continuum*; uma sociedade *em* guerra.⁴⁶ Dessa maneira, Marwick separa quatro aspectos da guerra: (1) seu potencial destrutivo, ou seja, vê-la como uma grande catástrofe, destruidora também dos laços com o século XIX; (2) a guerra como um teste das instituições existentes, assim como seu modo de governar; (3) o envolvimento

⁴¹ EKSTEINS, Modris. *Op. Cit.*, pp. 12.

⁴² JÜNGER apud WINTER, Denis. *Death's men: soldiers of the Great War*. Middlesex: Penguin Books Ltd, p. 1979, pp. 277.

⁴³ EKSTEINS, Modris. *Op. Cit.*, pp. 190.

⁴⁴ HORNE, John (org.), *State Society and mobilization in Europe during the First World War*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002, pp. 3.

⁴⁵ HORNE, John (org.). *Op. Cit.*, 2002, pp. 3.

⁴⁶ MARWICK, Arthur. *Op. Cit.*

dos estratos mais baixos da população; (4) pensar a guerra como uma experiência psicologicamente cataclísmica.⁴⁷ Estes quatro tópicos são potencializados vertiginosamente no século XX e são fundamentais quando se trata da metamorfose da forma na qual se articula a experiência do tempo. O caráter disruptivo e destrutivo do conflito têm outra face que é a da reconstrução: o que a guerra destrói, hora ou outra precisará ser reconstruído – inclusive, eu adiciono: a “reconstrução” das concepções de história.

O desenlace dos conflitos

Em 1917-18 o governo britânico, tal qual o francês, engajou-se em uma campanha de propaganda a fim de combater os pacifistas. Chegou-se à conclusão de que mobilizar a sociedade para uma “guerra total” requeria mais do que poderes expandidos de repressão conferidos por legislações de tempos de crise; era necessário um grau de consentimento popular que estava intimamente ligado à coesão interna da nação. Russell, em 1918, fora preso por “propaganda pacifista” na tentativa de enfrentar a continuação do conflito, sendo vítima, em maior ou menor grau, da violência estatal contra seu próprio povo.⁴⁸ O final da guerra foi marcado pela imposição do alistamento universal em solo britânico, sendo um evento de central importância na história social da guerra, pois implicou uma mudança definitiva na política de governo.⁴⁹

A Europa pagou o preço de demolir as colunas dos seus valores mais sagrados. Não há como compreender o “breve século XX”, para falar nos termos de Hobsbawm, sem a Primeira Guerra, pois foi um período marcado pelo massacre, no qual se “viveu e pensou em termos de guerra mundial, mesmo quando os canhões se calavam e as bombas não explodiam”.⁵⁰

Esse passado sangrento se vê rejeitado como lembrança de assombro ao mesmo tempo em que atormenta as consciências em uma escala até então inédita. “Não passa, não passa mais [...] não deve passar [...] pois as lembrança, dominada ou não, serve doravante de alerta de advertência de uma possível recidiva a imagem do anjo da história de Walter Benjamin”.⁵¹ O anjo de Benjamin, na verdade de Paul Klee, é o quadro *Angelus Novus*, em que está representado um ser celestial que parece querer se afastar de algo que encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. Benjamin diz que o anjo da história deve ter esse aspecto. Olhando para o passando, onde nós vemos uma série de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa sob seus pés.⁵²

⁴⁷ *Ibidem*, pp. 17-21.

⁴⁸ RUSSELL, Bertrand. *Op. Cit.*, pp. 30.

⁴⁹ MARWICK, Arthur. *Op. Cit.*

⁵⁰ HOBSBAWM, Eric. *Op. Cit.*, pp. 25.

⁵¹ ROUSSEAU, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente e o contemporâneo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016, pp. 115.

⁵² BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. Belo Horizonte: autêntica Editora, 2012, pp. 13-14.

A guerra chega ao fim. No entre guerras, a vida volta ao normal, mas não volta. A estrutura se destrói, seja ela política, cultural, psicológica, mas a história continua. A Primeira Guerra “não resolveu nada”, as esperanças de um mundo pacífico pós-guerra se frustraram, a Inglaterra não ocupava o “topo do mundo”: “o passado estava fora de alcance, o futuro fora adiado, o presente era amargo [...]”.⁵³ Os lares prometidos aos heróis e os sonhos sociais utópicos criados pela retórica de guerra foram brutalmente eliminados pela inflação, pelo desemprego e pelas privações generalizadas (além da epidemia de gripe que devastou o mundo, matando mais pessoas do que a própria guerra). “A desilusão foi o desfecho inevitável da paz”.⁵⁴

Cito o poeta francês Paul Valéry: “a tempestade se extinguiu e ainda estamos inquietos, desassossegados, como se a tempestade estivesse por irromper”, e sabiamente continua, “a mente foi na verdade cruelmente ferida [...]”.⁵⁵ Já Bertrand Russell lembra que o fim do conflito foi tão rápido e dramático que ninguém teve tempo de ajustar os sentimentos para a mudança de circunstâncias. A população como um todo regozijou o silêncio das armas, inclusive o próprio matemático, mas, o autor relata que se manteve tão solitário quanto antes.⁵⁶ Na introdução da coletânea de ensaios, Russell defende que todos os males do século XX brotaram da “inevitável tragédia grega decorrente da Primeira Guerra Mundial”.⁵⁷

A fratura existiu e foi notada, a Europa foi deslocada do centro de referência como desenvolvido (intelectual e tecnicamente). No período de publicação de *Retratos da Memória*, Russell enxergava na China, onde morou durante o ano de 1920, um dos países com maior potencial de se tornar uma grande nação (enxergando a possibilidade de conciliação entre tradição e modernização).⁵⁸ Já sua análise sobre os Estados Unidos da América cambaleava cada vez mais para o abandono desse país como um modelo de liberdade, o primeiro choque foi com a entrada deste último na Primeira Guerra, depois com a corrida nuclear, por fim, a Guerra do Vietnã veio para sepultar de vez os Estados Unidos como um ideal de país (Russell foi um dos manifestantes mais expressivos contra a Guerra do Vietnã, tendo um tribunal de crimes de guerra com Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir).⁵⁹

Como consequência da Primeira Guerra, Russell conta que estava absorvido com a importância da relação entre política e psicologia individual.⁶⁰ O filósofo inglês chegou à conclusão de que o que as massas dos homens fazem é resultado das paixões em comum a todos, e, estas últimas, não são as que os tradicionais teóricos políticos enfatizaram. Não eram os governos insensatos e tirânicos que usavam a população, mas sim as populações que estavam entregues às suas paixões. Nessa linha, Bertrand Russell

⁵³HOBSBAWM, Eric. *Op. Cit.*, pp. 57.

⁵⁴EKSTEINS, Modris. *Op. Cit.*, pp. 332.

⁵⁵VALERY apud EKSTEINS, *Op. Cit.*, pp. 327 e 329.

⁵⁶RUSSELL, Bertrand. *Op. Cit.*, pp. 31.

⁵⁷*Ibidem.*, pp. 6.

⁵⁸RUSSELL, Bertrand. *Autobiography*. New York: Routledge, 2009, pp. 356-382.

⁵⁹RUSSELL, Bertrand. *War crimes in Vietnam*. New York: MonthlyReview Press, 1967.

⁶⁰As reflexões das quais o autor se referem podem ser encontradas na coletânea: RUSSELL, Bertrand. *Sceptical essays*. London: Unwin Brothers LTD, Woking, 1928.

chegou à máxima de que um mundo pacífico não pode ser construído tendo como base populações que se deleitam em lutar e matar. Argumenta ainda que nenhuma reforma poderia ser estável a não ser que alterasse o sentimento individual. A conclusão do matemático é de que o caráter egocêntrico de nossos desejos interferem em nossa ética.⁶¹ Apenas uma moral baseada no racionalismo, que mire no progresso da humanidade, é capaz de brevar as paixões humanas. Essas são ideias presentes em outros pensadores do século XX, como, por exemplo, Ernst Cassirer, e sua defesa de parte do legado do Iluminismo como forma de combater o irracionalismo.⁶²

Esse “Iluminismo tardio” que Russell expressa em seus escritos ainda possui expressão até os dias atuais: durante a Guerra Fria, período dos escritos da coletânea, muitos cientistas militantes do desarmamento nuclear (como Albert Einstein, amigo de Russell) utilizariam do mesmo repertório argumentativo de Bertrand Russell. Na visão desses sujeitos, o problema não se encontra na ciência em si, mas no uso passional dos frutos desta última – lê-se: na utilização da técnica por Estados-Nação autoritários e irracionais.

Somado a isso, os ideais, mesmo de progresso, não eram mais tão sólidos quanto antes. Russell afirma:

A história faz com que se tenha consciência de que não há finalidade nos assuntos humanos; não há uma perfeição estática e uma sabedoria que não possa ser provada. Qualquer sabedoria que tenhamos alcançado é uma questão pequena em comparação com o que é possível. Quaisquer que sejam as crenças que possamos estimar, mesmo aquelas que consideramos mais importantes, provavelmente não durarão para sempre; e, se imaginarmos que elas personificam as verdades eternas, o futuro provavelmente zombará de nós.⁶³

Em determinado ensaio, o filósofo inglês conjectura que a maioria das pessoas concordaria que sua era ultrapassou todas as anteriores em conhecimento, mas não houve um aumento da sabedoria. O desenvolvimento da técnica está, nesse momento, desvinculado do aperfeiçoamento humano de forma estrutural: a catarse de Russell repousou no fato de que o método científico vai além do desenvolvimento técnico, mas perpassa por uma sabedoria racional capaz de guiar nossos preceitos morais. Há uma moralização do pensamento científico, no sentido de um elogio ao ceticismo contemporâneo e da valorização das evidências como base para crenças humanas. A conclusão de Russell é que em alguns casos, perseguir um conhecimento pode se tornar prejudicial, a não ser que seja combinado com a sabedoria; tendo esta última o sentido de uma visão compreensiva do contexto histórico. Portanto, com cada aumento de conhecimento e técnica, a sabedoria se tornaria mais necessária, visto que um aumento potencializa nossa capacidade de realizar nossos propósitos e, por conseguinte, amplia nossa capacidade para o mal.⁶⁴

⁶¹ RUSSELL, Bertrand. *Op. Cit.*, 1956, pp. 181.

⁶² Ver: CASSIRER, Ernst. *O Mito do Estado*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

⁶³ RUSSELL, Bertrand. *Op. Cit.*, 1956, pp. 197.

⁶⁴ RUSSELL, Bertrand. *Op. Cit.*, pp. 174.

O que temos é que Russell constrói um uso responsável da técnica como condição para o progresso contínuo. De fato, não houve o abandono das ideias centrais da modernidade, mas uma adaptação destes tendo em vista as experiências adquiridas. Essa é outra tradição de pensamento relacionada à técnica: podemos enxergar em Hannah Arendt aspectos desse modo de pensar em relação à técnica e ao progresso.⁶⁵ Somado a ela, temos também Albert Einstein, ao dizer: “compreendemos melhor agora que os esforços mais consideráveis devem ser empregados no sentido de que a herança se torne, para a humanidade, não uma catástrofe, mas uma oportunidade”.⁶⁶ Ávido defensor da ciência, amigo pessoal de Russell, compartilhava de visão semelhante do autor aqui analisado no que tange à técnica e ao seu uso para o progresso.

Apesar dos pesares, como um filho do otimismo vitoriano, o filósofo aqui em questão diz que esse espírito totalmente otimista não é mais plausível. Todavia, Russell defende ainda que é preciso abster-se do momento e olhar para um futuro distante para se ter esperança. Necessitava-se manter convicto de que, não importa os tempos sombrios que se apresentem perante toda a humanidade ainda emergiria, a indulgência retornaria e o reino da violência brutal não duraria para sempre. A humanidade precisaria aprender novas lições para lapidar sua sabedoria. O que pode ser resumido em: “se o mundo emergir, vai precisar de pensamento honesto e de sentimento de gentileza”.⁶⁷

Considerações finais

Retomando o argumento de Berman sobre as fases da modernidade, Russell presenciou tanto a segunda, quanto a terceira fase. Vive no surgimento de uma esfera pública na qual a ode às diferentes visões do progresso (incluindo a utopia marxista), e morreu enxergando uma esfera pública demasiadamente achatada em polaridades e dualismos. Nesse meio tempo, a Primeira Guerra foi um baque nesse âmbito, pois evidenciou de forma prática as contradições historicistas e positivistas da história ao mergulhar a Europa em um massacre insensato.

Nesse sentido, a concepção de uma “guerra total” no que tange à grande mobilização de diversos setores sociais para o conflito é fundamental para nos fornecer um arcabouço teórico da batalha, no qual podemos enxergar um *continuum* entre a condição belicosa e a sociedade. Em poucas palavras, uma continuidade entre a esfera pública e a guerra. Uma sociedade em guerra, pensa em termos da crise do conflito. Apesar da Guerra não ser um catalizador de nenhum fenômeno social, mas um fato social em si, as constantes demandas criadas pelo embate necessitam de respostas. Russell, como almejei demonstrar, ao

⁶⁵Ver: ARENDT, Hannah. *On Violence*. Nova York: Harcourt Brace Jovanovich, Publishers, 1969; _____. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras.

⁶⁶EINSTEIN, Albert. *Como vejo o mundo*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1981, pp. 45.

⁶⁷RUSSELL, Bertrand. *Op. Cit.*, 1956, pp. 12.

lembrar da Primeira Guerra Mundial, enxergou ela justamente seu Mefistófeles, ou seja, o demônio que possibilitou alcançar uma nova sabedoria, um novo entendimento, sobre a humanidade.

A própria experiência do tempo do autor é condicionada pelo dilúvio trágico que foi a Primeira Guerra, o que significa que sua consciência histórica (e filosófica) foi significativamente marcada por ela – a ponto de ocorrer o abandono de diversas concepções. Ademais, há uma estruturação de uma nova perspectiva filosófica do tecido social: a análise das paixões individuais que Russell conjecturou fazem parte de um novo repertório de experiências que obteve ao enxergar o entusiasmo popular com a Guerra. Entretanto, o que considero mais importante não é essa aproximação com a psicanálise, mas a consolidação de um modelo filosófico-social no qual apenas o racionalismo científico individual e institucional seria capaz de brecar os impulsos irracionais da humanidade.

Nos termos do matemático, a Primeira Guerra teria sido evitada se as instituições estivessem dotadas de um senso histórico sábio, o qual encontra na razão científica os freios dos impulsos irracionais. Em resumo, o que é defendido por Bertrand Russell como desenlace aos questionamentos levantados pela Primeira Guerra Mundial seria que há a necessidade de exercer “a prática de seguir a evidência e renunciar à certeza na qual falta a evidência”.⁶⁸

De fato, o pensamento de Russell ainda decorre da tradição do *Enlightenment*, no qual as paixões devem ser subalternas à Razão. Entretanto, apenas as paixões “destrutivas” são colocadas em cheque. As paixões na arte, no ócio e no amor ainda são exaltadas pelo autor como formas de se encontrar uma vida virtuosa, cito: “a boa vida é inspirada pelo amor e guiada pelo conhecimento”.⁶⁹ O ponto é que Russell tomou um caminho distinto de outros pensadores do século XX, críticos da modernidade: um caminho expresso pelo abraço do pensamento científico como resposta às mazelas do mundo. A máxima de “se atentar às evidências” guiaria o pensamento russelliano (e de outros autores) contra os vieses pessoais de cada um. O que não significava a crença simplista de que seria possível suprimir completamente sua individualidade em um estudo, mas sim “desantropocizar” a realidade natural e criar empatia em relação aos seus semelhantes. Em suma, os processos históricos para o progresso só poderiam ser alcançados se o trajeto fosse iluminado pelo pensamento racional. Dessa forma, a metáfora de Carl Sagan se aplicaria perfeitamente: “a ciência vista como uma vela no escuro”.⁷⁰

Referências

ARENDT, Hannah. *On Violence*. Nova Yorke: Harcourt Brace Jovanovich, Publishers, 1969; _____, *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras.

⁶⁸ RUSSELL, Bertrand. *Op. Cit.*, 1956, pp. 180.

⁶⁹ RUSSELL, Bertrand. *What I believe*. London: Routledge, 2004, pp. 10. Grifomeu.

⁷⁰ SAGAN, Carl. *Op. Cit.*.

- BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. Belo Horizonte: autêntica Editora, 2012.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1986.
- BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- CASSIRER, Ernst. *O Mito do Estado*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- DAWKINS, Richard. *Deus, um delírio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- EINSTEIN, Albert. *Como vejo o mundo*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1981.
- EKSTEINS, Modris. *A sacração da primavera: a grande guerra e o nascimento da era moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- FERRO, Marc. *The Great War: 1914-1918*. London & New York: Taylor & Francis e-Library, 2006.
- HARARI, Yuval N. *Sapiens*. Uma breve história da humanidade. Porto Alegre: L&PM, 2015.
- HOBBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das letras, 1995.
- HORNE, John (org). *A companion to World War I*. Sussex: Blackwell Publishing ltd., 2010.
- _____. *State Society and mobilization in Europe during the First World War*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora/PUC-Rio, 2006.
- MARWICK, Arthur. *The Deluge: british society and the first world war*. New York: Palgrave Macmillan, 1991.
- MAYER, Arno. *A força da tradição: a persistência do Antigo Regime, 1848-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- MONK, Ray. *Bertrand Russell*. British logician and philosopher. Encyclopædia Britannica, 2019. Disponível em: < <https://www.britannica.com/biography/Bertrand-Russell> > último acesso 03/06/2020.
- NEWBERRY, Jo. *Bertrand Russell and the pacifists in the First World War*. Tese submetida para a obtenção do grau de *Doctor of Philosophy* para a McCaster University, 1975, p. 11.
- PETERS, Michael. *Pós-estruturalismo e filosofia da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- PINKER, Steven. *O novo Iluminismo: em defesa da razão, da ciência e do humanismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- ROUSSO, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente e o contemporâneo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016, pp. 115.
- RUSSELL, Bertrand. *Autobiography*. New York: Routledge, 2009.

_____. *Portraits from memory & other essays*. New York: NY, Simon and Scuster, Inc. Rockefeller Center, 1956.

_____. *Sceptical essays*. London: Unwin Brothers LTD, Woking, 1928.

_____. *War crimes in Vietnam*. New York: MonthlyReview Press, 1967.

_____. *What I believe*. London: Routledge, 2004.

SAGAN, Carl. *O mundo assombrado pelos demônios*. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

WELLS, Herbert G. Daily News, 14 August 1914. *Daily Chronitle*, 8 August 1914.

WINTER, Denis. *Death's men: soldiers of the Great War*. Middlesex: Penguin Books ltd, p. 1979.

Recebido em 28/06/20 aceito para publicação em 06/08/20



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional.

Lucciano Franco de Lira Siqueira¹

Thayná Alves Rocha²

Resumo: O artigo analisa publicações em língua portuguesa realizadas entre os anos de 2003 e 2019 acerca do psiquiatra paulistano e intelectual da medicina psiquiátrica brasileira Antonio Carlos Pacheco e Silva. O levantamento realizado evidencia inicialmente uma diminuta produção acadêmica sobre o intelectual, porém, em expansão, dado ao aumento de interesse por pesquisadores vinculados a programas de pós-graduação de universidades localizadas no Estado de São Paulo. Ao relacionar a trajetória intelectual do influente psiquiatra com o mapeamento dos estudos recentes sobre o médico, os resultados desvelaram as preocupações eugênicas e higienistas como centrais, além de projetar o ideal identitário brasileiro a partir da paulistanidade. Os desdobramentos indicam que o intelectual avaliava a miscigenação como doença e divulgava teorias organicistas como organizadoras do social.

Palavras-chave: Trajetória; Intelectuais; Interdisciplinaridade.

Abstract: The article analyzes publications in Portuguese made between 2003 and 2019 about the São Paulo psychiatrist and intellectual of Brazilian psychiatric medicine Antonio Carlos Pacheco e Silva. The survey initially shows a small academic production on the intellectual, however, expanding, given the increased interest in researchers linked to postgraduate programs at universities located in the State of São Paulo. By relating the intellectual trajectory of the influential psychiatrist to the mapping of recent studies on the doctor, the results revealed eugenic and hygienist concerns as central, in addition to projecting the Brazilian identity ideal from the point of view of São Paulo. The developments indicate that the intellectual evaluated miscegenation as a disease and disseminated organic theories as organizers of the social.

Keywords: Trajectory; Intellectual; Interdisciplinarity.

O presente artigo é resultado do inventário das produções científicas disponíveis *online* desenvolvidas acerca do médico psiquiatra Antonio Carlos Pacheco e Silva (1898-1988), em específico, artigos publicados em revistas acadêmicas indexadas no Brasil e em Portugal. A proposta entende que o mapeamento das publicações existentes sobre o médico permite avaliar a história pessoal do intelectual, os discursos produzidos, assim como o impacto da obra do intelectual na representação do brasileiro e como suas intervenções atingem o “corpo social”, pois se trata de um expoente da psiquiatria paulista no século XX, sendo autor de obras clássicas da literatura médica brasileira voltada para a psiquiatria.

¹ Mestrando do Programa de Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Santo Amaro. Graduado em História pela Universidade Santo Amaro, São Paulo. Membro do Grupo de Pesquisa: Ciência, Saúde, Gênero e Sentimento – CISGES/UNISA/CNPq. email: luccianofr@gmail.com.

² Graduada em História pela Universidade Santo Amaro, São Paulo. Membro do Grupo de Pesquisa: Ciência, Saúde, Gênero e Sentimento – CISGES/UNISA/CNPq. email: thaynalves17@gmail.com.

Nascido na cidade de São Paulo no bojo do processo de transição da Monarquia à República, Pacheco e Silva vivenciou um período marcado por transformações sociais, políticas e econômicas que alteraram os modos e vida e trabalho dos brasileiros, mudanças fomentadas pela urbanização e incentivada por processos de industrialização da produção econômica, assim como pela expressiva imigração provocadoras de um redimensionamento da identidade nacional. São Paulo representava a ideia de modernização como um modelo a ser seguido, caracterizando o espaço social como branco, cristão, moderno e industrializado, o que traduzia significados que as elites locais pretendiam exportar para o mundo, vale dizer, de uma ordem sonhada e discursivamente projetada como uma ‘raça de gigantes’.

Como afirma Bárbara Weinsten (2006) e André Mota (2005), o impacto dessas imagens influenciaram de modo expressivo as relações políticas que se estabeleciam, as quais culminaram com a Revolução Constitucionalista de 1932, vale dizer, São Paulo entra em guerra contra os demais estados do Brasil, inclusive, com apoio de Antonio Carlos Pacheco e Silva, soldado da epopeia constitucionalista, pois compunha o movimento M.M.D.C., organização cujas siglas representam os nomes dos estudantes e manifestantes paulistas Mário Martins de Almeida, Américo Camargo de Andrade, Cláudio Bueno Miragaia e Dráusio Marcondes de Sousa, cujas mortes iniciam o levante.

A atuação de Pacheco e Silva ultrapassou o cenário médico tendo atuado na esfera pública como Deputado Federal e Estadual, âmbito de sua trajetória marcada pela presença de membros da elite intelectual como advogados e médicos, sendo, por esse motivo, frequente a tentativa e aplicação de leis que impusessem à sociedade padrões pautados e legitimados pelo discurso médico-legal em vigência, com destaque para os discursos fundados na eugenia e no higienismo. Do mesmo modo, foi presidente do Instituto de Organização Racional do Trabalho – IDORT, além de ocupar outros destacados cargos militares, científicos e políticos. Foi deputado à Assembleia Nacional Constituinte de 1934 e deputado à Assembleia Constituinte e Legislativa de São Paulo, em 1935, cabendo-lhe a honra de apor sua assinatura na Constituição Federal de 16 de julho de 1934 e na Constituição Estadual de 9 de julho de 1935.

Sua biografia evidencia o ilustre médico paulistano como presidente da *World Federation for Mental Health*, presidente do Conselho Penitenciário do Estado de São Paulo, professor da cadeira de serviços sociais da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, membro do Conselho de Peritos em Saúde Mental da Organização Mundial da Saúde - ONU, membro da Academia Paulista de Letras, cadeira número 34, presidente da Aliança Francesa em São Paulo, presidente-fundador da União Cultural Brasil-Estados Unidos em São Paulo, presidente do comitê *France-Amérique* em São Paulo, presidente da Associação Psiquiátrica Brasileira, presidente da Liga Paulista de Higiene Mental, presidente da Academia de Medicina de São Paulo na gestão de 1933-1934, presidente do departamento de psiquiatria da Associação Paulista de Medicina, presidente do departamento de Cultura da Associação Paulista de Medicina, presidente no centro Cultural Brasil-Suécia, presidente do Sindicato dos Médicos de São Paulo entre 1951 e 1952, presidente da

Sociedade Brasileira de Escritores Médicos no período de 1974 a 1976, presidente do “Fórum Roberto Simonsen” da Federação das Indústrias de São Paulo, vice-presidente da fundação Moinho Santista, membro do conselho técnico de economia, sociologia e política da Federação do Comércio, presidente da Sociedade Franco-Brasileira de Medicina de São Paulo, presidente da comissão de relações públicas do Hospital das Clínicas, presidente do conselho científico da Associação Brasileira de Medicina do Tráfego, membro do conselho de administração do Hospital das Clínicas, membro do conselho executivo da Assistência Mundial de Psiquiatria, membro do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, membro honorário da Academia Nacional de Medicina, membro da Associação Paulista de Medicina, presidente do “Genepsi” – Centro de Neuro Psicocirurgia do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

Representou o Brasil em diversos congressos de psiquiatria, neurologia, higiene mental, criminologia e histopatologia realizados na Argentina, México, Estados Unidos, Inglaterra, França, Itália, Suíça, tendo sido presidente, vice-presidente e relator oficial em vários desses eventos. Entendendo essa influência, os estudos que tratam a vida e obra de Pacheco e Silva demonstram como suas ideias influenciaram a vida privada e familiar da sociedade brasileira no período em que viveu e atuou profissionalmente. Jurandir Freira Costa (1979) demonstra como o pensamento médico impactou nas políticas de organização e disciplinarização da vida social no Brasil nos anos iniciais da República, cuja participação do intelectual é inegável.

O presente artigo, ao remontar a trajetória de Pacheco e Silva, analisa como sua obra é abordada na produção acadêmica atualizada, divulgada em formato de artigos publicados em periódicos eletrônicos nacionais e internacionais em língua portuguesa entre os anos de 2003 e 2019, disponíveis nas plataformas Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, *The Scientific Electronic Library Online* - Scielo e Google Acadêmico. Por intermédio desse inventário, a proposta visa interpretar como os artigos encontrados destacam o pensamento do médico psiquiatra e intelectual brasileiro, os quais foram analisados a partir das variáveis: ano de publicação, titulação e filiação institucional dos autores, periódico no qual o texto fora submetido e materiais utilizados para a fundamentação dos estudos. Assim, o presente artigo busca remontar a trajetória de Pacheco e Silva a partir das interpretações das pesquisas referentes ao intelectual, do mesmo modo, destaca as relações de interdependência da abordagem proposta no âmbito da pesquisa interdisciplinar.

História, Biografia e Interdisciplinaridade

A construção da biografia como gênero histórico teve grande expressão durante o século XIX. O período remonta uma prática historiográfica pautada nos princípios do pensamento linear, progressivo,

concatenado, intimamente relacionados aos estudos biográficos. Como destacado por Peter Burke (1992) a História teria como base um enfoque essencialmente preocupado com a esfera política, ou seja, o Estado em suas relações nacionais e internacionais. A História seria simplesmente responsável por narrar os acontecimentos considerados importantes e reconhecia como fonte somente documentos provenientes de órgãos oficiais emitidos pelo Estado, constituindo-se em uma história que enaltecia os feitos das elites, geralmente personificadas.

Partindo desse panorama e tendo em vista a afirmação de Lilian Schwarcz (2013) quando relaciona biografia à escrita da história linear direcionada a figuras políticas como símbolos da pátria, percebe-se claramente a natureza dessa historiografia como legitimadora de discursos normatizadores e homogeneizadores, que atendiam à necessidade de símbolos erigidos pelas elites, como uma pretensa coesão do nacional, que em nada se assemelhava a realidade vivenciada pelas populações. Por adotar como fontes somente documentos oficiais se torna claro que as biografias, inicialmente, se voltavam às figuras representantes do poder vigente, dos grupos dominantes, de homens ilustres.

Tratava-se de uma história vista de cima, em cujo discurso predominava aspectos heroicos atribuídos ao biografado, que recebia o status de “exemplo a ser seguido”. Conforme destaca Guy Bourdê e Hervé Martin (2012) essa modalidade remonta as práticas da história na Idade Média, uma história cristã, teleológica, isto é, uma ausência geral de sentido histórico, da história como veículo privilegiado do sentimento nacional, cuja escrita se pautava na crônica política e militar, bem como religiosa. Tal pressuposto é questionado com a problematização da escrita da história proveniente da chamada escola dos *Annales*, vinculada ao surgimento, na França, em torno da *Revista Annales: économies, sociétés, civilisations*. A partir deste movimento, seus integrantes, assim como uma plêiade de futuros historiadores, alteraram os paradigmas da historiografia dominante e ainda o fazem.

As gerações dos *Annales* alargaram os campos de interesse da história preocupada com aspectos políticos, pois se interessava pela multiplicidade da vida humana em suas dimensões culturais, religiosas, econômicas, no diálogo constante com outras disciplinas, outros campos e saberes, promovendo a necessidade de uma análise entendida como interpretação dos fatos históricos, metodologicamente e rigorosamente construídos com base em fontes múltiplas oriundas da Antropologia, Biologia, Economia, Sociologia entre outras áreas do conhecimento. Assim, toda produção e experiência humana se tornou documento viável de análise, passível de ser problematizado, como registro na medida em que abarca a pluralidade de sujeitos históricos observáveis nas sociedades humanas, inclusive o corpo (BURKE, 1992).

Como uma escola histórica, a Biografia passa a ser questionada pelos novos paradigmas, assim, foi alvo de críticas advindas da análise dos fenômenos em massa pela Sociologia e correntes historiográficas vinculadas ao materialismo histórico marxista do século XX (TARELOW, 2018). Todavia, essa prática historiográfica, assim como a História, também foi redimensionada na contemporaneidade, pois a biografia,

em sua validação atual, cria novas perspectivas para a escrita da história ao interpretar trajetórias não mais restritas às realizações das elites, o que não exclui o estudo das mesmas. O que altera é a preocupação analítica, que busca entender a diversidade e contradições presentes e observáveis na relação entre biografado e sociedade, como as trajetórias atravessam a estrutura social em que as biografias estão inseridas, não mais uma escrita enaltecida, que se escoimava na visão comum do tempo, como indicado por Lilia Schwarcz:

[...] O conceito “trajetória” implicaria objetivar as relações entre os agentes, sem deixar de lado suas forças em campo. Dessa maneira, e de forma diferente das biografias mais consagradas, a trajetória procuraria descrever posições simultaneamente ocupadas em sucessivos campos de força tanto individuais como “em relação” a demais grupos sociais em concorrência. (2013, p. 57).

Nesse sentido, como lembrado por Tarelow (2018), continuam na atualidade as produções biográficas, principalmente nas esferas institucionais ou voltadas ao mercado editorial, neste caso, escritas por jornalistas como obras destinadas a engrandecer biografados e que emitem para o leitor uma ideia de brilhantismo inato, para o qual o biografado parece estar destinado desde a mais tenra idade (SCHMIDT, 1997). Tal ideia, entretanto, é formulada como tentativa de se atribuir uma narrativa dotada de uma continuidade e coerência irreal, que despreza em sua construção o caráter inconstante do humano, assim como a presença de rupturas, lacunas, acidentes e do inesperado contido nas trajetórias.

A mudança epistemológica na historiografia implicou na ampliação das personagens históricas, pois a atualização dos estudos biográficos inclui pessoas anônimas, homens e mulheres distantes das glórias e da vida abastada das personalidades biografadas pela antiga tradição sem, contudo, excluir as trajetórias das elites. Deste processo, os cidadãos “comuns” tornar-se-iam objetos de estudo, logo, passíveis de serem biografados, pois não se trata de substituição da pessoa biografada, mas dos modos de interpretar sua trajetória.

Em suma, as produções da “era hermenêutica” foram responsáveis pela ampliação do alcance das análises biográficas e pelo rompimento com uma tradição milenar de produção de relatos de vida que se resumiam a exaltação de determinados indivíduos “especiais” e modelares. Este tipo de abordagem também foi responsável por uma significativa revisão historiográfica ao produzir estudos que valorizavam as individualidades, e as singularidades, diferentes das biografias modais (TARELOW, 2018, p. 26).

Tarelow (2018) utiliza em sua análise as nomenclaturas propostas por François Dosse (2009) ao se referir a diferentes abordagens da biografia. Assim sendo, destaca a idade heroica como a produção de narrativas de exaltação do biografado; a idade modal na que o biografado era empregado somente em relação às estruturas sociais nas quais estava inserido, por fim, a idade hermenêutica como composta pela problematização do biografado e sua correlação entre vivência individual e contexto social, sem distinção de

raça, classe ou gênero. Inserido no contexto da transformação da biografia e do pensar a história desde o início do século XX está também a retomada e valorização dos estudos interdisciplinares na medida em que:

O fenômeno interdisciplinar tem dupla origem: uma interna, tendo por característica essencial o remanejamento geral do sistema das ciências, que acompanha seu progresso e sua organização; outra externa, caracterizando-se pela mobilização cada vez mais extensa dos saberes convergindo em vista da ação. (JAPIASSU, 1976, p. 43).

O processo deslinda a mudança da interpretação rigidamente realizada tanto para a prática biográfica, quanto para os limites das disciplinas e campos do conhecimento estabelecidos. A interdisciplinaridade, conceito em construção, mas que propõe o diálogo teórico e as trocas metodológicas entre diferentes áreas do conhecimento na medida em que:

[...] nos reconhecemos diante de um empreendimento interdisciplinar todas as vezes em que ele conseguir *incorporar* os resultados de várias especialidades, que *tomar de empréstimo* a outras disciplinas certos instrumentos e técnicas metodológicas fazendo uso dos esquemas conceituais e das análises que se encontram nos diversos ramos do saber, a fim de fazê-los integrarem e convergirem, depois de terem sido comparados e julgados. Onde podemos dizer que o papel específico da atividade interdisciplinar consiste, primordialmente, em lançar uma ponte para religar as fronteiras que haviam sido estabelecidas anteriormente entre as disciplinas com o objetivo preciso de assegurar a cada uma seu caráter propriamente positivo, segundo modos particulares e com resultados específicos (JAPIASSU, 1976, p. 75).

Partindo para as influências diretas da interdisciplinaridade no campo da História, nos parece viável afirmar ser a interdisciplinaridade um elemento marcante no estabelecimento da “nova história”. Por intermédio do diálogo com diferentes disciplinas, da aproximação de conceitos e teorias, foram viabilizados mecanismos que permitiram a multiplicação dos sujeitos históricos, a retomada de percursos interrompidos, ampliação dos documentos considerados históricos, dotados de historicidade, assim como a ampliação das relações entre sujeito e estrutura, fomentando a possibilidades de interpretações históricas mais amplas, pois: “A base filosófica da nova história é a ideia de que a realidade é social ou culturalmente constituída. O compartilhar dessa ideia, ou sua suposição, por muitos historiadores sociais e antropólogos sociais ajuda a explicar a recente convergência entre essas duas disciplinas [...]” (BURKE, 1992, p. 11). O pressuposto interdisciplinar é evidente, tratado como imprescindível, ou seja, “[...] sua preocupação com toda a abrangência da atividade humana os encoraja [os historiadores] a ser interdisciplinares, no sentido de aprenderem a colaborar com antropólogos sociais, economistas, críticos literários, psicólogos, sociólogos etc [...]” (BURKE, 1992, p. 16).

Estabelece-se então uma estreita relação entre as transformações que abarcaram a base interdisciplinar da história e a retomada da biografia como trajetória. Relativos à preocupação das abordagens interdisciplinares, que não devem ser avaliadas como invenção moderna ou tratadas como

método, mas como prática presente em diferentes momentos da escrita da história e como campo, como área do conhecimento, a perspectiva das trajetórias se apresenta como abordagem renovadora.

A respeito do estudo estabelecido sobre a produção da obra de Pacheco e Silva, psiquiatra de renome que atuou durante o século XX em São Paulo, podemos perceber a presença das classes vulnerabilizadas ou em risco são inerentes em sua trajetória, cujo impacto de sua obra não o traduz somente enquanto membro da elite paulistana, mas como um intelectual médico, cujas proposições marcaram de modo contundente a sociedade brasileira ao estabelecer regras muitas vezes inacessíveis a imensa maioria.

Trajetória de Pacheco e Silva: “sanar um povo doente”

Antonio Carlos Pacheco e Silva nasceu em 29 de maio de 1898 e faleceu em 27 de maio de 1988. A história de vida do médico permite considerar que sua trajetória fora marcada pelas transformações no país, sobretudo, na cidade de São Paulo. Ao perscrutar suas experiências, percebe-se como o biografado fora impactado por essas mudanças, que não somente alteraram os centros urbanos, mas influenciaram diretamente a convivência humana, as relações travadas no cotidiano, a vida pública e privada.

Seu nome foi atribuído em homenagem ao avô paterno, que fora Tenente-Coronel da Guarda Nacional e também um dos principais líderes do Partido Conservador de Campinas. Assim como o avô, Pacheco e Silva, “dentre tantas atividades que exerceu, também se dedicou à carreira militar e engajou-se intensamente em atividades político-partidárias” (TARELOW, 2018, p. 53). A família do biografado descendeu dos Barões de Itatiba e Barões de Araras, importantes nomes da produção cafeeira, que enriqueceram e ganharam poder político a partir da cafeicultura e investimentos em indústrias paulistas e instituições financeiras como o Banco Ítalo-Brasileiro e o Banco União. Nota-se que Antonio Carlos Pacheco e Silva era “herdeiro da tradição, do prestígio e da riqueza da aristocracia do interior paulista” (TARELOW, 2018, p. 53).

A formação acadêmica evoca quatro universidades diferentes, tendo obtido seu diploma em Medicina em 1920 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. No mesmo ano, formado médico, viaja para França, onde se inscreveu no último ano do curso de Medicina da Faculdade de Medicina de Paris, na qual se especializou em Anatomia Patológica. Na oportunidade, estagiou no Hospital *La Salpêtrière* e retornou para o Brasil após um ano, em 1921.

No Brasil, Pacheco e Silva entrou em contato com seu antigo professor, Franco da Rocha, então diretor do Hospital do Juquery com uma carta de recomendação redigida pelo diretor do hospital em Paris, no qual havia desempenhado trabalhos voltados ao atendimento clínico nas enfermarias e pesquisas laboratoriais, atestando a regularidade, dedicação e trabalho bem feito durante seu estágio supervisionado. Assim, devido à falta de profissionais com especialidade laboratorial específica no campo psiquiátrico, bem

como as relações de interdependência social, fora contratado para o cargo de chefe do Laboratório de Anatomia Patológica do Juquery.

Com dois anos de trabalhos laboratoriais no Juquery, Pacheco e Silva fora nomeado diretor da instituição, com apenas 25 anos de idade, indicado pelo próprio Franco da Rocha em 1923, quando este se afastou do seu cargo, devido ao cansaço e doença. No contexto a decadência do alienismo promovia o fortalecimento da teoria eugenista³ na orientação médica, que o jovem médico paulistano divulgaria em sua trajetória no campo da medicina-legal no Brasil.

Pacheco e Silva foi fundador de dois sanatórios. O Sanatório Pinel, em 1924 e o Instituto Pacheco e Silva, em 1944, ambos na cidade de São Paulo, além de seu consultório particular, que manteve por cinquenta anos. Em 1926, o médico funda a Liga Paulista de Higiene Mental, movimento “que congregou expressivo número de médicos e desenvolveu diversas atividades de educação eugênica e avaliações psiquiátricas em fábricas e escolas” (TARELOW, 2018, p. 59). Sua trajetória favorece para a disseminação e consolidação de uma Psiquiatria de cunho eugenista nas primeiras décadas do século XX, em São Paulo (SERRA; SCARCELLI, 2014), cujos demarcadores teóricos implicavam, à época, no estabelecimento de determinismos biotipológicos na composição da psique humana, das práticas sociais, dos comportamentos normais ou anormais.

A instauração da República no Brasil fora responsável por modificações que influenciaram a sociedade e a medicina é considerada um dos pilares desse estabelecimento de uma nova sociedade. O contexto é marcado pela forte industrialização e modernização, acarretando na ampliação dos centros urbanos, impulsionada com a chegada de imigrantes, negros libertos e trabalhadores rurais para as grandes cidades. São Paulo se destaca neste processo, sobretudo, na Medicina. André Mota (2005) afirma:

Para os grupos dirigentes, a modernização e a urbanização cunharam os novos ares de importância que aos poucos a capital angariava, pautada nos referenciais europeus e norte-americanos [...] São Paulo sentia-se a mais jovem amante da *belle époque*, compondo, em detalhes de sua arquitetura e na transparência de seus vitrais e luminárias, a cidade-luz que iluminaria, no final do século XIX, junto com o Rio de Janeiro e Buenos Aires, o continente apagado da América do Sul. (2005, p. 76).

Analisa-se, a partir daí, o crescimento das medidas médicas e sanitárias nos ambientes urbanos. O discurso médico, anexado ao âmbito político, influencia diretamente a vida pública e privada. Segundo Costa (1979) a educação higiênica, influenciadora de todas as instâncias sociais, transformou uma sociedade tipicamente colonial em uma sociedade contida e ‘bem educada’. Essa representação demonstra como a família transformou-se em uma instituição, assim sendo, esse núcleo higienicamente tratado e regulado, tornou-se um exemplo histórico de família burguesa.

³ A teoria eugenista é interpretada em diferentes formas por intelectuais brasileiros. Para Pacheco e Silva e Liga Paulista de Higiene Mental – LPHM a eugenia se dava como um mecanismo que colaboraria com a implementação de normas sociais (SERRA; SCARCELLI, 2014).

São Paulo, transformada em centro urbano, tornou-se berço da nova burguesia brasileira. Dessa sociedade ‘bem educada’, higienizada, como descreve André Mota (2005), “[...] a família nuclear, a intimidade do lar e a moral higiênica deveriam modelar o novo viver [...]” (2005, p. 77). A elite dirigente afirmava a importância da criação de instituições que colaborariam para a organização das “prioridades e ditassem as ações mais indicadas para a obtenção dos novos elementos constitutivos da sonhada São Paulo metropolitana” (MOTA, 2005, p. 78). Isto é, estavam incluídas nestas prioridades as instituições médicas e sanitárias das quais Antonio Carlos Pacheco e Silva edifica sua trajetória.

Devido sua influência e proximidade com a alta cúpula governamental paulista, o médico conseguiu ampliar a infraestrutura do Juquery (TARELOW, 2018; CUNHA, 1986). Isto implicou na ampliação das redes de prédios do manicômio como a criação de uma escola para crianças em 1923 e o Manicômio Judiciário, em 1927. Apesar de tais investimentos, a gestão de Pacheco e Silva não supriu as demandas, notava-se, por exemplo, a precarização dos serviços e a superlotação do hospital. Deixou seu cargo no Juquery em 1937. Como destacado, o intelectual possuiu diversos cargos importantes e buscou, a partir deles, “ampliar o alcance de sua especialidade médica, formulando análises sobre os problemas sociais de São Paulo a partir dos preceitos psiquiátricos organicistas e de cunho eugênico” (TARELOW, 2018, p. 59).

Além da carreira como médico psiquiatra, a trajetória de Pacheco e Silva evidencia a carreira docente. Em 1932 deu início na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, onde lecionou a disciplina de Serviços Sociais até 1935 e neste mesmo período lecionou na Faculdade de Direito do Largo São Francisco a disciplina Psicopatologia Forense. Deixou ambos os cargos para trabalhar temporariamente na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo – FMUSP ministrando a disciplina de Clínica Psiquiátrica. O material analisado permite considerar que lecionar na FMUSP sempre foi um dos sonhos do biografado, concretizado oficialmente em 1936, quando passou em primeiro lugar no Concurso de Provas e Títulos da instituição, tornando-se Catedrático de Psiquiatria (TARELOW, 2018).

A Cátedra foi de grande importância para a ampliação do Hospital das Clínicas, pois permitiu a anexação de um setor especializado o Instituto de Psiquiatria. Utilizou de sua influência política e acadêmica para garantir seus interesses como Catedrático, fortalecido quando o médico se torna um dos responsáveis pela assistência ao filho de Getúlio Vargas, durante uma doença que o levou à morte. Como gesto de gratidão, Vargas, então presidente, colaborou com a verba necessária para a criação do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da FMUSP, instituição que se tornou um dos mais importantes e maiores centros de estudos psiquiátricos da América Latina (TARELOW, 2018).

Dentre tantas atividades exercidas por Pacheco e Silva, observa-se a sua intensa atividade política. Crescido em um lar conservador e inspirado militarmente por seu avô, o médico se engaja nas ações políticas vividas na cidade de São Paulo. Suas ideologias eram voltadas para os interesses da elite paulistana, sendo assumidamente anticomunista e eugenista, tendo forte ligação com os militares brasileiros

(CORREIA; MARINHO, 2012). Foi membro do movimento paramilitar M.M.D.C, responsável pelo levante contra o governo varguista, acarretando numa guerra civil em 1932. Também foi eleito a Deputado Federal em 1933, pelo Partido Constitucionalista e Deputado Estadual em 1934. Declarou apoio a alguns quadros da Unidade Democrática Nacional – UDN nas décadas de 1940 e 1950, assim como também colaborou, em 1966, com o documento que oficializara a fundação do partido Aliança Renovadora Nacional – ARENA, responsável pela sustentação da Ditadura Militar no Brasil.

A sangrenta guerra civil ocorrida em 1932, para Pacheco e Silva, marca um momento de exaltação da excepcionalidade paulista (TARELOW, 2018). A partir disso é notório o enaltecimento da identidade paulista como representação de uma “raça de gigantes”, uma ideia de superioridade regional em relação às demais regiões do Brasil que:

Além das fronteiras de São Paulo, aparece como fundamentalmente, atrasado, sobrecarregado pelo legado colonial do declínio do domínio português, pela monarquia obscura e *plantation*. Em contraste, o idiossincrático passado colonial de São Paulo supostamente explicaria a singular disposição regional, e sua receptividade, para a modernidade. (WEINSTEIN, 2006, p. 287-288).

Assim, entende-se a influência dos bandeirantes para a criação dessa identidade paulista. Autorepresentados como heróis desbravadores, essa imagem foi essencial para a construção da campanha constitucionalista, colaborando para o discurso da superioridade paulista no movimento de 1932, defendido e enaltificado por Pacheco e Silva. O discurso da paulistanidade estivera extremamente vinculado às ideologias do médico, apresentado diversas vezes em palestras e produções científicas, alegando a grandiosidade e excepcionalidade paulista, destacando os pensamentos eugênicos, concepções racistas, de superioridade regional e elitista comuns à época. Sua trajetória evidencia as tensões impostas pelo discurso médico no campo político, que organiza a República.

Remontar aspectos da trajetória de Antonio Carlos Pacheco e Silva, um dos mais renomados médicos do Brasil, a partir da perspectiva anunciada, implica refletir sobre as tensões permanentes herdadas da geração de intelectuais que pertence. Vale dizer, os estudos sobre biografia relatam a importância de analisar o biografado a partir das suas singularidades e especificidades, como descreve Lilia Schwarcz (2013), não cristalizando o indivíduo biografado como “bom” ou “mau”, como “herói” ou “vilão”, comum às biografias heróicas, mas sim “tendo consciência, porém, que tanto os indivíduos quanto o mundo que os cerca são constantemente mutáveis” (TARELOW, 2018, p. 26).

Observa-se como a trajetória de Antonio Carlos Pacheco e Silva evidencia uma atividade intelectual intensa. Assim, ao descrever a história de vida do médico, Gustavo Tarelow (2018) relata que o biografado “foi um indivíduo singular que assumiu posições próprias, que direcionou com maior ou menor grau de autonomia as suas escolhas, construindo assim, um caminho biográfico peculiar” (2018, p. 51-52).

Intelectual e homem de seu tempo, médico, político, representante dos ideais da elite paulistana suas ações refletem poderosamente as estruturas sociais presentes na atualidade e que insistem em permanecer.

Inventário das Publicações sobre Antonio Carlos Pacheco e Silva

Os artigos publicados e disponíveis no universo online que tiveram como objetivo tratar de algum modo Antonio Carlos Pacheco e Silva foram organizados a partir de cinco variáveis: ano de publicação, titulação e filiação institucional dos autores, periódico ao qual o texto fora submetido e materiais utilizados nas análises empreendidas sobre a vida e obra do intelectual paulistano.

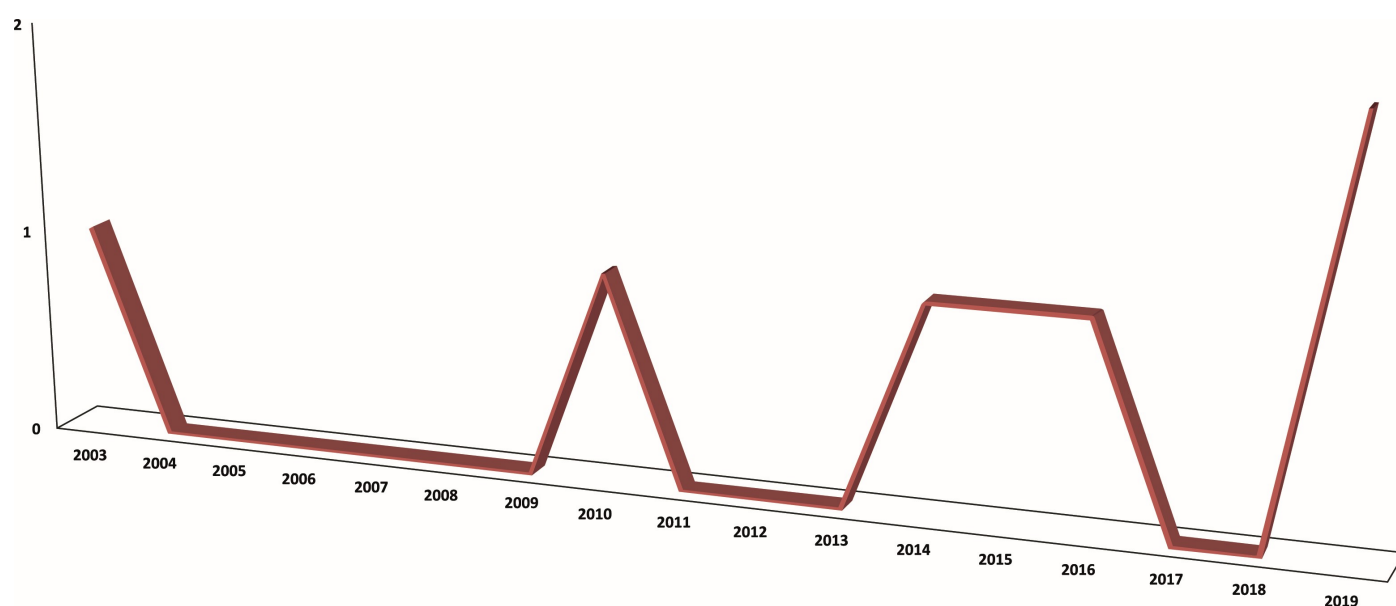
TABELA 1 – Inventário das Publicações sobre Antonio Carlos Pacheco e Silva (2003-2019)

Título	Autoria	Ano de Publicação	Titulação dos autores	Filiação Institucional	Periódico	Materiais
A ideologia na obra de Antônio Carlos Pacheco e Silva	Francisco B. Assumpção Jr.	2003	Doutor em Psicologia	Pontífica Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP	Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental	Acervo Instituto de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da USP
A escola "Pacheco e Silva" anexada ao Hospital de Juqueri (1929-1940)	Carlos Monarcha	2010	Doutor em Educação: História, Política e Sociedade	Universidade Estadual Paulista	Boletim - Academia Paulista de Psicologia	Documentos da escola "Pacheco e Silva"
Por um sangue bandeirante: Pacheco e Silva um entusiasta da teoria eugenista em São Paulo	Lia Novaes Serra / Ianni Régia Scarcelli	2014	Mestra em Psicologia Social / Doutora em Psicologia Social	Universidade de São Paulo	Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental	Acervo do Museu Histórico Prof. Carlos da Silva Lacaz / USP
Eugenia, organicismo e esquizofrenia: diagnósticos psiquiátricos sob a lente de Antônio Carlos Pacheco e Silva, nas décadas de 1920-40	Gustavo Queródia Tarelow/ André Mota	2015	Doutorando em Saúde Coletiva / Doutor em História Econômica	Universidade de São Paulo	Dimensões, revista de História da UFES	Acervo Museu Histórico Prof. Carlos da Silva Lacaz / USP
Enfermagem psiquiátrica: Análise do Manual Cuidados aos Psychopathas	Claudia Polubriaginof/ Paulo Fernando de Souza Campos	2016	Mestranda no Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas / Doutor em História	Universidade de Santo Amaro	Revista de Enfermagem Referência (Portugal)	Manual Pacheco e Silva "Cuidados aos Psychopathas" e acervo do Museu Histórico Prof. Carlos da Silva Lacaz / USP
O discurso de Antônio Carlos Pacheco e Silva sobre a psicanálise: São Paulo, 1926-1979	Gustavo Alarcão/ André Mota	2019	Doutor em Medicina Preventiva / Doutor em História Econômica	Universidade de São Paulo USP / Faculdade de Medicina/ Hospital das Clínicas/ Museu Histórico Carlos da Silva Lacaz	Saúde e Sociedade	Acervo Museu Histórico Prof. Carlos da Silva Lacaz / USP
História crítica da hipnose na psiquiatria da faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, Brasil, entre 1930-1970	Gustavo Gil Alarcao/ André Mota	2019	Doutor em Medicina Preventiva / Doutor em História Econômica	Univeridade de São Paulo	Interface - Comunicação, Saúde, Educação	Acervo Museu Histórico Prof. Carlos da Silva Lacaz / USP

(FONTE: própria autoria)

Observa-se que a produção acadêmica acerca da obra de Pacheco e Silva evidencia um diminuto, mas crescente interesse na publicação de estudos sobre a trajetória do médico paulistano. Os achados compreendem sete artigos publicados entre os anos de 2003 a 2019. Nos anos de 2003 e 2010 foram publicados dois artigos, um em cada ano, sendo esse o período que mais demonstrou distanciamento temporal entre as publicações. De 2014 a 2016 um artigo foi publicado a cada ano com uma pausa de dois anos, o que é retomado em 2019 com a publicação de dois artigos.

GRÁFICO 1 - Publicações de 2003 a 2019



(FONTE: própria autoria)

A respeito da titulação dos autores dos estudos publicados sobre Pacheco e Silva, as temáticas abordadas são tratadas predominantemente por pesquisadores vinculados a programas de pós-graduação *strictu sensu* e por doutores da área de História, Psicologia e Medicina que atuam em programas de Mestrado e Doutorado de suas respectivas filiações institucionais. A variável permite considerar que os estudos que tratam a vida e obra de Antonio Carlos Pacheco e Silva se circunscrevem a um âmbito restrito da pesquisa acadêmica, ou seja, a trajetória do intelectual é avaliada por pesquisadores vinculados a grupos específicos de pesquisa como resultado de orientações, parte de dissertações e teses desenvolvidas nos âmbitos da Educação, Enfermagem, História, Medicina e Psicologia, que caracterizam as áreas de formação dos autores e em alguns casos da área de concentração dos programas de pós-graduação.

Entre as instituições as quais os pesquisadores se apresentam vinculados há a predominância de cursos vinculados a Universidade de São Paulo. Do total de sete artigos, três artigos são oriundos de pesquisas desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Ciências – Medicina Preventiva (Saúde Coletiva) para obtenção do título de doutor e um artigo do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, como

resultado da Dissertação realizada para obtenção do título de mestre. A Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Universidade Santo Amaro, também de São Paulo, aparecem como instituições que mantêm pesquisadores interessados sobre a vida e obra do intelectual, os quais publicaram um artigo cada. Essa variável evidencia a predominância de estudos a respeito de Pacheco e Silva concentradas no estado de São Paulo, por pesquisadores vinculados a instituições de ensino superior de São Paulo.

A Revista Latino Americana de Psicologia Fundamental publicou dois artigos. Quase a totalidade das publicações constam em revistas voltadas para o campo da Saúde como Boletim Academia Paulista de Psicologia; Saúde e Sociedade; Interface - Comunicação, Saúde, Educação e Revista Enfermagem Referência, mantida pela Universidade de Coimbra, Portugal. Ainda que a maioria dos autores sejam historiadores, as formações de interesse incluem a Medicina, a Enfermagem, a Psicologia, Saúde Coletiva e Educação. Um dos artigos foi publicado em um periódico intitulado Dimensões Revista Histórica da UFES, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES.

As pesquisas, em sua totalidade, empregaram materiais documentais disponíveis no acervo do Museu Histórico Professor Carlos da Silva Lacaz para a fundamentação dos problemas propostos em cada artigo. Trata-se de uma instituição vinculada à Universidade de São Paulo – USP em que se encontra depositada a coleção de obras e arquivos do intelectual. É evidente a predominância de pesquisadores da própria FMUSP a respeito de Pacheco e Silva, ou que se vinculam ao núcleo de estudos que se desenvolveu na instituição com a organização do Museu Histórico, cuja principal função é fomentar o estudo e a divulgação de seu acervo enquanto testemunho e fonte histórica.

Os artigos apresentam análises de discursos produzidos por Pacheco e Silva e sua correlação com o contexto histórico em que o médico viveu. Os autores tratam os impactos desse discurso como legitimador de estruturas sociais, como salientado em sua produção. A escrita perpassa laudos médicos, cartas particulares, artigos, discursos, entrevistas e obras publicadas ao longo de sua carreira docente, como intelectual. Os enfoques abordados perpassam os temas: Infância e educação especial (MONARCHA, 2010; SERRA, SCARCELLI, 2014), a ideologia presente na obra de Pacheco e Silva (ASSUMPÇÃO JÚNIOR, 2003), questões ligadas a eugenia (SERRA, SCARCELLI, 2014; TARELOW; MOTA, 2015), esquizofrenia (TARELOW; MOTA, 2015), hipnose, história da psicanálise, psicoterapia (ALARCÃO; MOTA, 2019a; ALARCÃO; MOTA, 2019b) e recomendações aos profissionais de enfermagem que atuavam em hospitais psiquiátricos (POLUBRIAGINOF; CAMPOS, 2016).

Os aspectos contraditórios de Pacheco e Silva são evidenciados constantemente nos artigos. A busca da legitimação da Psiquiatria como correlata à Medicina, por meio do pretenso objetivismo científico na qual estaria fundamentada, revela como Pacheco e Silva defende ferramentas terapêuticas que crê eficientes para a cura dos considerados ‘anormais’. Entre os artigos se verifica aspectos que perpassam o lugar do

feminino em São Paulo relacionado às esferas do cuidado em contexto hospitalar e da educação marcada pela presença predominante de mulheres na escola fundada para receber os menores de idade no Hospital do Juquery (POLUBRIAGNOF; CAMPOS, 2016; MONARCHA, 2010).

As análises realizadas permitem avaliar continuidades, rupturas, conflitos, transformações, apropriações das trajetórias humanas e como tais dinâmicas se estabelecem, como as tensões que emergem da história pessoal, no caso de um intelectual da Medicina, impacta no mundo social em diferentes contextos a partir de apropriações e interpretações que permitem inferir a continuidades de discursos presentes, na atualidade, como padrões comportamentais, ainda naturalizados ou “diagnosticados” como anormais e que instituem corpos que importam (BUTLER, 2019), historicamente construídos e culturalmente legitimados.

A desconstrução ou ao menos problematização torna-se necessária para dimensionar as permanências que emergem da obra e trajetória de Pacheco e Silva, fonte efetiva para possibilidades de análises sobre os impactos das proposituras da medicina na organização da sociedade republicana brasileira na contemporaneidade. Os estudos publicados em periódicos eletrônicos mapeados e categorizados demonstram a diversidade de campos influenciados por suas produções. Os resultados dos trabalhos publicados como artigos perpassam Medicina, Direto, História, Educação e Enfermagem, que na obra de Antonio Carlos Pacheco e Silva, observadas a partir de sua trajetória, evidenciam fundamentos da paulistanidade como projeto político, que pretendeu uma ordem sonhada, pautada na eliminação de indesejáveis, considerados anormais, figuras nocivas ao ambiente social desejado pelas elites no Brasil republicano.

O crescimento do interesse acerca do médico e sua ideologia, assim como suas atividades, encontra paralelo com o aumento dos discursos denominadores que se impõe constantemente sobre grupos sociais historicamente marginalizados como homossexuais, mulheres, crianças, pretos, pacientes mentais abordados nos trabalhos do psiquiatra, assim, pode-se estabelecer relações entre o passado e o presente, observando as permanências históricas e mentalidades existentes em ambos os contextos, suas origens e permanências sociais, inclusive como possibilidade de desmonte dos discursos derivados dessas matrizes eugênicas da vida em liberdade. Os percursos que se evidenciam nos estudos de trajetórias permitem desvelar as tensões permanentes.

Considerações Finais

Antonio Carlos Pacheco e Silva foi um médico que marcou sua época. Intelectual influente no contexto em que viveu esteve presente e ativo em sua profissão como médico psiquiatra, o segundo diretor de um dos maiores e mais famosos hospitais psiquiátricos do Brasil e América Latina, o Juquery, nome importante para a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo como Professor Catedrático de

Psiquiatria, fundador do Instituto de Psiquiatria da Universidade de São Paulo, além de participar ativamente da política paulistana, paulista e brasileira.

A diminuta, porém crescente, produção acadêmica publicada em periódicos nacionais e internacionais em língua portuguesa nos anos de 2003 a 2019 indicam que a trajetória e a produção do psiquiatra remontam aspectos do influente discurso científico emanado das teorias organicistas, as quais contribuem para produzir o regionalismo que projeta São Paulo como ideal civilizatório, modelo na busca da normatização social a partir da paulistanidade marcada pelo progresso científico e econômico do estado. As relações interdisciplinares tornam evidentes as implicações das abordagens, bem como estas refletem proposituras ainda presentes no século XXI, questões que as trajetórias permitem evidenciar e desconstruir.

Referências

ALARCÃO, Gustavo Gil; MOTA, André. História crítica da Hipnose na psiquiatria da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, Brasil, entre 1930-1970. **Interface comunicação, saúde, educação**, Botucatu, v.23. mar. 2019a. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-32832019000100220&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 15 mai. 2020.

ALARCÃO, Gustavo Gil; MOTA, André. O discurso de Antonio Carlos Pacheco e Silva sobre a psicanálise: São Paulo, 1926-1979. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 272-285, jul. 2019b. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/sausoc/article/view/160428>. Acesso em: 15 mai. 2020.

ASSUMPÇÃO JÚNIOR, Francisco B. A ideologia na obra de Antonio Carlos Pacheco e Silva. **Revista latinoamericana de psicologia fundamental**, São Paulo, v.6, n.4, p. 39-53, out./dez. 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-47142003000400039&script=sci_arttext. Acesso em: 14 mai. 2020.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As Escolas Históricas**. Da Idade Média aos Nossos Dias. Lousã: Publicações Europa-América, 2012.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: ___. **A escrita da História: Novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 1992, p.7-37.

BUTLER, Judith. **Corpos que Importam**. Os limites discursivos do sexo. São Paulo: N-1 Edições, 2019.

CORREIA, Manuel; MARINHO, Maria Gabriela S. M. C. A 1ª Conferência Internacional de Psicocirurgia e a Influência dos Cientistas Brasileiros na Atribuição no Prêmio Nobel a Egas Moniz. In: MOTA, André;

MARINHO, Maria Gabriela S. M. C (Orgs.). **História da Psiquiatria: ciência, práticas e tecnologias de uma especialidade médica**. São Paulo: USP, Faculdade de Medicina: UFABC, Universidade Federal do ABC: CD. G Casa de Soluções e Editora, 2012. cap. 1, p. 11-28.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma Familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **Juquery** – História de um Asilo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

DOSSE, François. **O Desafio Biográfico**: Escrever uma vida. São Paulo: Edusp, 2019.

JAPIASSU, Hilton. Domínio do Interdisciplinar. In: __. **Interdisciplinaridade e a Patologia do Saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976. p. 37-113.

MONARCHA, Carlos. A escola “Pacheco e Silva” anexada ao Hospital de Juqueri (1929-1940). **Boletim Academia Paulista de Psicologia**, São Paulo, v.30, n.1, p. 7-20, jun. 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2010000100002. Acesso em: 14 mai. 2020.

MOTA, André. A Paulicéia sob um Diagnóstico Sanitário. In: __. **Tropeços da Medicina Bandeirante: Medicina Paulista entre 1892-1920**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015. cap. 2, p. 75-124.

POLUBRIAGNOF, Cláudia; CAMPOS, Paulo Fernando de Souza. Enfermagem psiquiátrica: análise do Manual Cuidados aos Psychopaths. **Revista enfermagem referência**, Coimbra, v. 4, n. 9, p. 125-132, abr./ mai./ jun. 2016. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-02832016000200014&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 14 maio 2020.

SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo biografias...Historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.10, n.19, p.3-21, 1997.

SCHWARCZ, L. M. Biografia como gênero e problema. **História Social**, Campinas, n. 24, 2013, p. 51-73.

SERRA, Lia Novaes; SCARCELLI, Ianni Régia. Por um sangue bandeirante Pacheco e Silva, um entusiasta da teoria eugenista em São Paulo. **Revista latinoamericana de psicologia fundamental**, São Paulo, v. 17, n. 1, p.85-99, mar. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142014000100007. Acesso em: 15. maio 2020.

TARELOW, Gustavo Queródia; MOTA, André. Eugênia, organicismo e esquizofrenia: diagnósticos psiquiátricos sob a lente de Antonio Carlos Pacheco e Silva, nas décadas de 1920-40. **Dimensões**, n.34, p. 255-279. 2015. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/11118>. Acesso em: 15 mai. 2020.

TARELOW, Gustavo Queródia. **Antonio Carlos Pacheco e Silva: psiquiatria e política em uma trajetória singular (1898-1988)**, Orientador: André Mota. 2018. Tese (Doutorado em Ciências). Universidade de São Paulo, Faculdade de Medicina, São Paulo, 2018.

WENSTEIN, Bárbara. Racializando as diferenças regionais: São Paulo X Brasil, 1932. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 13, n. 16, p. 281-303, 2006.

Recebido em 28/06/20 aceito para publicação em 06/08/20



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional.

Intelectuais pela leitura de textos jornalísticos: a campanha de aperfeiçoamento e difusão do Ensino Secundário (1953-1969)

Intellectuals by Reading Newspapers: Campaign for the Improvement and Diffusion of Secondary Education (1953-1969)

Fabiana Teixeira da Rosa¹

George Fredman Santos Oliveira²

Maria das Dores Daros³

Resumo: O objetivo do trabalho é analisar a trajetória profissional dos intelectuais que atuaram na Diretoria do Ensino Secundário (DES), do Ministério da Educação e Cultura (MEC), durante a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES), entre os anos de 1953 e 1969: Armando Hildebrand; Gildásio Amado; Lauro de Oliveira Lima. As fontes analisadas são textos jornalísticos do período, disponíveis na Hemeroteca Digital, da Biblioteca Nacional. O estudo foi realizado com fundamento na urdidura do termo *intelectuais* por Ângela de Castro Gomes (2002), Sergio Miceli (2001) e Carlos Eduardo Vieira (2008; 2015). O exame do *corpus* empírico-documental permitiu observar a constância de um modelo de ensino secundário perseguido pela DES e pela CADES em suas ações e produtos; foi possível visualizar igualmente a pressão do estado desenvolvimentista em relação ao futuro dos jovens secundaristas e a interveniência política sobre a atuação dos diretores em alguns momentos.

Palavras-chave: Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário; Intelectuais; Ensino Secundário.

Abstract: The purpose of this paper is to analyze the professional trajectory of the intellectuals who worked in the Board of Secondary Education - Ministry of Education and Culture, during the Campaign for the Improvement and Diffusion of Secondary Education between the years of 1953 and 1969: Armando Hildebrand; Gildásio Amado; Lauro de Oliveira Lima. The sources analyzed are newspapers from the period, available at the Digital Newspaper Archive of the National Library. The study was carried out based on the composition of the term “intellectuals” by Ângela de Castro Gomes (2002), Sergio Miceli (2001) and Carlos Eduardo Vieira (2008; 2015). The research on the *corpus* allowed to observe the constant model of secondary education pursued by DES and CADES in their actions and products; it was also possible to view the constriction of the State of Development with regard to the future of high school youth and the political intervention on the performance of the directors in some moments.

Keywords: Campaign for the Improvement and Diffusion of Secondary Education. Intellectuals. Secondary Education.

Introdução

O período das décadas de 1950 e 1960 no Brasil foi caracterizado pelo debate político embarcado no nacional desenvolvimentismo no qual os projetos enfatizavam a industrialização do país e o

¹ Doutoranda em Educação, linha de pesquisa: Sociologia e História da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: fabirosa11@hotmail.com

² Doutorando em Educação, linha de pesquisa: Sociologia e História da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: georgefredoliveira@gmail.com

³ Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo e Pós-doutorado pela Universidade de Coimbra. Professora titular aposentada/voluntária da linha de pesquisa: Sociologia e História da Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: m.daros@ufsc.br

desenvolvimento econômico pela substituição das importações com a abertura da economia brasileira para a recepção do capital fabril estrangeiro. Com o objetivo de reconfigurar a fisionomia dos estratos sociais que compunham a população e pintar um retrato que representasse a nação republicana do século vinte, considerava-se urgente a assunção de mudanças econômicas, sociais e culturais pela implantação de um modelo de modernização urbano-industrial. No campo educacional destaca-se a expansão do ensino secundário com sua crescente dispersão entre as camadas sociais da base econômico-cultural às margens das elites pelo incremento quantitativo de escolas públicas e particulares e o aumento das matrículas.

Entre outros instrumentos da política educacional da ocasião, foi a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES) criada com o objetivo de promover no país o aprimoramento e a expansão do ensino secundário (que no curso da campanha passa a fazer parte do arranjo do ensino de grau médio). Para atingir este propósito a campanha deveria organizar e realizar atividades formativo-pedagógicas, entre elas: jornadas, simpósios, encontros, cursos, seminários, missões pedagógicas, concursos, bem como publicações. As ações da CADES foram consideradas por seus diretores como o divisor de águas entre o que existia e o que se tornou o ensino secundário, pois permitiu uma atuação descentralizada do MEC com os profissionais secundaristas e as próprias escolas secundárias.

Como mentor da CADES, a literatura cita o professor Armando Hildebrand. Durante a sua passagem como diretor da Diretoria do Ensino Secundário (DES), assume a iniciativa de importantes e grandes projetos educacionais no interior das décadas mencionadas com passagens em outros órgãos, comissões e diretorias. Em seu lugar, no ano de 1956, assume a direção da DES o médico e professor de química Gildásio Amado, ex-docente e diretor do externato do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, lhe é atribuído o feito da expansão da CADES no país; viajou à Europa para conhecer dos formatos do ensino secundário em países como Alemanha, Inglaterra e França, mobilizou intensamente a reformulação curricular do ginásio do ensino secundário em sua atuação técnico-pedagógica na DES, e mesmo depois da extinção desta diretoria contribuiu para a reforma do ensino de segundo grau prevista na Lei Nº 5.692, de agosto de 1971.

O próximo diretor, Lauro de Oliveira Lima, bacharel em Direito e Filosofia, Inspetor do Ensino Secundário no Ceará até meados dos anos 1960, assume brevemente a DES no ano de 1963. Embora tenha sido sua passagem por curto período (de agosto de 1963 a abril de 1964), o interstício e o cenário político no qual se movimenta é particularmente relevante: as propostas reformadoras de João Goulart na presidência da República provocam as forças reativas da sociedade civil e dos agentes militares que representavam o coorte dessas forças reativas; no MEC os ministros Júlio Sambaquy e Paulo de Tarso publicam algumas portarias levadas a termo pelo professor Lauro de Oliveira Lima, das quais as escolas particulares vão se ressentir; a instabilidade política advinda com o golpe no ano de 1964⁴ desaba sobre o ministro e o diretor da DES,

⁴O **golpe de 1964** foi um arremate sócio-político deflagrado por civis e militares que começou a ser engendrado com a posse de João Goulart (Jango) em 1961. Por causa da relação estreita de Jango com pautas de reforma social (as Reformas de Base) no país

custando-lhes os postos nestas funções. A direção é reassumida por Gildásio Amado até a aproximação do ano de 1970, quando, com a Reforma Administrativa do MEC, as diretorias são extintas.

O objetivo deste trabalho é analisar a atuação desses intelectuais que estiveram à frente da Diretoria do Ensino Secundário (DES) vinculada ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), durante a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário entre os anos de 1953 e 1969, conforme citado: Armando Hildebrand; Gildásio Amado; e Lauro de Oliveira Lima. O trabalho mapeia as ideias e o comportamento político-cultural relacionando-as aos princípios proferidos pelo movimento da Escola Nova⁵ veiculadas à época em relação ao intelectual, ao educador, ao administrador público nas suas realizações, reveses e herança social com suas rupturas e desdobramentos na história da educação secundária do país.

As fontes aqui analisadas são textos jornalísticos do período, disponíveis no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, em particular, a subseção denominada *Diário Escolar: educação e cultura*, jornal universitário, do periódico *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro. A escolha da fonte jornalística não é aleatória; os jornais foram a principal plataforma de comunicação por séculos no país. A abordagem metodológica é orientada pela análise documental e de conteúdo mediadas pela historiografia correspondente à delimitação temporal selecionada, como a correlação com outros documentos vinculados à DES e seus diretores e a CADES.

O estudo das fontes desta pesquisa foi realizado com fundamento na urdidura do termo intelectuais assinalado por Ângela de Castro Gomes e Patrícia Santos Hansen (2016), com as quais a expressão e os indivíduos tomados aqui por intelectuais surgem como *unidade polissêmica* quando se fala dos lugares e mídias: “são homens da produção de conhecimentos e comunicação de ideias, direta ou indiretamente vinculados à intervenção político-social [...] atores estratégicos nas áreas da cultura e da política que se entrelaçam, não sem tensões, mas com distinções” (GOMES; HANSEN, 2016, p. 10). Nesta perspectiva entende-se os intelectuais como atores que produzem conhecimentos e bens culturais, com intenções de projetos sociais e políticos de modo a intervir na construção de outros valores e comportamentos da sociedade. Assim, os intelectuais podem representar um papel de “criadores” ou “mediadores” da cultura

frações conservadoras e elitizadas da sociedade viram no político gaúcho a ameaça **comunista**. “Os militares envolvidos no golpe de 1964 justificaram sua ação afirmando que o objetivo era restaurar a disciplina e a hierarquia nas Forças Armadas e deter a “ameaça comunista” que, segundo eles, pairava sobre o Brasil. Uma ideia fundamental para os golpistas era que a principal ameaça à ordem capitalista e à segurança do país não viria de fora, através de uma guerra tradicional contra exércitos estrangeiros; ela viria de dentro do próprio país, através de brasileiros que atuariam como “inimigos internos” (CPDOC, 2020). Com o golpe teve início um regime político marcado pelo “autoritarismo” que privilegiava a autocracia do Executivo Federal em relação às liberdades individuais e em detrimento dos poderes Legislativo e Judiciário.

⁵ A Escola Nova foi um movimento internacional em busca de uma renovação pedagógica para a educação, evidenciada no Brasil desde os anos de 1920, foi enfatizada a partir do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932. Conforme Xavier (1999, p. 37), este manifesto foi um documento assinado por 26 intelectuais da educação, que apresentava ao país “as bases de um programa de *reconstrução educacional* que confluía para a racionalização/profissionalização do campo educacional, para a universalização do acesso à educação pública sob responsabilidade do Estado, enfim, para a secularização da cultura e modernização da sociedade”. Para o ensino secundário, indicava-se um conjunto de propostas relativas a organização de um ensino público, que levava em conta as mudanças sociais e o acesso de uma população que não era a elite dominante, modificando suas formas e funções da educação humanista e clássica para um ensino moderno com bases científicas e técnicas (ROSA, 2014).

num dado grupo social, sem assumirem uma posição fixa ou se fixarem numa posição, dependentes da legitimação do seu trabalho pelos públicos com os quais se relacionam.

Ainda como unidade polissêmica que “desliza pelos sentidos”, conforme a reflexão de Carlos Eduardo Vieira (2008; 2011; 2015), que identifica quatro aspectos comuns aos intelectuais brasileiros do campo educacional da primeira metade do século XX: 1) relaciona ao “sentimento de pertencimento ao estrato social que, ao longo dos séculos XIX e XX, produziu a identidade social do intelectual”; 2) diz respeito ao “engajamento político propiciado pelo sentimento de missão ou de dever social”; 3) refere-se à “elaboração e veiculação do discurso que estabelece a relação entre educação e modernidade”; por fim, 4) indicação da “centralidade do Estado como agente político para a efetivação do projeto moderno de reforma social.” Desta forma, a noção de intelectual é compreendida aqui de forma distinta nas posições de mediador dos conflitos sociais, organizador da cultura e produtor de capital simbólico; caracterizando os intelectuais como integrantes do campo imbuídos de um sentimento de missão que relaciona educação e modernidade centralizadas no Estado pela implementação das políticas de intervenção social. Quando Vieira (2008, p. 67) sintetiza estas abordagens:

[...] o conceito de intelectual como mediador dos conflitos sociais, presente na obra de Karl Mannheim; a ideia do intelectual como dirigente e organizador da cultura, problematizada nos textos carcerários de Antonio Gramsci; e, por fim, o conceito de intelectual como produtor de capital simbólico, inerente à obra de Pierre Bourdieu.

O autor estabelece a relação entre ciência, o discurso intelectual, a mediação sócio-histórica, pela terminologia que adota, a identificação dos agentes pelo substantivo *intelectual* e por meio da análise da polissemia do vocábulo intelectual. Portanto,

poderíamos afirmar que: enquanto as palavras sábio, erudito, letrado, culto representam adjetivos associados a sujeitos privados, aquelas representam substantivos que nomeiam um sujeito político coletivo. Na história intelectual a emergência e o uso coloquial das palavras intelectuais e *intelligentsia* representaram uma mudança significativa de percepção, em função de uma mudança no comportamento político das elites cultas. (VIEIRA, 2008, p. 71)

Pode-se presumir desta afirmação que existe uma carga de valor simbólico do campo veiculada pela terminologia entalhada pelos agentes sendo possível falar de uma *terminologia do campo* e que esta terminologia se articula com a *posição no campo*, dito de outra forma: identidade, pertencimento e performance política num lugar específico, o Estado.

Enquanto Vieira (2008) pensa a terminologia, Miceli (1979) n’*Os intelectuais e o Estado*, do livro *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*, estabelece as condições sócio-históricas e o instrumental utilizado pelos agentes para se situarem no arranjo político da época escolhida na posição de dirigentes no espectro do poder, na qualidade de fração da sociedade dominante, na condição mesma de

ocupante da função pública, mapeia o conjunto de disposições presentes ao meio que estruturam o posicionamento do intelectual no ordenamento sociopolítico.

Algumas consequências desta conformação do intelectual ao político são observadas por Miceli: o acesso ao poder de cúpula altamente centralizado, a intervenção do Estado na definição: “a diferenciação na divisão do trabalho técnico, político e cultural” (MICELI, 1979 p. 141). As condições sócio-históricas propiciaram uma conformação desses intelectuais ao arranjo instaurado pela intervenção do Estado nos mais variados domínios da sociedade, de maneira especial no campo na cultura, onde pudessem harmonizar a função pública com o exercício de sua intelectualidade, característica fundamental desses agentes que lhes conferem, ao que aqui se chama de *unidade epistêmica*, autonomia e características do campo que os distinguem do puro político profissional, do puro agente estatal, ou do puro intelectual “sábio, erudito, letrado, culto adjetivos associados a sujeitos privados” (VIEIRA, 2008, p. 71).

A pesquisa busca analisar, desta maneira, a trajetória profissional daqueles intelectuais durante o período em que estiveram à frente das ações do MEC em relação ao ensino secundário, na DES, em especial, à CADES, procurando dar visibilidade às suas estratégias de atuação sob o mote da renovação pedagógica desta etapa de escolarização. Para tanto, será abordado no próximo tópico as ideias e o comportamento profissional dos três diretores, em cada momento distinto de condução da DES, enfatizando as suas ações e estratégias ao legado da historiografia e da história do ensino secundário brasileiro.

A CADES na Diretoria do Ensino Secundário: eficácia e sentido social para a formação do jovem secundarista

Com o nome de Diretoria do Ensino Secundário (DES), este quadrante do Ministério da Educação e Saúde veio a existir no ano de 1946, instituída pelo Decreto-Lei nº 8.535, de 2 de janeiro. Os atos desta diretoria, e conseqüentemente do seu diretor, estavam diretamente subordinados ao ministério; a diretoria não possuía natureza jurídica própria, parte que era da estrutura administrativa central no Executivo Federal na administração direta. Neste sentido, é possível se falar de uma história administrativa da DES, dos seus diretores, da campanha, como também de uma história das visões pedagógicas em ação e circulação nestas mesmas instâncias, e, por fim, de como esta conjunção se enreda em sua forma política, no caso uma política pública no campo educacional da época.

A Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES), por seu turno, é instituída por meio do Decreto nº 34.638, de 17 de novembro de 1953. Getúlio Vargas havia retornado à cadeira presidencial, ao seu lado subscreve esse ato o ministro da educação Antônio Balbino de Carvalho Filho. Meses antes assumia a direção do ensino secundário Armando Hildebrand, cuja posse aconteceu em meados de agosto daquele ano. “Eficiência do ensino, entrosamento da escola com o meio a que serve,

problemas de administração escolar” (CORREIO DA MANHÃ, 1953, p. 6) é um dos *slogans* levantados por Armando Hildebrand no seu discurso de posse, este lema se transformará na alínea *a* do artigo 2º Decreto nº 34.638: “tornar a educação secundária mais ajustada aos interesses e possibilidades dos estudantes bem como às reais condições e necessidades do meio a que a escola serve, conferindo, assim, ao ensino secundário maior eficácia e sentido social” (BRASIL, 1953).

O *affair* do “Palacete do Silvestre”

Ao assumir a direção do ensino secundário, Armando Hildebrand⁶ incorpora à diretoria o que trazia incorporado em si: o móbil da sociedade técnico-instrumental imbuído que estava da sua experiência na Comissão Brasileiro-Americana de Ensino Industrial (CBAI) (CUNHA e FALCÃO, 2009), e nas seções técnicas do INEP. A indicação de Armando Hildebrand pelo ministro da educação para o cargo aspirava à reestruturação do MEC (CORREIO DA MANHÃ, 1953, p. 6), o perfil técnico do novo diretor da DES portava consigo os aprestos da diplomacia e dos anseios renovadores e flexibilizadores dos modelos educacionais no país. Seus propósitos na DES foram imodestos, seus olhos logo de partida se voltaram para o “financiamento do ensino médio pela União, enriquecimento do conteúdo da educação secundária, aperfeiçoamento dos métodos de ensino, transformação da diretoria em órgão de estudo e pesquisa” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1953, p. 2).

Armando Hildebrand atuou extramuros concomitante à direção da DES: na Campanha dos Educandários Gratuitos, Campanha de Educação de Adultos, Campanha Nacional de Bolsas de Estudos⁷ e na criação da Fundação do Ensino Secundário, entidade majoritariamente representada por escolas privadas, cujo fim era o de fornecer bolsas de estudos para os “estudantes pobres”, com recursos inclusive do Fundo Nacional do Ensino Médio (FNEM)⁸, apresentada em junho de 1954 (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1954, p. 2).

⁶ Formado pela Escola Normal de Pirassununga/SP, bacharel pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro; fez cursos de administração escolar no Instituto de Educação, da Universidade de São Paulo; administração, seleção e orientação profissional pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) e de metodologia e administração do ensino médio na Universidade do Estado de Nova York. Exerceu os cargos de diretor da Escola de Aplicação, da Escola Normal de São Carlos; chefe da Seção de Psicologia Aplicada e da Seção da Organização Escolar do INEP; chefe do Serviço de Treinamento de Pessoal Docente e Administrativo da CBAI; diretor executivo da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, nos anos de 1940 (CORREIO DA MANHÃ, 1953, p. 6); nos anos de 1960 trabalha na implantação do ensino primário no Distrito Federal com a Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília (CASEB), assume a direção da Diretoria do Ensino Industrial; planejou o Projeto Especial Multinacional de Educação Brasil, Paraguai, Uruguai – MEC/OEA (MUFFATO e SILVA, 2014; MUSEU DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, 2020).

⁷ As campanhas tanto no campo da educação como em outras instâncias de ação social públicas ou privadas podem ser consideradas como um *modus operandi*, foi um recurso instrumental persistente nas décadas passadas; o termo de origem militar sinaliza para a atuação em frentes urgentes ou emergentes alcunhada de campanhismo.

⁸ O Fundo Nacional do Ensino Médio (FNEM) foi instituído pela Lei nº 2.342, de 25 de novembro de 1954, a instituição do fundo acompanha a série de atos que se voltam sobre a reforma do *ensino do grau secundário* na ocasião, não apenas do ensino secundário, mas das ramificações que se encontram na mesma faixa de ensino: o normal, industrial, comercial e agrícola. “O FNEM foi aprovado na gestão do ministro Cândido Mota Filho, na forma da Lei 2.342 de 25/11/1954, depois regulamentado pelo decreto nº 34.494, de 14 de junho de 1955. [...] Os recursos do FNEM, decorrentes do orçamento de 0,01% da renda da União, deveriam ser aplicados em: 1) bolsas de estudo em benefício de adolescentes aptos, através de provas de seleção, e materialmente necessitados, 2) auxílio para a manutenção dos estabelecimentos de ensino e 3) contribuições para a ampliação e a melhoria da

À cabeceira da DES, Armando Hildebrand, bem relacionado com Anísio Teixeira⁹ em sua passagem pelo INEP (MORAES *et al*, 2008), que naquele momento integrava a Assistência Técnica de Educação e Cultura (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1953, p. 2) responsável em grande medida pelo abraçamento dos outros cursos na legislação da equivalência, põe em andamento, por meio das ações da CADES, a reconfiguração do ensino secundário, cujo expediente seria a equivalência dos cursos do grau secundário e a flexibilização curricular na etapa do ginásio.

No ano de 1955 uma das iniciativas levadas a cabo por Armando Hildebrand foi a inauguração da Casa do Professor (CORREIO DA MANHÃ, 1955, p. 9), eram os próceres do Poder Executivo o ministro da educação Cândido Mota Filho, e o presidente João Fernandes Campos Café Filho; a casa (apelidada de Palacete do Silvestre) havia sido residência de ministros e presidentes. A Casa do Professor era um ponto de apoio logístico para professores em viagem que estivessem no Rio de Janeiro para estudo e formação, fora equipada com dormitórios, biblioteca e sala de conferência; fazia parte dos investimentos da diretoria em equipamento e serviços para o professorado do ensino secundário.

Assumindo a presidência no ano de 1956, Juscelino Kubitschek empossa como ministro da educação a Clóvis Salgado, na sucessão deste evento a Casa do Professor se tornou o pivô de um dissentimento entre o novo ministro e o diretor da DES. O ministro da fazenda José Maria Alkmin pediu a casa do professor para servir-lhe de moradia ao ministro da educação Clóvis Salgado (CORREIO DA MANHÃ, 1956, p. 11), pedido por sua vez questionado por Armando Hildebrand que expôs as razões da manutenção do equipamento para os professores (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1956, p. 2); o rápido posicionamento oficial foi pela exoneração do diretor do ensino secundário. O desconforto provocado pela ocorrência e o embate entre os ministros e o diretor da DES levou a um desfecho impremeditado que forçou sua substituição. Em março de 1956 assume o comando da DES o professor Gildásio Amado (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1956, p. 4).

rede escolar. Embora destinado ao ensino médio como um todo, o FNEM atingiu principalmente o ensino secundário, que era o setor mais abrangente e contava com o lobby dos proprietários e diretores, na maioria representantes das congregações católicas”. (MONTALVÃO, 2011, p. 147)

⁹Anísio Spínola Teixeira bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro em 1922; em 1924 ocupou o cargo de Inspetor Geral de Ensino da Bahia; obteve o título de Master *of Arts* pelo *Teachers College da Columbia University* em 1929; realizou uma viagem à Europa e duas viagens aos Estados Unidos entre 1925 e 1928. Nos Estados Unidos entra em contato com a obra do filósofo americano John Dewey; publica *Aspectos americanos da educação* (1928) no qual faz o primeiro estudo sistematizado de suas ideias; foi um dos signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932); participou da Associação Brasileira de Educação (ABE). Na Bahia ocupou a Secretaria de Educação e Saúde até o início da década de 1950 quando nesta função constrói o Centro Popular de Educação Carneiro Ribeiro denominado de Escola-Parque pensado para propiciar à criança uma educação integral, cuidando de sua alimentação, higiene, socialização e preparação para o trabalho e cidadania. No ano de 1951 assumiu no Rio de Janeiro a Secretaria Geral da Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). No ano seguinte toma posse do cargo de diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), no qual permaneceu até 1964. Com a ascensão do governo militar foi afastado e aposentado compulsoriamente. “Anísio Teixeira fez parte de uma geração de intelectuais cuja preocupação maior, na primeira metade do século XX, foi a de organizar a nação e forjar o povo através de uma cultura que procurava assegurar a sua unidade pela instrução pública, pela reforma do ensino e pela construção de um campo cultural a partir da universidade. Essa preocupação levou-o, como outros educadores que lhe foram contemporâneos, a uma relação contraditória com o Estado” (NUNES, 2000)

As “Classes Experimentais” e os “Ginásios Vocacionais”

O professor Gildásio Amado¹⁰ assume a pauta da CADES na DES levando adiante e ampliando os planos da gestão do seu antecessor. A engenhosidade do seu comando residia em servir-se da conjuntura oferecida e transformá-la em “dividendos”. As ações consolidadas pela campanha: encontros formativos para professores, secretários, diretores, inspetores, a oferta de bolsas de estudo para os alunos-mestres, o apoio financeiro para aquisição de material didático e aparelhamento escolar são incrementadas com o recrutamento de técnicos com dedicação prioritária para a CADES, a reforma do regimento da diretoria (BRASIL, 1956), a ampliação do número das Inspetorias Seccionais do Ensino Secundário (ISES) nos estados federativos, o patrocínio das publicações normativas, técnicas e pedagógicas.

O bom proveito da conjuntura obtida é, entre outros fatores, decorrência das discussões anteriores acerca do ensino secundário, especialmente aquelas reputadas à renovação pedagógica prometida pela LDBEN em curso no Legislativo, o otimismo político simbolizado por Juscelino Kubitschek na presidência da República, e a relativa liberdade de ação e expressão de educadores que ascenderam ao cenário público de então. Alternando o acento do *slogan* do seu antecessor, mas conectado com o “espírito” do regulamento da CADES, as palavras de ordem de Gildásio Amado eram: flexibilização, descentralização e preparação do jovem estudante para a vida. Foi taxativo em diversas ocasiões em defender a flexibilidade de currículo (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1957, p. 4), denunciar os males da centralização e a premência da libertação (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1957, p. 4) administrativa e pedagógica do ensino secundário.

Ao pronunciar seu entendimento a respeito da escola secundária moderna e as ferramentas a serem empregadas (flexibilização e descentralização) nesta tarefa de modernização, Gildásio Amado expõe os pontos sobre os quais os rumos dessa etapa de ensino tomaria em suas mãos na DES. Em busca de inspiração, parte para Europa para conhecer dos formatos do ensino secundário, estuda e comenta os modelos da França e Inglaterra (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1956, p. 4), colhe daí as sementes do que nomeia de *classes experimentais*, às quais investe esforços neste primeiro turno de sua gerência. A primeira providência que tomou foi a de estabelecer o vínculo entre o conteúdo de sua proposta e o “estado da arte normativo” que regia o ensino secundário naquele momento.

Essas classes, conforme esclarece a Diretoria do Ensino Secundário, ‘têm por objetivo ensaiar a aplicação de métodos pedagógicos e processos escolares, bem como de tipos de

¹⁰ Graduado em 1928 pela Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro, diretor do externato do Colégio Pedro II (BARRETO e THOMAZ, 2012). Lecionou no ensino médio do Estado da Guanabara e na Faculdade Nacional de Filosofia da ex-Universidade do Brasil; foi presidente da Comissão Nacional do Livro Didático; assessor técnico do Departamento de Ensino Fundamental e chefe da Assessoria do Ensino de 1º grau em 1971. Participou dos grupos de trabalho para a reforma do ensino de 1º e 2º graus. Entre 1970 e 1972 foi membro do grupo de trabalho encarregado de definir a política do Ensino Supletivo (FGA, 2020).

currículos compatíveis com a legislação do ensino médio’. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1958, p. 4)

Essa estratégia era importante por uma série de motivos, o primeiro deles é o de auferir a legitimidade entre os pares e a opinião pública, especialmente aqueles que fizeram passar as leis da equivalência e aqueles que tocavam os projetos renovadores nas minutas da LDBEN na ocasião; o segundo motivo era a sedimentação do entendimento de que tudo o que vier a se referir ao ensino secundário por extensão se referirá ao ensino médio. Esta mudança de termo não é casual, seu propósito é o de suplantar as concepções relacionadas às leis orgânicas dos anos de 1940 cunhando uma terminologia que se conformasse ao modelo que estava sendo gestado. A proposta é apresentada ao Conselho Nacional de Educação (CNE) por comissão constituída no âmbito da DES, publicada em seguida na forma do Parecer 31/58 do CNE para início de implementação no ano de 1959 (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1958, p. 4). O projeto das classes experimentais nas escolas que aderissem ao ensaio pedagógico apresentava:

[...] currículos diferentes dos estabelecidos pelos artigos 11, 14 e 15 da Lei Orgânica do Ensino Secundário. [...] Características comuns a todos os planos podem ser resumidas nos seguintes itens:

- redução do número de disciplinas por série;
- supressão das provas parciais e orais finais;
- modificação do atual sistema de notas;
- supressão das notas de trabalhos manuais e canto orfeônico;
- aumento do ano letivo, aproveitando os períodos atualmente ocupado com provas;
- preocupação com os métodos.

Nas características generalizadas se enquadram:

Fusão da história e da geografia;

Supressão do latim;

Aumento da permanência do aluno na escola;

Reunião de todas as disciplinas artísticas;

Valorização dos trabalhos executados pelos alunos;

Enriquecimento do currículo com disciplinas de natureza prática ou profissional. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1959, p. 5)

Gildásio Amado, defendendo a premissa de que o “centro da escola se deslocou do objeto para o sujeito do ensino (e a necessidade de uma)¹¹ Reforma no sentido da ampliação da vida escolar através de atividades que abranjam os fins não só intelectuais como *sociais* e *cívicos* da educação” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1961, p. 4) entre um ensaio e outro vai testando variantes do “ensino secundário moderno” na etapa do ginásio até a evolução do que vai nomear de ginásio vocacional (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1961 p. 7) e posteriormente: ginásio moderno (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1963, p. 5), promove uma campanha sobre informação ocupacional no Brasil (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1960, p. 7) na qual os jovens seriam esclarecidos sobre tendências ocupacionais no país. Elucubra sobre uma pedagogia do civismo: um projeto

¹¹ Nota dos autores.

da DES (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1961, p. 1), para a qual, por meio da CADES, realiza um simpósio de educação cívica e um seminário de organização social e política no ano de 1962 (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1962, p. 4) sob o argumento de que a “educação está divorciada da comunidade nacional” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1962, p. 8) a ideia de civismo é apresentada na forma da solidariedade coletiva em torno de valores, costumes e senso comum.

A implantação da rede de ginásios modernos com currículos sem academicismo e circunscrição sistêmica efetuada pela LDBEN com o ensino médio, colocou as três diretorias de nível médio (DES, DEI e DEC)¹² em ritmo de ação conjunta (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1963, p. 4). Àquela altura Gildásio Amado havia granjeado a credibilidade entre pares de peso nos círculos administrativos e educacionais, e não menos importante: da opinião pública. Até que em agosto de 1963 um revés se lhe acerca. A coluna *Sinal Aberto* do Diário de Notícias informa que Gildásio Amado se afasta da chefia da DES insatisfeito com uma ingerência do MEC pela substituição de um membro da Delegacia Seccional do Ensino Secundário em Pernambuco sem seu conhecimento e consentimento (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1963, p. 4). Novamente um *affair* político-administrativo depõe o diretor da DES.

“Assalto à escola”: estatização do ensino privado

Assume a DES, o professor Lauro de Oliveira Lima¹³, em agosto de 1963, mesmo mês em que transfere a diretoria para Brasília, a nova Capital da República (CORREIO BRAZILIENSE, 1963, p. 8). Os próximos meses na DES, no MEC e no país seriam decisivos na reviravolta política que se avizinhava. O presidente João Goulart se esforçava em fazer vingar as suas reformas de base, assumiram o MEC o ministro Paulo de Tarso Santos, seguido por Júlio Furquim Sambaquy, que publicam uma série de portarias relativas ao ensino secundário reputando-se ao conteúdo da LDBEN, prescrevendo medidas a serem adotadas, sobre livros didáticos, documentação escolar, entre outras, mas um tema em especial: as anuidades dos ginásios e colégios particulares. A tensão política em torno da governança de João Goulart, a investida normativa dos ministros da educação, o ímpeto e as convicções pedagógicas do diretor da DES se transformaram uma mistura explosiva.

O ensino secundário particular na ocasião se ressentia tanto do chefe do Executivo, quanto dos seus mandatários no MEC e na DES. Alguns posicionamentos de Lauro de Oliveira Lima levados a público põem agitados os educadores e diretores de escolas: “exame vestibular é cilada, seleção deve ser feita ao longo do

¹² Diretoria do Ensino Secundário; Diretoria do Ensino Industrial; Diretoria do Ensino Comercial.

¹³ Graduado pela Faculdade de Direito do Ceará, em 1951, cursou bacharelado em Filosofia pela Faculdade Católica de Filosofia do Ceará, Inspetor Federal de Ensino, Diretor do Ensino Secundário do MEC no Ceará, Presidente da Associação das Pequenas e Médias Escolas do Estado do Rio de Janeiro e Diretor de Pesquisas do Centro Educacional Jean Piaget, dedicando-se a treinar professores, técnicos e empresários por meio de métodos para dinâmicas de grupo, denominado Grupo de Treinamento para a Produtividade. (SILVEIRA, 2016)

curso colegial” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1964, p. 8), Lauro de Oliveira Lima dá oito sugestões ao problema do vestibular para ser publicado em forma de decreto passando a se chamar *processo de seleção-aperfeiçoamento ano-vestibular*, que se trata de: 1) prolongar a seleção durante o curso colegial, 2) identificar os “bem dotados” e garantir-lhes oportunidade; 3) atrair ao processo de seleção os professores do colegial, 4) acompanhar a seleção por orientadores e assessores indicados pelas faculdades, 5) aplicar progressivamente testes de “capacidade intelectual, aptidão e temperamento”, 6) sistema de recuperação em regime especial de orientação para nivelar os “atrasados”, 7) encaminhar os deficitários não recuperáveis para escolas técnicas de nível médio, 8) *extinguir o exame vestibular clássico* (JORNAL DO BRASIL, 1964, p. 13).

Noutro *front da querela das portarias* a DES acusava os colégios privados de desobediência às portarias ministeriais (JORNAL DO BRASIL, 1964, p. 8). Os donos de colégios recorreram à justiça contra o congelamento das anuidades de 1964 (JORNAL DO BRASIL, 1964, p. 12) acusando o governo de preparar um assalto à escola pela estatização do ensino e derrubada da iniciativa particular (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1964, p. 6). Neste interim é dado o golpe; o extremo das tensões políticas levadas a cabo é interpretado pela representação de Lauro de Oliveira Lima como um subversivo, marxista qualificado como o mentor de “toda a trama feita no MEC para [...] tentar intervir e encampar os ginásios e colégios particulares [...] Ele é o inimigo número um da escola média privada no país”. (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1964, p. 3). Assim, o MEC sofre uma depuração ideológica no dia “[...] 31 de março como a mais poderosa e destruidora agência do comunismo no país. Exonerados Lauro de Oliveira Lima e Anísio Teixeira, removidos quase todos os inspetores seccionais de tendências marquicistas (sic)” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1964 p. 8-9).

O professor Lauro de Oliveira Lima é por fim, investigado, julgado e aposentado sumariamente pelo governo militarizado, que convoca para reassumir o posto de diretor o professor Gildásio Amado para colocar ordem no ministério da subversão (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1964, p. 4). A segunda gestão de Gildásio Amado tem como núcleo de ação o assentamento dos Ginásios Orientados para o Trabalho (GOTs) (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1965, p. 9) que até o ano de 1971 vão praticamente assumir o lugar do ensino secundário no país sob o pretexto de que “nada têm a ver com escolas profissionais os ginásios orientados ao trabalho. Se para a uma minoria é um curso de transição para o superior, para a grande maioria é ele um curso final” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1965, p. 3). Entre os anos de 1968 e 1970 são articuladas no MEC uma reforma administrativa, com o Decreto nº 66.967, de 27 de julho de 1970, é criado o Departamento do Ensino Médio (BRASIL, 1970; SCÁRDUA, 1981). Com este desfecho encerra-se a existência da DES e o modelo do ensino secundário da década de 1940, o que não significaria o afastamento de Gildásio Amado dos assuntos afetos ao ensino médio, designado membro da Equipe de Planejamento do Ensino Médio

Brasileiro (EPEM) (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1968, p. 20); e em seguida membro do grupo de trabalho responsável pelos estudos das novas diretrizes e bases para a educação.

Considerações

O exame do *corpus* empírico-documental permitiu observar uma constância de um modelo de ensino secundário perseguido pela DES e pela CADES em suas ações e principais produtos; foi possível visualizar a pressão do estado desenvolvimentista em relação ao futuro dos jovens secundaristas e a interveniência política sobre a atuação dos diretores em alguns momentos, ocorrências que estão relacionadas ao clima político da ocasião e às posições ocupadas pelos agentes identificados no excursus deste trabalho. Neste sentido, a interferência política se deu: com Armando Hildebrand a disputa pela Casa do Professor; com Gildásio Amado pela sobreposição da autoridade do MEC à demissão de um inspetor; e com Lauro de Oliveira Lima pelo golpe civil-militar.

Em relação às fontes, utilizar o jornal e localizar uma subseção dedicada exclusivamente ao campo da educação é um exercício relevante de recomposição de fontes na História e Sociologia da Educação, cuja diversidade de discursos e agenciamentos contribuem para a compreensão da rede de sentidos que encobre um dado recorte histórico e demonstra a importância política-social-cultural da educação como um campo de disputas por conhecimento e poder sobre a condução dos destinos dos estudantes alcançados pelo ensino de grau médio dos anos de 1950 e 1960. O intelectual (unidade polissêmica e epistêmica) revelado neste trabalho demonstrou ocupar as posições de mediador e organizador da cultura e das ações político-sociais; produtor de capital simbólico; motivado por um sentimento de missão e pertencimento ao campo educacional brasileiro em um cenário que relaciona educação e modernidade, centrado no Estado pela implementação das políticas de intervenção social.

Como foi possível perceber, os três diretores não foram apenas executores de um ordenamento pré-concebido para o ensino secundário, mas se empenharam em pensá-lo e reconfigurá-lo numa fisionomia renovada para a segunda metade do século XX que rompia com os modelos instalados nos anos 1940 pela Reforma Capanema. Enfrentaram discordâncias administrativas e políticas em nome dos projetos de ensino secundário que assinaram e em razão disto obtiveram maior ou menor êxito (num caso específico, perseguição político-institucional propriamente dita) como criadores e interventores político-culturais. Características e respostas individuais e coletivas nos postos que ocuparam durante as suas trajetórias indicaram o pertencimento à categoria de intelectuais brasileiros e ilustraram a abordagem desenvolvida por este trabalho: unidade polissêmica que desliza pelos sentidos, unidade epistêmica como uma categoria de conhecimento e reconhecimento social sobre a qual é possível fazer um levantamento histórico retrospectivo.

Referências

AMADO, Gildásio. Ginásio Moderno. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, vol. XLI, nº 93: 17-30, jan. / mar. 1964. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/495241 Acesso em 23, fev. 2020.

_____. *Ginásio orientado para o trabalho ginásio polivalente*. 1966. Cópia de texto datilografado. Arquivo Anísio Teixeira. CPDOC/FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/arquivo-pessoal/AT/textual/ginasio-orientado-para-o-trabalho-ginasio-polivalente-trabalho-s-l-nov-1966> Acesso em 23, fev. 2020.

ARAÚJO, Victor Leonardo de; CINTRA, Marcos Antônio Macedo. *O papel dos bancos públicos federais na economia brasileira*. IPEA, 2011. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1620/1/td_1604.pdf. Acesso em 23, fev. 2020.

BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro; THOMAZ, Alice Ângela. Práticas reformistas na educação brasileira: a contribuição dos irmãos Gildásio e Gilson Amado. *Revista HISTEDBR On-Line*, v. 12, n. 46, p. 264-277, 2012. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/download/8640085/7644> Acesso em 23, fev. 2020.

BRASIL. Decreto-Lei 19.890 de 18 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização do ensino secundário. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-publicacaooriginal-141245-pe.html> Acesso em 14, mar. 2020.

_____. Decreto-Lei 8.535 de 02 de janeiro de 1946. Passa as Diretorias subordinadas imediatamente ao Ministério da Educação e Saúde as Divisões de Ensino Superior, Ensino Secundário, Ensino Comercial e Ensino Industrial do Departamento Nacional de Educação, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8535-2-janeiro-1946-416422-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 23, fev. 2020.

_____. Lei nº 1.821 de 12 de março de 1953. Dispõe sobre o regime de equivalência entre diversos cursos de grau médio para efeito de matrícula no ciclo colegial e nos cursos superiores. 1953. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1821-12-marco-1953-366631-normaatualizada-pl.html> Acesso em 23, fev. 2020.

_____. Lei Nº 2.342, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1954 Dispõe sobre a cooperação financeira da União em favor do ensino de grau médio. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2342-25-novembro-1954-361710-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em 23, fev. 2020

_____. Decreto nº 34.638, de 17 de novembro de 1953. Institui a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário. Diário Oficial, 20 de novembro de 1953, p. 19.913. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-34638-17-novembro-1953-329109-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 14, mar. 2020.

_____. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Presidência da República, 1971. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 23, fev. 2020.

_____. Ministério Da Educação e Cultura. Diretoria do Ensino Secundário. *Regimento da Diretoria do Ensino Secundário*. Rio de Janeiro, 1956. Ex. do Arquivo PROEDS/UFRJ, acervo de Gildásio Amado, Rio de Janeiro.

_____. Decreto Federal nº 66.967, de 27 de julho de 1970. (1970). Dispõe sobre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-66967-27-julho1970-408779-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 23, fev. 2020.

CORREIO BRAZILIENSE. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 23, fev. 2020.

CORREIO DA MANHÃ. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 23, fev. 2020.

DALLABRIDA, Norberto. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. *Educação*. Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-191, maio / ago. 2009.

_____. Usos sociais da cultura escolar prescrita no ensino secundário. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas, v. 12, n. 1, p. 167-192, jan. / abr. 2012.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Verbete. In. CPDOC. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-de-noticias-rio-de-janeiro> Acesso em 23, fev. 2020.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 23, fev. 2020.

FALCÃO, Luciane Quintanilha; CUNHA, Luiz Antônio. Ideologia, política e educação: a CBAI (1946/1962). *Revista Contemporânea de Educação*, v. 4, n. 7, 2009. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/download/1579/1427> Acesso em 23, fev. 2020.

FUNDACAO GILDÁSIO AMADO (FGA). Disponível em: <http://www.fga.br/gildasio.htm>. Acesso em 23, fev. 2020.

GOMES, Ângela de Castro e HANSEN, Patrícia. *Intelectuais mediadores: práticas culturais e projetos políticos*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2016

JORNAL DO BRASIL. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 23, fev. 2020.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. Companhia das Letras, 2001.

_____. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. Coleção Corpo e Alma do Brasil. São Paulo – Rio de Janeiro, 1979.

MONTALVÃO, Sérgio de Sousa. *Por uma História Política da Educação: a Lei de Diretrizes e Bases e a democracia da Terceira República (1946-1961)*. 2011. Tese de Doutorado. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/9008/CPDOC2011SergioMontalvao.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 23, fev. 2020.

MORAES, Jair Santana (Organizador) et al. *O Inep na visão de seus pesquisadores*: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008. 121 p. (Coleção Inep 70 anos, v. 3). Disponível em:

<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/492393/O+Inep+na+vis%C3%A3o+de+seus+pesquisadores/7a40c8d0-a500-4d2e-8068-5d9d94141ee2?version=1.4> Acesso em 23, fev. 2020.

MUSEU DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. *Professores Pioneiros*. Disponível em: <http://www.museudaeducacao.com.br/cte-45/professores-pioneiros/>. Acesso em 23, fev. 2020.

NUNES, Clarice. Anísio Teixeira entre nós: A defesa da educação como direito de todos. *Educação & Sociedade*. Campinas, v.21, n.73, dez. 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302000000400002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 23, fev. 2020.

O GOLPE DE 1964. Verbete. In: *CPDOC*. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Golpe1964>. Acesso em 23, fev. 2020.

ROSA, Fabiana Teixeira da et al. *Circulação de ideias sobre a renovação pedagógica do ensino secundário brasileiro em periódicos educacionais científicos (1956-1961)*. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Estado de Santa Catarina, 2014. Disponível em: <http://www.tede.udesc.br/bitstream/tede/2474/1/118693.pdf> Acesso em 23, fev. 2020.

SCÁRDUA, João Felício. *O MEC e a reforma administrativa*. Revista do Serviço Público, v. 38, n. 4, p. 91-98, 1981. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/2329> Acesso em 23, fev. 2020.

SILVA, João Carlos da; MUFFATO, Lidiane Maciel. Entrevista com José Kuiava. *Educere et Educare*, v. 9, n. 18. Disponível em: <http://saber.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/viewFile/10706/7900> Acesso em 23, fev. 2020.

SILVEIRA, Poliana Oliveira. *Lauro de Oliveira Lima: Contribuições para a educação moderna no Brasil (1960 e 1970)*. Disponível em: <http://pensaraeducacao.com.br/pensaraeducacaoempauta/lauro-de-oliveira-lima-contribuicoes-para-a-educacao-moderna-no-brasil-1960-e-1970/> Acesso em 23, fev. 2020.

TRIBUNA DA IMPRENSA. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 23, fev. 2020.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Erasmo Pilotto: identidade, engajamento político e crenças dos intelectuais vinculados ao campo educacional no Brasil. In: LEITE, Juçara Luzia; ALVES, Claudia. *Intelectuais e História da Educação no Brasil: poder, cultura e políticas*. Vitória: EDUFES, 2011. (Coleção Horizontes da Pesquisa em História da Educação no Brasil, v. 10) p. 25-54.

_____. Intelectuais e Educação. *Pensar a Educação em Revista*. Curitiba/Belo Horizonte: v. 1, n. 1, p. 3-21, abr. / jun. 2015.

_____. Intelligentsia e intelectuais: sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 8, n.1, p. 63-85, jan. / abr. 2008. Disponível em <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38588/20119> Acesso em 14, mar. 2020.

XAVIER, Libânia Nacif. *O Brasil como Laboratório – Educação e ciências sociais no projeto dos Centros Brasileiros de pesquisas educacionais CBPE/INEP/MEC (1950-960)*. Bragança Paulista: EDUSF, 1999.

Recebido em 29/06/20 aceito para publicação em 06/08/20



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional.

Revista Vernáculo n.º 46 – segundo semestre/2020

ISSN 2317-4021

O campo intelectual como espaço de ritualização do poder: IHGRN, historiografia e saber (1945-1971)

The intellectual field as a space for the ritualization of power: IHGRN, historiography and knowledge (1945-1971)

Ledson Marcos Silva¹

Resumo: O artigo discute a historiografia produzida no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), com o objetivo de analisar a ritualização do poder formulada pelos sócios. Portanto, buscamos trazer à lupa, a partir da Revista do IHGRN, elementos simbólicos, usos do passado, usos políticos da história, todo um trabalho realizadodiscursivamente nesta rede de sociabilidade potiguar. Assim, é possível consideraras narrativas desses intelectuais como instrumento para ganhos de legitimidade, ou seja, um recurso simbólico, dentro do grêmio. Com isso, pode-se ter em mente uma das formas que os usos do passado foram feitos por uma das instituições mais antigas do Estado potiguar, por conseguinte, na historiografia norte-rio-grandense. Para realizar essa investigação, a leitura será guiada a partir do conceito de campo intelectual, do sociólogo francês Pierre Bourdieu.

Palavras-chave: Intelectuais. Historiografia. IHGRN. Ritualização.

Abstract: The article discusses the historiography produced at the Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), with the aim of analyzing the ritualization of the power formulated by the partners. Therefore, we seek to bring to the table, from the Revista do IHGRN, symbolic elements, uses of the past, political uses of history, all work done discursively in this network of sociability potiguar. Thus, it is possible to consider the narratives of these intellectuals as an instrument for gaining legitimacy, that is, a symbolic resource, within the guild. With this, one can bear in mind one of the ways that the uses of the past were made by one of the oldest institutions of the state potiguar, therefore, in the norte-rio-grandense historiography. To carry out this research, the reading will be guided from the concept of intellectual field, by the French sociologist Pierre Bourdieu.

Keywords: Intellectuals. Historiography. IHGRN. Ritualization.

Aproprio-me do conceito *campo intelectual*, discutido pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu,² na tentativa de investigar interesses, jogos de poder por parte de pessoas que se apresentam desinteressadas naquilo que fazem. Essa linha sociológica tem a intenção de retirar uma maquiagem – a do desinteresse³ –, revelando intenções por trás das aparências discursivas e narrativas. Esse é o pano de fundo que utilizo na hora de analisar instituições e seus periódicos, como é o caso em questão.

O IHGRN foi fundado em 1902, com o intuito político e governamental de colher, organizar e pensar os documentos que dizem respeito ao Estado do Rio Grande do Norte (RN).⁴ Com Estatutos administrativos semelhantes aos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), os objetivos ademais seguiam na

¹Mestrando em História – Programa de Pós-Graduação em História –Centro de Ensino Superior do Seridó da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGH-CERES-UFRN), Caicó-RN. Bolsista Capes. E-mail: ledson.15@hotmail.com

²BOURDIEU, Pierre. **Campo de poder, campo intelectual:** itinerário de un concepto. Editorial Montessor. Colección Jungla Simbólica, 2002.

³BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus. 1996.

⁴COSTA, Bruno Balbino Aires da. “**A casa da memória norte-rio-grandense**”: O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e a construção do lugar do Rio Grande do Norte na memória nacional (1902-1927). Porto Alegre, 589 f., 2017.

mesma linha.⁵ Sendo assim, articulava-se pesquisas sobre o passado visando corroborar narrativas organizacionais em relação ao presente.⁶

O instituto potiguar surge inclinado a um jogo completamente político, a saber, a disputa de limites territoriais com o Ceará. O governo forneceu respaldo para a criação do sodalício, na intenção que o grupo de letrados colaborasse no debate sobre o espaço.⁷ Articulou-se um projeto voltado à construção de uma memória e história do RN. Assim foi montado o grêmio que, inclusive, funciona até hoje, na capital, Natal. Para além da arenga territorial, a qual teve abundância em publicações na revista durante a primeira década de funcionamento, o periódico do Instituto também consagrou espaço para outras seções, como a história da imprensa potiguar, biografias, publicações de documentos, atas administrativas, notas da Redação, conferências, discursos dos presidentes, oradores, comemorações e necrologias.

Destarte, seleciono a Revista do IHGRN para examinar discursos, com o escopo de averiguar a seguinte hipótese: determinados textos da Revista manifestam uma ritualização do poder a partir dos usos políticos da história ali escrita. Essa ação dentro do Instituto potiguar, orquestrada pelos sócios, se apresenta nos diversos escritos publicados no periódico em questão, com a finalidade de comemorar, homenagear e, por conseguinte, constituir história(s) dos homens que transitam naquele espaço. O acesso às fontes ocorre mediante o arquivo digital do Laboratório de Imagens da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (LABIM-UFRN). O LABIM fornece jornais potiguares escaneados, como *A ordem* e o *Diário de Natal*, além de revistas, dissertações e teses.⁸ O LABIM, portanto, disponibiliza, para o pesquisador, grande parte dos volumes da Revista do Instituto, de forma pública, em formato .PDF.

O recorte temporal é baseado a partir dos números da revista pautados para a análise, ou seja, de 1945 a 1971, além do fato de que não abundam investigações que consagram essa delimitação. Diante desse quadro, vale citar dois campos de pesquisa que dialogam neste artigo: a história da historiografia e a história intelectual.

A história da historiografia é um campo de pesquisa que vem se expandindo em escala nacional, com diversas propostas para se interrogar sobre os significados do passado.⁹ No Nordeste, cada vez mais ganha maiores proporções. Este trabalho é um reflexo dessa expansão. Da mesma maneira, é digno de nota a ausência de propostas que articulem historiografia e a linha teórica de Pierre Bourdieu para o caso do

⁵ ESTATUTOS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE. In: **RIHGRN**. Natal, Volume 1, n. 1, 1903, pp. 09-23.

⁶ Idem.

⁷ COSTA, Bruno Balbino Aires da. **Op. Cit.**, pp. 216-273.

⁸ Conferir: <<http://repositoriolabim.cchla.ufrn.br>>

⁹ TURIN, Rodrigo. História da historiografia e memória disciplinar: reflexões sobre um gênero. **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 13, dez., p. 78-95, 2013; RANGEL, Marcelo de Mello; ARAÚJO, Valdeci Lopes de. Teoria e história da historiografia: do giro linguístico ao giro ético-político. **História da Historiografia**. Ouro Preto, n. 17, abril, p. 318-332, 2015; GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857**. Rio de Janeiro: EdUERJ, Edições ANPUH, 2011; ARAÚJO, Valdeci Lopes de. **A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira 1813-1845**. São Paulo: Aderaldo & RothSchild, 2008; GOMES, Ângela de Castro. **A República, a História e o IHGB**. Belo Horizonte, MG. Argumentum, 2009.

IHGRN. Assim, dou um pontapé no que diz respeito averiguar essa Instituição potiguar munido de tais bagagens epistemológicas.

A história intelectual também tem participação relevante nos próximos parágrafos. Essa área de estudos abarca diferentes grupos, no jogo dos usos do passado, na investigação da formação nacional, na projeção de identidades, na elaboração e disciplinarização de dadas memórias. Enfim, analisa uma série de símbolos constituídos pela imagética dos discursos. São distintos universos que podem dialogar com este ramo de pesquisa, como assim realizo a partir da história da historiografia.¹⁰

Isto posto, é necessário atentar para o *locus* historiográfico que chamo a atenção neste texto. O espaço das *figuras ilustres* (aqueles distintos por “virtudes e serviços”), reservado nos periódicos de Institutos Históricos e Geográficos, é articulado para, também, criar uma imagem daqueles homens que serviram ao Estado. Notas biográficas, necrológios e memórias são elementos comuns, desde o IHGB, sediado no Rio de Janeiro, inaugurado em 1838, onde as biografias foram publicadas visando diversos fins políticos e sociais, assim como para embasar, de certa maneira, a história nacional.¹¹

Esse esquema historiográfico que constrói a imagem do indivíduo e, por sua vez, a história do coletivo, se difunde por outras instituições que nascem no decorrer do oitocentos e também, posteriormente, no século XX, com o florescimento da República. Especificamente na Revista do IHGRN, a seção de biografias ganha contornos semelhantes ao IHGB, mas com suas particularidades.

Proponho uma análise para esmiuçar os aspectos dessas histórias de cunho individual, que dizem respeito à memória, aos intelectuais e, sobretudo aos usos do passado, fundamentando-se, majoritariamente, nos discursos de dois sócios, José Augusto¹² (1884-1971) e Nestor Lima (1887-1959). O primeiro nasceu em Caicó, na província do Rio Grande [do Norte]. Foi Governador e Senador do Estado do RN. Formado pela Faculdade de Direito do Recife, também foi sócio benemérito do IHGRN. Sobre sua atividade intelectual, publicou livros sobre o Seridó, região onde nasceu, e também sobre os chefes políticos que pertenciam ao seu círculo familiar.¹³ Por sua vez, Nestor Lima, nascido em Açú, bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela mesma faculdade de Recife. Foi um pesquisador assíduo. Era sócio correspondente de vários outros institutos histórico-geográfico, por exemplo, na Bahia, Sergipe, Maranhão e no próprio IHGB. Mas, destacou-se, sobremaneira, como presidente do IHGRN por trinta e dois anos. Os textos de ambos os sócios

¹⁰ALTAMIRANO, Carlos. Ideias para um programa de História intelectual. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 19, n. 1, p. 9-17, junho, 2007; ALTAMIRANO, Carlos. De la historia política a la historia intelectual. *Reactivaciones y renovaciones. Prismas*, Revista de Historia Intelectual, n. 9, pp. 11-18, 2005.

¹¹OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Escrever vidas, narrar a história**: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. Há casos conhecidos, por exemplo, Francisco Varnhagen que biografava já almejando uma história nacional. Cf. SANTOS, Evandro. **Tempos da pesquisa, tempos da escrita**: a biografia em Francisco de Adolfo Varnhagen (1840-1873). Porto Alegre, UFRGS (dissertação), 2009.

¹²O nome completo é José Augusto Bezerra de Medeiros, mas vamos mencioná-lo como consta nas fontes, ou seja, apenas por José Augusto.

¹³Cf. AUGUSTO, José. **O Rio Grande do Norte no Senado da República**. Natal, RN: EDUFRN – Editora da UFRN, 2008; MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. **Seridó**. Brasília, Senado Federal: Centro Gráfico, 1980.

vão colaborar na reflexão sobre os jogos de poder e a ritualização contidos na escrita da história aqui examinada.

Finalizando os esclarecimentos preliminares, apoio-me nas reflexões propostas por Sabina Loriga, a respeito do universo das biografias.¹⁴ Não se trata de enxergar os textos biográficos do IHGRN dentro de categorias históricas fechadas ou completamente enquadradas em conceitos, mas sim de atentar-se ao conteúdo, o que ele pode dizer e revelar. A ideia é ver, através dos discursos publicados pela revista, justamente a ritualização do poder, ou seja, o processo de construção e conservação de legitimidade política e intelectual dos sócios mediante usos da história.

Afirmar e legitimar: a ritualização do poder

O IHGRN apresenta vastíssima produção textual que resgata seu próprio passado e, por conseguinte, o passado de seus membros. Entendo que essas operações produzem e afirmam legitimidade de um certo jeito de estar e ser naquele círculo de intelectuais. Pode-se visualizar essa atividade de resgate do passado como uma ritualização¹⁵ do poder, consistindo em auferir capital simbólico para este ou aquele sujeito.

A história torna-se um aparelho ostensivo na busca de exercer o poder. Ou seja, analisar a ritualização é tornar visível o processo autoafirmativo de uma determinada ideologia com base, por exemplo, em indivíduos, em atores da história política norte-rio-grandense. Afinal, é digno de nota que muitos personagens do Instituto passaram pelo âmbito político, como é o caso de José Augusto. Sendo assim, podemos refletir esse processo de autoafirmação a partir do Instituto potiguar, mormente durante o trabalho de homenagear, de teatralizar a imagem dos sócios falecidos ou então de participantes da política do RN que ali compartilham do espaço.

É possível entender o Instituto como personagem do campo intelectual potiguar. Bourdieu define *campo* como um espaço social onde agentes e atores disputam reconhecimento, valores e interesses.¹⁶ O IHGRN como campo intelectual é um espaço social bem definido, um ambiente que busca concretizar regras, onde os sujeitos visam capital simbólico. Esse campo possui uma historiografia interlocutora das vedetes nacionais da história, do que se conveniu chamar de pensamento social brasileiro, além de caracterizar uma área do jogo do poder, ou mesmo o processo saber-poder. O Instituto constitui, portanto, os seus próprios mecanismos e esquemas de afirmação. Aqui estão alguns exemplos.

Em dois volumes inseridos no recorte temporal, encontro considerações alheias descrevendo o papel social que a instituição confere ao Estado. Nomeado como *Diversos Juízos da Imprensa Natalense*, essa

¹⁴ LORIGA, Sabina. **O pequeno x**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

¹⁵ Esclareço que neste artigo os termos *teatralização* e *ritualização* são utilizados como sinônimos, objetivando deixar a leitura mais dinâmica e menos repetitiva.

¹⁶ BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Lisboa, Edições Fim de Século, 2003, p. 120

Revista Vernáculo n.º 46 – segundo semestre/2020

ISSN 2317-4021

seção objetiva estabelecer a manutenção de um caráter ao Instituto, escrevendo sobre o serviço de pesquisa, de construção da memória por parte dos sócios. Quem fez esses juízos? Jornalistas potiguares, da imprensa natalense, dos jornais *A República*, *A Ordem* e do *Diário de Natal*. É selecionado pela redação um trecho de Rômulo Wanderley, escrito em março de 1943, no jornal *Diário de Natal*, e inserido na revista do IHGRN, publicada em 1948:

Nesses 41 anos de vida, o Instituto prestou inapreciável serviço ao nosso patrimônio histórico e ao desenvolvimento da nossa cultura. Nas suas vitrinas e salas de exposição permanecem relíquias veneráveis sob todos os aspectos. Os milhares de volumes da sua biblioteca estão diariamente entre as mãos dos estudiosos que a ela comparecem em pacientes e frutíferas pesquisas.

Dentro daquele ambiente silencioso, a gente encontra uma parte da história do Brasil e toda a história do Rio Grande do Norte.¹⁷

A doação da revista em outros espaços de sociabilidade dos letrados faz circular discursos, narrativas a respeito dos heróis eleitos pelos pesquisadores, por porta-vozes da memória norte-rio-grandense, homens vinculados à ideia de cultura, além disso, o movimento do periódico em outros espaços sociais impulsiona o renome dos sócios, atribuindo-lhes reconhecimento e notoriedade.

Pouco a pouco esse processo é evidenciado. Não à toa, pois a opinião dos outros é importante, vale o destaque, afinal ela emana um teor especializado e privilegiado, partindo de lugares sociais conferidos como autênticos para emitir uma opinião valorada e pertinente àquele receptor da mensagem. Em outras palavras, o elogio dos jornais publicado na revista apresenta-se como esquema recíproco de busca por reconhecimento. Ou seja, a lógica seria compartilhar de um conhecimento com pessoas que possuem uma posição social destacada ou legitimada, e em troca receber alguma notoriedade, certa valoração por profissionais que compartilham de capital simbólico específico, assim o Instituto escala sua luta por um lucro social, pautado na ideia de serviço à pátria e ao Estado.

Ora, há intencionalidade egoísta nas passagens do presidente Lima, e também nas seções que apresentam o juízo alheio, de colegas do campo intelectual. No volume impresso de 1952, encontramos reservado espaço para mais uma rodada de elogios ao Instituto por jornais. A redação do jornal *ARepública* assinala:

A ilustre confreira encerra vários trabalhos de mérito, focalizando assuntos de relevante importância, como a conferência do dr. Nestor Lima, sobre a Fortaleza dos Reis Magos, um estudo sobre o Pelourinho, da autoria do comendador Câmara Cascudo, um trabalho sobre as margens do Potengi, original de Moreira Brandão Sobrinho, um comentário sobre a Guerra do Paraguai, por Adauto da Câmara, além de relatório da Presidência do Instituto Histórico, resumos de atas, necrológios, etc.

Somos gratos pelo exemplar que nos foi enviado.¹⁸

¹⁷ DIVERSOS Juízos da Imprensa. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 44-47, 1948, p. 46.

¹⁸ DIVERSOS Juízos da Imprensa. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 48-49, 1952, p. 266.

Esta consideração foi feita em dezembro de 1944, mas publicada somente no ano de 1952. Então, o reaproveitamento de considerações alheias envolvia uma ampla margem temporal. Se as fontes indicam que a revista circula entre esses jornais, publicando os pareceres e elogios dos jornalistas a respeito de artigos específicos e da revista como um todo,¹⁹ isso configura, portanto, uma teatralização do poder. Uma rede legitimando o trabalho de outra. Desse modo, pode-se imaginar que a revista tinha uma grande circulação na própria Natal, no litoral, pois os três jornais citados tinham como sede a capital. Já quanto às outras regiões e cidades do Estado, pela ausência de indícios, é difícil fazer qualquer afirmação.

Não é árduo imaginar que a legitimação social ocorra devido à presença do discurso de outras pessoas, de um determinado público, de instâncias sociais conferidas autenticamente justas e próprias para o ganho de capital social. A ritualização visa fazer legítimo o saber cultivado pela instituição e os discursos proferidos naquele espaço. Por isso a necessidade da opinião e elogios externos ao instituto. Contudo, não apenas isto. Requisita-se, para um trabalho puramente ritualístico, que seja emitido um saber interno ao instituto, construído pelos próprios sócios, na intenção de elaborar a relação de saber-poder²⁰, quer de assuntos relacionados à história e à memória do Rio Grande do Norte, quer dos próprios sócios. Estes últimos ganham uma vasta produção, espalhada entre livros e volumes da própria revista. Daí vem todo o aparato de biografias, homenagens e memórias, conferindo aos vivos e mortos um suporte social e legítimo para o instituto e seus discursos.

Teatralizando o indivíduo: o IHGRN como palco

Vejamos o trabalho de José Augusto. Ele que teve um de seus textos publicados pela Revista, onde escreve sobre a vida de Almino Álvares Afonso (1840-1899), abolicionista, Senador nascido na província do Rio Grande [do Norte]. Augusto fala harmoniosamente da carreira política, construída por seu conterrâneo sertanejo, relacionando diretamente com o seu “êxito”:

O relato de suas atividades pregressas, a narração de sua vida, a história das campanhas em que sempre andou empenhado, a sua intrepidez na luta pelos seus ideais, o seu idealismo, a sua inteligência, a sua cultura, explicam perfeitamente o seu êxito político.²¹

Como se houvesse uma espécie de determinismo histórico, um fatalismo, ou uma trilha totalmente linear, Augusto adiciona o “esplendor” acompanhante da vida de Afonso. Aparentemente, faz o leitor

¹⁹DIVERSOS Juízos da Imprensa. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 44-47, 1948, p. 41-47; DIVERSOS Juízos da Imprensa. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 48-49, 1952, p. 265-267.

²⁰FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

²¹AUGUSTO, José. Almino Afonso. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 54, 1961, p. 12.

imaginar se a história levou Afonso para um caminho inevitável. Em outras passagens contempla-se o alinhamento do conhecimento e o espaço em que vive, o sertão.

(...) com a ânsia de mais saber e avançar, em pouco Almino se fez professor e passou a ensinar aos meninos sertanejos, ora em fazendas, ora em vilarejos. (...) Em pouco tempo, Almino fez-se advogado nas sessões de júri dos sertões paraibanos, salientando-se pela sua eloquência, pelos seus dons oratórios, pela força e vigor da sua argumentação.²²

Os textos biográficos do IHGRN, em grande parcela, são estruturados pela marca da narração cronológica. Ou seja, conta-se a história do sujeito partindo das condições históricas e sociais de seu nascimento, articulando os feitos registrados, até chegar ao momento da morte. Esse tipo de escrita biográfica marcou, em significativa medida, a experiência da história moderna.²³ O escrito de Augusto não é diferente, isto é, não escapa a esta lógica.²⁴

Afonso, nas palavras de Augusto, é um sertanejo envolvido com as letras, tem ânsia pelo conhecimento, regozija-se na sessão jurídica. Sendo assim, para Augusto, isso certamente, entre outros elementos, o faz merecedor de presença nas páginas da revista. Como foi construída a imagem de Almino Afonso? José Augusto traça sua trajetória como forte aliado do movimento abolicionista, e reverberando sua atuação na produção da Constituinte após queda do Império, citando a presença do sertanejo com palavras firmes e uma postura convicta que luta pelos oprimidos.²⁵ E por fim, finaliza apontando “que Almino Álvares Afonso, desde a sua infância, foi bem uma expressão de vigor da gente que povoou e habita os sertões nordestinos.”²⁶ Essa ligação, apressada talvez, é clara. Ela fortalece, indiretamente, a manutenção da memória histórica potiguar. A presença do Instituto nesse movimento constituidor é forte. O trabalho biográfico do potiguar é um indicativo do processo teatral desse ateliê de pesquisadores. Bordando o nome dos grandes nomes da província/Estado, os membros do Instituto não poupam palavras na hora de reverberar seus atos, na intenção de amalgamar a rede de sociabilidade com serviços descritos como honrados, dignos e legítimos socialmente. A teatralização do Instituto é um fato social. Articula-se história, ambições coletivas e a vontade de exercer o poder, tramitando entre o espaço político e o espaço do trabalho histórico. Eis o caso de José Augusto trançando a linha da vida de Afonso.

Outro exemplo dessa teatralização é o ensaio biográfico de Floriano de Albuquerque²⁷, retratando Amaro Cavalcanti (1849-1922). Com o título de “O homem e o jurista”, apontando para uma dualidade existencial, levando a pensar em duas dimensões separadas, mas que são a composição de Cavalcanti. O

²² AUGUSTO, José. Almino Afonso. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 54, 1961, p. 16.

²³ LORIGA, Sabina. **O pequeno x**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, p. 18.

²⁴ AUGUSTO, José. Almino Afonso. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 54, 1961, pp. 12-19.

²⁵ AUGUSTO, José. Almino Afonso. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 54, 1961, p. 18.

²⁶ Idem.

²⁷ ALBUQUERQUE, Floriano Cavalcanti de. Amaro Cavalcanti: o homem e o jurista. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 54, 1961, p. 66-73.

texto ovaciona, cria uma personagem em cima do indivíduo real, praticamente um panegírico, totalmente vinculado à ideologia nacionalista dos grandes homens, ou seja, conseguiram realizar ações surpreendentes em prol da nação.²⁸

Não nos moveu, portanto, outro intuito, que não o de chamar a atenção dos conterrâneos para esse paradigma de homem, que Juvenal Lamartine classifica “a maior figura intelectual do Rio Grande do Norte, em todos os tempos”, Eduardo Espínola chama de “conspícuo jurista o sociólogo” e Anibal Freire, de “tipo representativo de nossa raça e um dos símbolos de nossa elevação jurídica”. Mui modesto, sabemos, o nosso subsídio, mas é fruto de profunda admiração (...).²⁹

Destarte, Amaro Cavalcanti torna-se um paradigma, o exemplo, o modelo a ser seguido, desde a humildade a qual forjou seus valores quando jovem até o aguerrimento no mundo jurídico e intelectual. Neste excerto, o indivíduo galvaniza o coletivo. Cavalcanti representa um grupo. Em outras palavras, arrisco dizer que o herói, o biografado, neste caso, traz ordem e estabilidade contra as forças de indigestão da história.³⁰ A biografia estabiliza a transitoriedade do mundo em forma de exemplos a serem seguidos. Outro ponto deve ser destacado: o trabalho dos sócios parte da mesma premissa, aquilo que Fernando Catroga chamou de um gesto de “sepultura”.³¹ Trata-se de exorcizar o morto, porque só o presente pode “dar uma nova luz a ‘vida’ aos que já morreram”.³²

O processo de teatralização, através do elogio à figura de Amaro Cavalcanti, é um indicativo ético. São vivos falando dos mortos e mortos falando dos vivos. Porque os textos estão contaminados de presente. Um presente que agora se soma com o fato da morte de alguém. Os textos manifestam esse caráter duplo. Afinal, ao se remeter aos mortos, ainda mais quando são companheiros falecidos, apresenta-se a reflexão daqueles que perderam alguém, no que tange à vida e ações. A teatralização do poder permite que se enxergue como os presentes elaboram a memória sobre o indivíduo morto.

Não adentram no processo de ritualização apenas o grupo dominante ou figuras passadas, antigos sócios, falecidos, mas também se inserem aqueles que fazem parte dos círculos de letrados, direta ou indiretamente, porém não são ligados ao Instituto. Importante salientar um movimento estritamente simbólico dos valores semeados pelos homens daquele espaço de pesquisa. Atributos de conduta, princípios éticos, morais, o amor por uma terra compartilhada e também, vale salientar, a crença religiosa.

Os valores atribuídos e cultuados no seio do grêmio são destacados por letrados de outros locais do campo intelectual. Américo de Oliveira Costa, por exemplo, do jornal *A República* tem sua consideração reservada nas páginas da revista do IHGRN:

²⁸ Esta perspectiva historiográfica pode ser analisada com mais precisão em: ENDERS, Armelle. **Os vultos da nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

²⁹ ALBUQUERQUE, Floriano Cavalcanti de. Amaro Cavalcanti: o homem e o jurista. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 54, 1961, p. 73.

³⁰ LORIGA, Sabina. **O pequeno x**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, p. 73.

³¹ CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 64.

³² Idem.

(...) nossa legítima Casa da Memória, nunca é demais assinalar, e que, sob a presidência esclarecida e benemerita do dr. Nestor Lima, vive atualmente uma época de raro fastígio cultural e social. Um já longo e útil caminho, sempre sós finalidade e preocupação de servir à terra comum, pela ciosa persistência no culto, no amor, na manutenção, na evocação dos superiores homens, gestas e legendas do nosso passado, lhe dá direito irrecusável ao respeito, à admiração e à simpatia de todos os conterrâneos.³³

Com estas palavras, reforça-se pontos importantes, desde o caráter cultural do Instituto até o papel social dos sócios ali agremiados. Pois a ideia de um trabalho prestado à sociedade encontra eco não apenas neste excerto, mas em diversas situações de homenagens, celebrações, contando com a participação em eventos para além do sodalício. Nestor Lima, o presidente que liderou por mais de três décadas o Instituto, esteve no centenário do município de Assú, em 1945, cidade que ele é natural, e lá se fez presente representando o IHGRN. Repetiu e reforçou um raciocínio alinhado à passagem de Américo Costa, ou seja, de rememorar os serviços prestados à terra comum, quer dos vivos, quer dos mortos. Isso significava que esses sujeitos merecem a solidariedade e aplausos.³⁴ São valores e ideias de suma importância aos homens do grêmio. Nestor Lima, na celebração, discursou:

Atendo, com prazer e com desvanecimento, ao convite honroso que a comissão promotora do Centenário desta invita cidade me dirigiu para falar-vos neste instante crucial da nossa existência de povo civilizado.

Atendo e cumpro o encargo, com a mesma flama de entusiasmo, que hoje abrasa o coração de todos nós, filhos amados deste torrão benigno e inesquecível, quando comemoramos o primeiro século da nossa maioridade civil e assim, penetrámos nos vastos umbrais da História da nossa terra.

(...) tenho diante de mim as gerações novas e esperançosas, cada qual porfiando um futuro de glórias, de bem estar, de progresso para a gleba em que nascemos.³⁵

Podemos imaginar que a criação desses mitos historiográficos, homens que incorporam um bem nacional, um símbolo de louvação, tem como fim a legitimação política. Esses trabalhos produzem muito mais uma imagem autoconsagrada do grupo dominante, ou da elite intelectual, do que uma fiel amostra das relações sociais perpetradas pelo coletivo. Porque, no final das contas, os sócios estão realizando, na verdade, um processo performativo sobre a identidade de um grupo intelectual e político. Essa identidade coletiva, construída a partir de mecanismos biográficos, e com elementos cimentados na memória, pressupõe fazer *ver-crer* em noções comuns, partilhadas ao longo do tempo. Ter um Estado, uma pátria, uma nação, é partir do princípio identitário que generaliza, torna homogêneo, eliminando as particularidades. Vide, não à

³³ DIVERSOS Juízos da Imprensa. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 44-47, 1948, p. 44.

³⁴ LIMA, Nestor. O Centenário da cidade de Assú. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 44-47, 1948, pp. 117-118.

³⁵ LIMA, Nestor. O Centenário da cidade de Assú. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 44-47, 1948, pp. 111-112.

toa, a forte presença do teor moral, exemplar e ético inseridos nas narrativas.³⁶ Esses homens transformam-se nos mitos a serem seguidos. Carlos Tavares de Lyra ao falar sobre seu pai, Augusto Tavares de Lyra, coloca-o na dimensão dos homens da nação. Em suas palavras: “Na verdade, Tavares de Lyra foi uma grande figura nacional que já se sublimou num símbolo. Símbolo de retidão, de justiça, de devotamento ao bem público.”³⁷

Sabe-se bem, a identidade tem a ver com uma construção histórico-social de origens, com um certo jeito ético-político de atuar em coletivo, com essências, com um *ethos* compartilhado entre a população, de cunho independente, religioso ou civil. E fazem o uso social dessa identidade, de uma história, de um símbolo humano, em proveito da imagem da instituição e da política potiguar. A ritualização, travestida de um aparato biográfico, em celebrações, no trabalho de homenagens e na labuta presente das necrologias, leva esses fatores para o altar, em busca de legitimidade entre as pessoas, seja nos monumentos fincados nas praças públicas, seja na recordação dos homens do Rio Grande [do Norte] a partir da historiografia de instituições.

Diante deste quadro, apresentam-se, assim, esquemas de teatralização. Mas não apenas isso. O leitor se depara, da mesma forma, com a moralização aplicada na história. Na Antiguidade e na Idade Média, a normatização dos valores, princípios e elementos morais estavam escancarados nos textos, em razão que a religião e a moral andavam juntas. Com a chegada da modernidade, a crítica iluminista às religiões, e, por conseguinte, a fé tornando-se privada cada vez mais, as normatizações adaptaram-se em outros âmbitos. É o caso da historiografia moderna. Logo, a moral não acaba, não tem fim. É revivida e inserida em outras estruturas de comunicação.³⁸ Através da narrativa do historiador potiguar que encontramos os elementos moralizantes. As biografias, os artigos, as homenagens aos falecidos, tudo isso carrega uma marca, um peso de relevância a ser seguido e respeitado. É a inteligência e “cultura” de Almino Afonso, e a “modéstia” junto ao letramento de Amaro Cavalcanti. E tudo contribui para esse processo performativo, como a presença de políticos nesse trabalho historiográfico, assim como a retórica e a circulação dos trabalhos em outros espaços de sociabilidade intelectual.

A ritualização é feita por essas redes, garantindo esquemas de autoconsagração entre os pares. Cada um fala bem do colega, adquirindo capital simbólico um pelo outro, numa circulação de elogios. As teias de sociabilidade ministram essa preservação, ou melhor, a conservação do poder. O capital social precisa de

³⁶MATA, Sérgio da. Historiografia, normatividade, orientação: sobre o substrato moral do conhecimento histórico. In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAUJO, Valdei Lopes de (orgs.). **Aprender com a história?** o passado e o futuro de uma questão. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 59-77.

³⁷LYRA, Carlos Tavares de. Tavares de Lyra na intimidade. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 52, 1959, p. 27.

³⁸ MATA, Sérgio da. Historiografia, normatividade, orientação: sobre o substrato moral do conhecimento histórico. In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAUJO, Valdei Lopes de (orgs.). **Aprender com a história?** o passado e o futuro de uma questão. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 63.

mecanismos próprios para isso, é o caso das seções de homenagem na Revista, não apenas para adquirir mais e mais reconhecimento, mas também para sustentar o que já se tem.³⁹

Falar de indivíduos importantes, nascidos no espaço norte-rio-grandense, como Almino Afonso e Amaro Cavalcanti e suas respectivas origens históricas, talvez vá além de exaltar certa erudição e participação política de cada um deles. Ambos têm em comum a origem no interior do Rio Grande [do Norte]. Quando são abordados não se referem a eles como produtos do litoral. Pelo contrário. São ditos frutos do sertão. Ao se apresentarem, fala-se de seus atributos na atuação política, galvanizando toda uma vida em um texto. O que se vê diante disso é um processo de consumo da representação deste ou daquele indivíduo. Resumindo, o biografado é uma fonte de reconhecimento. A instituição através do trabalho histórico e biográfico se aproveita dessa persona, elaborada como herói do Estado e da Nação⁴⁰, para conseguir caminhar nas vias da legitimidade social e garantir algum capital simbólico com isto.

Falei anteriormente que na Revista também encontro um palco para a conservação do reconhecimento. Isso se materializa em certos momentos. Por exemplo, há espaços de respostas dos sócios a respeito de seus trabalhos, de críticas recebidas por pessoas de outros lugares do campo intelectual.

Por sua vez, Nestor Lima insere sua resposta a uma “crítica malévola”, assim considera, feita por algum membro do Jornal *A República*.⁴¹ É interessante pensar nessas respostas dos sócios, pois elas indicam a formulação e a defesa de um tipo de pesquisador. Lima ao defender seu trabalho, defende princípios e a imagem daqueles que se dedicam ao trabalhar com a história norte-rio-grandense. Em outras palavras, salta aos olhos a defesa de uma imagem, de um *ethos*, que não deixa de ser, da mesma forma, uma teatralização do poder, da potência do pesquisador. A teatralização do poder vai à história, à figura de quem investiga a historiografia e seus domínios. Desse modo, duas dimensões mostram sua autonomia e dialogam, a saber, a política e a pesquisa. Ao mesmo tempo em que possuem suas respectivas independências, esses âmbitos estão entrelaçados em narrativas contidas na Revista do IHGRN.

Embora seguindo contra seu princípio de não responder críticas, ou melhor, ataques baixos, como ele entende, Lima responde afirmando que não aceitará que seu trabalho venha a depender “de quem não está bem informado no assunto”.⁴² Quem fez essa crítica ao trabalho dele? Não identifica na resposta. Mas aponta que é alguém que escreve no Jornal *A República*⁴³, espaço social onde a revista do IHGRN corre com

³⁹ BOURDIEU, Pierre. **Campo de poder, campo intelectual**: itinerário de un concepto. Editorial Montessor. Colección Jungla Simbólica, 2002.

⁴⁰ Cf. ENDERS, Armelle. **Os vultos da nação**: fábrica de heróis e formação dos brasileiros. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

⁴¹ LIMA, Nestor. Municípios do Rio Grande do Norte: à guisa de defesa. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 35-37, 1940, p. 181.

⁴² LIMA, Nestor. **Op. Cit.**, 1940, p. 182.

⁴³ Imagino que haja possibilidade da identificação de quem retrucou Nestor Lima no jornal *A República*. Certamente, o documento deve estar em algum laboratório de documentação. Todavia, por algumas razões não conseguimos ter acesso ao volume que consta a crítica. O primeiro motivo foi a pandemia e o isolamento social acarretando na impossibilidade da pesquisa. O segundo motivo é que os volumes digitalizado do jornal *A República* não vão até a década de 1940, na internet. Infelizmente, fiquei sem a devida identificação do autor que Lima responde. De todo modo, o que vale ressaltar é o objetivo, isto é, a análise da noção de ritualização do poder nas redes de sociabilidade potiguaras.

frequência, como já identificado. O crítico do trabalho de Lima diz que há muito para ele corrigir à luz de novos documentos.⁴⁴ O sócio do IHGRN considera isso como ultrajante e não cabe essas críticas ao seu trabalho sobre os municípios potiguares. Em suas palavras:

Quem tiver especial competência e integral serenidade, sem paixão, ou preconceito, quem se sentir livre de erro, engano, ou equívoco, poderá apreciar e julgar o meu esforço, e, condená-lo, ou não; mas, a quem faltarem tais requisitos de idoneidade e de competência, não cabe o direito de repudiar o meu trabalho, porque, além do mais, é de elementar e comezinha justiça.⁴⁵

Lima articula, em sua defesa, princípios e o papel do pesquisador. Ele corrobora para a manutenção do intelectual investigador da história, sustentando a maneira correta de uma crítica. É certo que ele faz apenas uma citação do que seria essa crítica, não dando espaço para o leitor compreender melhor do que se trata. Temos acesso apenas à indignação do sócio do Instituto. A figura de um intelectual, de alguém com devida legitimidade para falar sobre a escrita alheia é montada nesta passagem pela deslegitimação do outro, pelo não reconhecimento. Lima adere à negação da crítica e vai de encontro ao desprezo de quem lhe fez as considerações.

Destarte, cabe a pergunta, qual o perfil intelectual dos sócios do Instituto? É necessário refletir que fechar um conceito ou a categoria “intelectual” é uma tarefa árdua, devido liames históricos, culturais e sociais bem diversos, com suas respectivas historicidades, com as particularidades que lhe são próprias, ainda que pautando minha análise numa mesma rede de sociabilidade, como é o caso.

Ainda assim há brecha para as seguintes considerações: o intelectual do IHGRN é engajado quanto à produção historiográfica e também politicamente. Em razão que sua escrita vai em direção a uma história que conflua na história do Estado e também da nação. Política e história mantêm aqui um elo forte, tanto quanto no século XIX. Outra consideração é que esse intelectual age politicamente na construção e conservação de uma memória das virtudes, dos valores regados e semeados pelo sodalício.

No que tange ao IHGRN, a passagem do membro Enélio Lima Petrovich diz muito sobre a perspectiva que ele e seus pares têm do trabalho gerenciado naquele espaço, ou seja, as considerações sobre as virtudes que alimentam e motivam o labor historiográfico daquele coletivo intelectual:

Um dia desaparecemos todos. Mas, ali, na evocação, sobrepõem os espíritos mais nobres e mais humildes, pelo exemplo dos que desta vida partiram, nos legando a mensagem da fraternidade, da paz e da honradez. É que as permanentes de nossa conduta e a marca do nosso trabalho jamais desaparecerão. E nas fisionomias que emolduram este ambiente, transmitimos às gerações atuais e do porvir a grande lição de nossa própria existência, se não perfeita em todos os sentidos, porém

⁴⁴LIMA, Nestor. **Op. Cit.**, 1940, p. 181.

⁴⁵LIMA, Nestor. **Op. Cit.**, 1940, p. 184.

debruçada para as coisas da inteligência e da sabedoria, que tanto dignificam a criatura humana, imagem e semelhança de Deus.⁴⁶

Em um primeiro olhar, no excerto, o culto à memória destaca-se de longe. Admita-se, o esquecimento da memória é tétrico. Alguém poderá falar tranquilamente que o esquecimento muitas vezes pode ser trágico para este ou aquele coletivo humano. No entanto, assim como lembrar faz parte da vida, esquecer também. Memória e esquecimento são conceitos que não se desgrudam.

Um *dever de memória* diante da sociedade é um grande guia desses pesquisadores potiguares. Significativa parte dos trabalhos de homens como José Augusto, Nestor Lima tem por embasamento *fazerlembrar*. Fora o fato das periódicas comemorações dentro do grêmio. O dever de memória é o “dever de fazer justiça, pela lembrança, a um outro que não o si”.⁴⁷

E quanto ao Instituto, vale a pena recordar da carga política contida no trabalho realizado naquele centro. Configura-se, então, um dever de não esquecer, pautado em símbolos políticos e culturais. Uma vez falou Enélio L. Petrovich: “O Instituto Histórico e Geográfico é o autêntico guardião de nossa história. Nele e através dele, datas, fatos, acontecimentos são revividos e rememorados na continuidade do tempo”.⁴⁸ Daí o empenho para partir de grandes nomes, dos costumes e tradições contidos na revista. Vale registrar, ademais, que no jogo deste campo aparece, sem timidez, uma dosagem de vaidade, afinal uma premissa colocada é a seleção de um “espírito nobre”, um reflexo do escol intelectual norte-rio-grandense, onde a escolha daqueles rememorados está pautada pela categoria de pessoas próximas ao grupo, ao círculo das letras, ligadas ao âmbito político-governamental. Mas, de todo modo, não cabe esquecer que também aparecem outros valores no decorrer dos numerosos textos publicados, por exemplo, a *fraternidade, paz* e a ideia de *Deus* (o Deus católico).

Considerações finais

No IHGRN, costurou-se uma construção coletiva de um ethos, que diz respeito à figura do intelectual potiguar. Este que atua no âmbito político e na escrita da história. Os sócios do Instituto potiguar configuraram uma memória a respeito dos homens políticos, homens ligados certamente ao círculo intelectual potiguar. Por isso, argumentou-se neste trabalho que há uma ritualização do saber-poder, nas publicações da Revista do IHGRN, construída a partir da conservação de capital social, de reconhecimento, da elaboração de símbolos políticos e intelectuais. Para isto, foi necessário recorrer às teorias sociológicas de Pierre Bourdieu no intuito de entender esses mecanismos e esquemas de consagração.

Ficou registrado também que a instituição, enquanto campo intelectual, salvaguarda, através das notas biográficas e homenagens, um caráter memorial muito forte. Suas publicações demonstram uma

⁴⁶ PETROVICH, Enélio Lima. **Homenagens**: Saudações Acadêmicas. Natal, 2008, p. 51.

⁴⁷ RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007, p. 101.

⁴⁸ PETROVICH, Enélio Lima. Inauguração de uma placa. In: **RIHGRN**. Rio de Janeiro, Pongentti. Volumes 56-58, 1971, p. 49.

estratégia operacional riquíssima que visa não só ganhar um *status*, mas também manter esse capital, nutrir uma imagem, ou mesmo conservar determinado quadro imagético do Instituto perante a sociedade.

Assim, entendo que também se orchestra os usos políticos da história na construção de uma memória elogiosa, que ovaciona. História para usos da elite. Afinal, os atores históricos aqui analisados, como José Augusto e seu biografado – Almino Afonso –, ambos estavam inseridos na elite política. Eis aí um ponto de partida no entendimento que as elites intelectuais e políticas não deixam de ter seu valor para os estudos historiográficos. Muito pelo contrário. São deveras importantes para se pensar o país e sua história.

Referências

Fontes

ALBUQUERQUE, Floriano Cavalcanti de. Amaro Cavalcanti: o homem e o jurista. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 54, 1961, pp. 66-73.

AUGUSTO, José. Almino Afonso. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 54, 1961, pp. 12-19.

DIVERSOS Juízos da Imprensa. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 44-47, 1948, p. 41-47.

DIVERSOS Juízos da Imprensa. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 48-49, 1952, p. 265-267.

ESTATUTOS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE. In: **RIHGRN**. Natal, Volume 1, n. 1, 1903, pp. 09-23.

LIMA, Nestor. Municípios do Rio Grande do Norte: à guisa de defesa. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 35-37, 1941, pp. 181-184.

_____. O Centenário da cidade de Assú. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 41-44, 1948, pp. 111-118.

LYRA, Carlos Tavares de. Tavares de Lyra na intimidade. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 52, 1959, pp. 24-27.

PETROVICH, Enélio Lima. Inauguração de uma placa. In: **RIHGRN**. Rio de Janeiro, Pongentti. Volumes 56-58, 1971, pp. 49-50.

_____. **Homenagens**: Saudações Acadêmicas. Natal, 2008.

Bibliografia

ALTAMIRANO, Carlos. De la historia política a la historia intelectual. Reactivaciones y renovaciones. **Prismas**, Revista de Historia Intelectual, n. 9, pp. 11-18, 2005.

_____. Ideias para um programa de História intelectual. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 19, n. 1, p. 9-17, junho, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Campo de poder, campo intelectual**: itinerário de un concepto. Editorial Montessor. Colección Jungla Simbólica, 2002.

_____. **Questões de sociologia**. Lisboa, Edições Fim de Século, 2003.

_____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus. 1996.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

COSTA, Bruno Balbino Aires da. “**A casa da memória norte-rio-grandense**”: O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e a construção do lugar do Rio Grande do Norte na memória nacional (1902-1927). Porto Alegre, 589 f., 2017.

ENDERS, Armelle. **Os vultos da nação**: fábrica de heróis e formação dos brasileiros. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

LORIGA, Sabina. **O pequeno x**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

MATA, Sérgio da. Historiografia, normatividade, orientação: sobre o substrato moral do conhecimento histórico. In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAÚJO, Valdei Lopes de (orgs.). **Aprender com a história?** o passado e o futuro de uma questão. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 63.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Escrever vidas, narrar a história**: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

RANGEL, Marcelo de Mello; ARAÚJO, Valdei Lopes de. Teoria e história da historiografia: do giro linguístico ao giro ético-político. **História da Historiografia**. Ouro Preto, n. 17, abril, p. 318-332, 2015.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SANTOS, Evandro. **Tempos da pesquisa, tempos da escrita**: a biografia em Francisco de Adolfo Varnhagen (1840-1873). Porto Alegre, UFRGS (dissertação), 2009.

TURIN, Rodrigo. História da historiografia e memória disciplinar: reflexões sobre um gênero. **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 13, dez., p. 78-95, 2013.

Recebido em 29/06/20 aceito para publicação em 30/09/20



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional.

From theatrical stages to radio waves: a brief overview of Oduvaldo Vianna's artistic trajectory

Isabella Santos Pinheiro¹

Resumo: Este artigo almeja realizar um breve panorama da mudança de trajetória artística do dramaturgo e radialista Oduvaldo Vianna. O autor foi um homem do teatro - com passagem pelo cinema-, que enveredou pelos caminhos das novelas radiofônicas. Ao mudar os rumos de sua carreira como dramaturgo e se tornar autor e diretor de radionovelas, Vianna ressignificou seu fazer artístico, dando grandes contribuições para a história do rádio no Brasil e para as mudanças de trajetórias de vários atores e atrizes, que deixaram os palcos para fazer carreira no rádio ou passaram a atuar nos dois locais. Ao narrar sucintamente a trajetória de Oduvaldo, serão discutidos os conceitos de indivíduo, sociedade e suas inter-relações, além de questões relacionadas à escrita biográfica e às autoconstruções artísticas.

Palavras-chave: Trajetórias, Biografias, História do Teatro, História do Rádio.

Abstract: This article aims to provide a brief overview of the changing artistic trajectory of the playwright and broadcaster Oduvaldo Vianna. The author was a man from the theater - with a stint in the cinema - who took the paths of radio soap operas. By changing the direction of her career as a playwright and becoming an author and director of radio soap operas, Vianna re-signified her artistic work, adding countless contributions to the history of radio in Brazil and to the changing trajectories of any actors and actresses, who left the stage to make a career on the radio or started acting in both places. By briefly narrating Oduvaldo's trajectory, the concepts of individual, society and their interrelations will be discussed, as well as issues related to biographical writing and artistic self-constructions.

Keywords: Trajectories, Biographies, Theater History, Radio History.

Oduvaldo Vianna ocupa um local de destaque no *pantheon* dos grandes dramaturgos do teatro brasileiro. Mesmo que não conste de forma sólida na historiografia hegemônica do teatro do país, o autor assinou seu nome na história da arte nacional. Da década de 1930 para a década de 1940, ocorreram mudanças na trajetória artística de Vianna. Na primeira década citada, verifica-se uma atuação mais intensa nos palcos teatrais, e na década seguinte, houve uma grande imersão no rádio. Vale ressaltar, que durante a passagem do mundo do teatro para o mundo do rádio, Vianna flertou ainda com o cinema. Em vista disso, o presente artigo tem por objetivo realizar um breve panorama das mudanças de trajetória do autor que aponte possibilidades de pesquisas e dê luz às contribuições de Oduvaldo Vianna para a produção cultural brasileira.

O dramaturgo ingressou na carreira teatral em 1916, com a opereta *A ordenança do Coronel*, e permaneceu até a década de 1940, quando passou a enveredar pelos caminhos das radionovelas. Um dos maiores sucessos teatrais do autor foi a comédia de costumes *Amor*, escrita e dirigida pelo dramaturgo. *Amor*

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Orientador: Henrique Buarque de Gusmão. E-mail: pinheiro.isabella@outlook.com

estreou em 1933 em São Paulo, atraindo um público estrondoso. O espetáculo teve sua primeira montagem no teatro *Boa Vista* e depois foi transferido para o *Coliseu* – um teatro maior com plateia de três mil lugares –, encerrando a temporada no *Teatro Colombo*, sempre com a casa lotada. No ano seguinte, *Amor* teve sua estréia nos palcos cariocas, momento avidamente aguardado, anunciado e aclamado nos jornais. O espetáculo inaugurou o Teatro Rival no Rio de Janeiro. O sucesso de bilheteria e a expectativa do público, em relação à encenação, podem ser notados nas seguintes notícias publicadas no Jornal *O Globo*:

ABRE-SE A BILHETERIA DO RIVAL

Segunda-feira proxima abre-se a bilheteria do Rival-Theatro, isto é, quatro dias antes da estréia.

Os ensaios de “Amor...” já se acham adeantadíssimos.

A noite do dia 22 do corrente attrahira ao Rival a melhor gente do Rio, que estará ansiosa em conhecer o novo teatro e o novo elenco que tem a frente as figuras Dulcina de Moraes, Manoel Durães. Wanda Marchetti (estréia), e Odilon Azevedo.

A outra novidade da companhia do Rival, Noema Geraldty, só estreará na terceira peça que será “A canção da felicidade” ainda de Oduvaldo Vianna.²

INAUGURAÇÃO DO RIVAL

Desde hontem de manhã que é grande a procura de bilhetes para a inauguração do Rival-Theatro, depois de amanhã. A peça “Amor...”, 35 quadros de Oduvaldo Vianna, terá como interpretes Dulcina de Moraes. Odilon Azevedo, Aristoteles Penna e outros.³

A INAUGURAÇÃO DO RIVAL E A PREMIÈRE DE “AMOR...”

“A inauguração do Rival-Theatro, hoje, á noite, marcará um grande acontecimento na vida teatral da cidade.

Dulcina de Moraes, Manoel Durães, Wanda Marchetti, Odilon Azevedo e Aristoteles Penna serão os principaes interpretes da peça “Amor”, de Oduvaldo Vianna.

O novo teatro, situado no Edificio Rex, está destinado a ser uma dascasa de espectáculo preferidas pelo publico.”⁴

GRANDES ENCHENTES NO RIVAL

Dulcina, a sensação do momento: Odilon Azevedo, Manoel Durães, Wanda Marchetti, Aristoteles Penna e todos os intérpretes de “Amor...”, de Oduvaldo Vianna, estão sendo todas as noites applaudidos por salas repletissimas.

Nos intervalos é magnifica a orchestra de russos.⁵

RESERVE LUGARES COM ANTECEDENCIA

Onde? No Rival-Theatro. Porque a ultima hora não encontrará boas acomodações. Dulcina e seu elenco estão attrahindo um publico imenso. As notas de publicidade da empresa informam que desde quinta-feira ultima passaram pelo Rival oito mil quatrocentos e cinquenta pessoas.⁶

O SUCESSO DE “AMOR” ...

Não é um simples “sucesso de notas de publicidade”, o sucesso do primeiro cartaz do Rival-Theatro.

² Jornal O Globo, 16/03/1934, p.5.

³ Jornal O Globo, 20/03/1934, p.5.

⁴ Jornal O Globo, 22/03/1934, p.5.

⁵ Jornal O Globo, 24/03/1934, p.5.

⁶ Jornal O Globo, 27/03/1934, p.5.

“Amor...” de Oduvaldo Vianna, interpretado por Dulcina, Manoel Durães, Wanda Marchetti, Aristoteles Penna e Odilon Azevedo, tem atraído um público numerosíssimo.⁷

As notícias destacam a expectativa do público e dos veículos de comunicação dias antes da estreia—demonstrada na compra de bilhetes adiantados—, e evidencia o modo como os jornais anunciavam a estreia da peça e a inauguração do *Rival-Theatro*, como sendo um grande acontecimento da cidade. Já as publicações após a estreia, relatam como as salas estavam ficando lotadas em todas as apresentações e como o público estava aplaudindo o espetáculo. Também foi ressaltado que não se tratava apenas de um “*successo de notas de publicidade*”, a peça em cartaz configurava um sucesso real, acima das expectativas, que já eram grandes.

O autor e diretor de *Amor*, Oduvaldo Vianna, foi mais do que um dramaturgo, foi também radialista, produtor e roteirista de teatro e cinema, portanto, um homem que flertava com simultâneos lugares da arte e, conseqüentemente, produzia obras que dialogavam com múltiplos modelos artísticos. Vianna realizou uma de suas primeiras investidas no mundo das letras em 1902, quando, na companhia de seu amigo Afonso Schmidt, publicou um texto no jornal *Zig-Zag*. E poucos anos depois, em 1906, escreveu um livro de poesia chamado *Hora da angústia*.

No teatro—como foi citado anteriormente—, iniciou sua carreira com a opereta *A ordenança do coronel* (1915) que recebeu o terceiro prêmio de um concurso organizado pelo jornal carioca *Imparcial*. Em 7 de junho de 1916, no *Palácio Teatro*, aconteceu a estreia profissional do autor nos palcos, com a encenação da mesma. O dramaturgo foi um dos fundadores da *Sociedade Brasileira de Autores Teatrais* (SBAT) e participou da primeira diretoria da instituição.

Em 1917, Vianna trabalhava como jornalista nos jornais *O Dia* e *A Noite* e estava escrevendo peças do gênero *revista*⁸. Dois anos depois, o autor se consolidou no mundo teatral com muitas estreias, e em 1920, fundou uma companhia de teatro com Abgail Maia, que futuramente seria sua esposa. Vianna seguiu escrevendo e dirigindo *revistas*, *operetas* e *comédias de costume*. No ano 1923 estendeu a excursão que fazia ao sul do Brasil até o Uruguai e a Argentina. E em 1928, estreou *O castagnaroda festa*, uma peça do gênero *sainete*⁹ que, segundo o pesquisador Wagner Martins Madeira¹⁰, era uma peça curta que tentava competir com o cinema, entretenimento que ganhava espaço nesse período. No mesmo ano, o dramaturgo fez sua estreia como ator na peça de Arnaldo Fracarelli intitulada *Viver é fácil*.

⁷ Jornal O Globo, 28/03/1934, p.5.

⁸ O autor escreveu em 1917 as revistas *Dá cá o pé*, com parceria de Cândido de Castro e *Você é o bicho!*, junto com Cardoso de Menezes.

⁹ Sainete pode ser definido como um gênero teatral no qual geralmente as peças são curtas e cômicas. Quando o gênero surgiu, essas peças serviam de intermédio entre duas encenações de maior duração.

¹⁰ MADEIRA, Wagner Martins. In: VIANNA, Oduvaldo. *Comédias*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2008.

No ano seguinte, Vianna estreou mais um *sainete*¹¹ e foi para os EUA estudar cinema. Finalmente – como já foi mencionado –, em 1933, estreou a comédia de costumes *Amor*, o grande sucesso teatral de sua carreira. Três anos depois Vianna dirige o filme *Bonequinha de seda*, que se tornou um grande sucesso do cinema nacional, com uma enorme bilheteria. Logo depois, com a mesma companhia cinematográfica do último filme, estava dirigindo *Alegria*, que não foi concluído por divergências com o produtor.

O dramaturgo recebeu uma proposta para dirigir um filme em Buenos Aires, do ator cômico César Ratti. Chegando na capital Argentina, se encantou com os recursos disponíveis para as montagens cinematográficas, segundo ele¹², superiores aos do Brasil – embora tenha achado que a direção, argumentos¹³ e artistas as vezes deixassem a desejar –. Vianna foi convidado pelo *Instituto Brasileiro do Café* para fazer um programa de propaganda do café brasileiro na *Radio El Mundo* e um radioteatro de 10 minutos sobre folclore brasileiro. Foi nessa mesma rádio que, a convite de Carmen Valdez, Oduvaldo Vianna começa a escrever radionovelas.

Carmen Valdez, da *Radio El Mundo*, me procurou para que eu escrevesse uma novela para o elenco daquela emissora, que ela estrelava. Confessei-lhe que não conhecia o gênero. Ela levou-me ao estúdio de rádio-teatro. Depois de assistir do controle a um capítulo que ia ao ar, fiquei afinal sabendo o que era uma novela radiofônica. E lá, na *Rádio El Mundo*, comecei. Daí por diante, ao ser apresentado a alguém, excluindo intelectuais, é claro, raramente eu ouvia qualquer referência ao escritor de teatro. No setor feminino então, chegava a me irritar. Ninguém se lembrava de nada que eu havia feito, a não ser *las novelas*. Senti, confesso. Mas eu vivia exclusivamente de escrever e o remédio foi continuar¹⁴.

Foi assim que, segundo Vianna, o radionovelistas passou a ser mais conhecido que o dramaturgo. É possível notar nessa passagem uma ideia de fácil aprendizado transmitida pelo autor quanto a escrita de novelas. Ao que parece, Oduvaldo se adaptou rapidamente ao seu novo ofício e começou a criar novelas de sucesso, prontamente abraçadas pelo público, principalmente o feminino, que começou a aclamá-lo como um escritor de novelas radiofônicas. E Vianna, por outro lado, decidiu assumir esse papel, já que tirava seu sustento da escrita dessas obras. Assim, ao final de 1940, a família Vianna retorna ao Brasil com seus aprendizados sobre radionovelas:

Em dezembro de 1940, voltamos ao Brasil. Ofereci as novelas escritas em Buenos Aires a várias emissoras do Rio e de São Paulo, sem o mínimo resultado. Apenas Vítor Costa, diretor de rádio-teatro da Rádio Nacional, achou possível o negócio, mas dependeria de um patrocinador. O diretor de publicidade achou difícil encontrar um para um programa de meia hora, três vezes por semana. Dois ou três meses depois João Amaral – o Pipa – que já uma vez me convidara para dirigir a sua Rádio São Paulo, renovou o convite. Aceitei, assumi o

¹¹Foi o sainete *Um conto da carochinha* (1929), escrito em parceria com Cornélio Pires e Guilherme de Almeida.

¹²VIANNA, Oduvaldo. Apud. VIANNA, Deocélia. *Companheiros de Viagem*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 61.

¹³*Argumento* é um documento que tem como função o desenvolvimento do enredo, geralmente pensado e desenvolvido em cima dos acontecimentos marcantes da narrativa.

¹⁴VIANNA, Oduvaldo. Apud. VIANNA, Deocélia. *Companheiros de Viagem*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 68.

posto. A Rádio Nacional do Rio entrou em horário matutino, com uma novela americana de 15 minutos, e eu levei ao ar capítulos de meia hora, às onze e meia da manhã. O sucesso foi imediato. O patrocinador da Rádio São Paulo, pagando muito mais, passou a novela para o chamado horário nobre, nove da noite, e entrou em acordo comigo para que a novela fosse irradiada também às nove da noite pela Rádio Nacional do Rio de Janeiro.¹⁵

Oduvaldo Vianna destaca mais uma vez o sucesso de suas produções em meio ao momento de expansão do rádio e início das radionovelas no Brasil. O panorama do rádio brasileiro contava com algumas emissoras desde a década de 1920, mas as radionovelas só chegaram ao Brasil na década de 1940, no período conhecido como *Era de Ouro do rádio*. As duas primeiras emissoras a transmitirem esse gênero foram a *Rádio Nacional*, localizada no Rio de Janeiro, e a *Rádio São Paulo*.

A Rádio Nacional estreou em 1936 e foi estatizada pelo governo estadonovista de Getúlio Vargas em 1940. Após a estatização, a emissora se transformou em uma rádio de referência, contudo, mesmo estatizada, continuou funcionando como uma rádio comercial financiada pelas propagandas. A *Colgate-Palmolive* patrocinou a primeira novela transmitida no rádio brasileiro, *Em busca da felicidade*, que era uma radionovela cubana de autoria de Leandro Blanco e adaptada por Gilberto Martins. A patrocinadora *Colgate-Palmolive* era vinculada a agência *Standard Propaganda*, que transformou a publicidade da década de 1930 em multinacional, aos moldes do modelo estadunidense de propaganda¹⁶. A publicidade foi a base de sustento da *Era de Ouro do rádio* e, devido a isso, as novelas passaram a seguir o modelo seriado, dividida em capítulos e com intervalos no meio da programação. De acordo com pesquisadora Lia Calebre:

Eram comuns os “teatros em casa”, os “radiatros” e os inúmeros sketches teatrais presentes nos mais variados programas das emissoras de rádio brasileiras. Na própria Rádio Nacional, desde o final da década de 1930, era apresentado todos os sábados o programa Teatro em Casa, que consistia na radiofonização, em uma única apresentação, de uma peça teatral. Havia ainda Gente de Circo, de Amaral Gurgel, uma história semanal seriada, que estreou no início de 1941.

Na verdade, o que estava sendo lançado era um novo modelo, diferente do que até então as emissoras costumavam apresentar. As radionovelas eram histórias seriadas irradiadas, inicialmente, as segundas, quartas e sextas-feiras ou as terças, quintas e sábados. As durações eram variadas, iam de dois meses até dois anos, como foi o caso de *Em busca da Felicidade*, que ficou em cartaz de 1941 até 1943¹⁷.

Portanto, inaugura-se, na década de 1940, uma nova forma de transmissão de novelas, regidas aos moldes das agências de publicidade. Tal modelo, que passou a reinar na *Rádio Nacional*, também foi aderido pela *Rádio São Paulo*.

¹⁵VIANNA, Deocélia. *Companheiros de Viagem*. São Paulo: Brasiliense, 1984 p. 72.

¹⁶ A empresa *Standard Propaganda* pertencia ao publicitário Cícero Levenroth, formado na Columbia University. De modo condizente com sua formação, Levenroth guiava-se por um padrão publicitário estadunidense. Nos EUA havia dois modelos predominantes de propaganda: hard sell (uma propaganda mais racional) e o soft sell (mais subjetiva).

¹⁷ CALEBRE, Lia. *Rádio e imaginação: no tempo da rádio novela*. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 26, 003. Anais. Belo Horizonte, set. 2003, p. 1-2.

Fundada em 1934, a *Rádio São Paulo* levou ao ar, em 1941, a novela *A predestinada*. O sucesso de audiência era absoluto e abriu as portas para outras novelas de Vianna. Foi um sucesso atrás do outro e, desse modo, as radionovelas passaram a ser o carro chefe das programações de rádio, junto aos programas de auditório. As gravações eram realizadas no Rio de Janeiro e em São Paulo, e depois as novelas eram distribuídas para as demais emissoras de rádio do país, pois os altos custos de produção fizeram com que fosse preciso centralizar em poucos locais as gravações.

Segundo Deocélia Vianna¹⁸, seu marido acumulava novelas de sucessos lançadas tanto na *Rádio São Paulo*, quanto na *Rádio Nacional*, e o Ibope na rádio paulistana chegou a 85% com as obras de Vianna. Notando o sucesso das novelas, o autor mudou os rumos de sua trajetória, deixando de lado o teatro para ocupar um novo lugar de destaque, agora no radioteatro. Contudo, Oduvaldo Vianna sempre deixou claro seu amor pelos palcos, destacando em seus relatos, que sua mudança de setor se devia a falta de estrutura para fazer teatro no Brasil e não a uma preferência pela atuação no rádio.

Eu não deixei o teatro. O teatro é que me deixou. Aliás, não deixou somente a mim. Deixou o Brasil inteiro. Pelo meu gosto, eu continuava a vida inteira no teatro, escrevendo e dirigindo peças. É a minha verdadeira vocação. Mas vocação pede ambiente e incentivo. E ambiente e incentivo são coisas que você não encontra no teatro nacional. Somente duas categorias de indivíduos podem fazer teatro no Brasil: os que querem ganhar dinheiro, e topam tudo, ou os que pretendem bancar os mártires persistentes, fazendo força para que as coisas melhorem. Da segunda categoria nunca nos surgiu um exemplar vivo. E eu não me achei com coragem de ser o primeiro.

No rádio consegui misturar minhas duas vocações: cinema e teatro. O rádio é o grande amigo do povo. O rádio não necessita de cenários, nem de roupas – e sem cenários nem roupas, pode-se fazer um bom teatro radiofônico. De todas as coisas deste século, o rádio foi o que mais prestígio conquistou no seio da multidão. O povo acredita no rádio de uma maneira total. Agora você calcula o que pode ser um rádio dirigido com inteligência, visando objetivos culturais louváveis e orientados¹⁹.

De acordo com a pesquisadora Jeannete Costa²⁰ e com as declarações do dramaturgo no fragmento acima, Oduvaldo Vianna investiu seus conhecimentos do teatro e do cinema nas novelas, e recrutou dos palcos do teatro seu elenco para estas radionovelas, pois ele precisava de pessoas que dominavam a técnica da dramaturgia. O autor viu no rádio a possibilidade de construir um teatro potente, afetivamente aceito pelo público e com menor custo de produção. O rádio configurava um novo mercado de trabalho e contava com uma nova linguagem, a partir de um novo veículo de transmissão. Esta nova linguagem pautava-se no uso da prosódia²¹. As variações no uso da voz eram importantíssimas para os atuantes das radionovelas, pois a voz era o canal que os radioatores e radioatrizes dispunham para transmitir variadas emoções aos ouvintes,

¹⁸ VIANNA, Deocélia. *Companheiros de Viagem*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 73.

¹⁹ VIANNA, Oduvaldo. Apud. VIANNA, Deocélia. Op. Cit. 105-106.

²⁰ COSTA, Jeannete Ferreira da. *Da comédia caipira à comédia-filme: Oduvaldo Vianna – um renovador do teatro brasileiro*. Rio de Janeiro, UNIRIO, Centro de Letras e Artes, Fls.283.

²¹ O termo prosódia está sendo utilizado aqui como o modo de pronunciar as palavras.

diferente dos palcos do teatro, que podiam contar com elementos cênicos como figurino e cenário. Vianna fez de seu radioteatro uma escola para os artistas que foram convidados por ele a se aventurarem neste novo setor.

Foi preciso se adaptar ao microfone, aos tons, timbres e inflexões. O elenco se reelaborou com o total auxílio de Vianna. Dias Gomes e Mário Lago são exemplos de atores recrutados por Oduvaldo que foram fazer carreira no rádio. Alguns iam em busca de melhores condições financeiras e outros em busca de maior prestígio profissional, pois Oduvaldo Vianna obtinha sucesso e bons resultados onde se aventurava. De acordo com Dias Gomes e Mário Lago:

Eu decidira ganhar dinheiro para me sustentar através do teatro e não era possível dadas as condições do teatro na época. Foi aí que o Oduvaldo Vianna, pai do Vianninha, me convidou para trabalhar no rádio. Ele foi assistir, em São Paulo, a minha peça **Pé-de-cabra**, que foi grande sucesso de crítica e de público. Gostou e, como ele estava fundando uma emissora, a Rádio Pan-americana, convidou-me para trabalhar. Assinei o contrato e fui trabalhar em São Paulo. O Oduvaldo Vianna foi um pouco meu pai e o Vianninha ficou assim como uma espécie de irmão para mim.²²

Oduvaldo Vianna e piteira entraram em meu camarim, no Rival, tendo um assunto muito sério a conversar comigo [...] Oduvaldo ia inaugurar uma estação de sua propriedade, a Pan-americana. Eu estava entre os cogitados para o elenco. [...] Partindo de quem partia, do mestre Oduvaldo, um faro doido pra essas coisas. Se ele estava me convidando é porque achava que ia dar certo.²³

Ao realizar um estudo sobre trajetória de vida, como esta breve análise de parte da trajetória de Oduvaldo Vianna, esbarra-se na oralidade. Os relatos, em forma de entrevistas ou depoimentos, como os de Dias Gomes, Mário Lago, Deocélia Vianna e do próprio Oduvaldo, precisam ser averiguados a partir de uma metodologia capaz de mensurar a presença de subjetividades.

Cabe ressaltar aqui a diferença entre entrevista e depoimento, onde entrevista se configura como um relato conduzido pelo entrevistador e depoimento se traduz como um modelo de relato mais livre. No entanto, a atenção ao analisar uma entrevista não deve estar apenas na condução que o entrevistador realiza, mas também nos silêncios, pausas maiores ou menores nas respostas, contradições, hesitações e fugas do tema por parte do entrevistado. Assim como, ao analisar depoimentos, não se pode deixar ludibriar por narrativas coesas e romantizadas. O orador de um depoimento é uma espécie de autor que conta uma história em que ele é o protagonista. E tal história mescla vida e obra.

Os relatos de Oduvaldo Vianna e a forma como sua esposa, Deocélia, os reúne e os narra, revelam um pouco das dinâmicas de condução das narrativas sempre presentes na História Oral. Durante sua vida, Oduvaldo deu diversos relatos sobre a situação da arte nacional e sua relação com o fazer artístico. Após seu

²² GOMES, Alfredo Dias. Apud. COSTA, Jeannete Ferreira da. *Da comédia caipira à comédia-filme: Oduvaldo Vianna – um renovador do teatro brasileiro*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, UNIRIO, Centro de Letras e Artes, Fls.283, p. 216.

²³ LAGO, Mário. Apud. COSTA, Jeannete Ferreira da. *Da comédia caipira à comédia-filme: Oduvaldo Vianna – um renovador do teatro brasileiro*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, UNIRIO, Centro de Letras e Artes, Fls.283, p. 216.

falecimento, sua esposa lançou um livro de memórias sobre sua vida com Oduvaldo, a relação deles com a política, com o trabalho, o nascimento e vida do seu filho, Vianninha, entre outros assuntos e aspectos que permeiam a vida dos indivíduos. O livro é marcado pela intersecção de vários setores da vida dos Viannas, sem deixar solto o fio condutor que desenha o grande artista Oduvaldo Vianna. Tal desenho é realizado a partir de memórias de Deocélia e diversos relatos que a mesma reuniu do marido. Oduvaldo tinha um projeto pessoal de autoprojeção artística quando relatava sua vida, assim como Deocélia também possuía um projeto ao fazer o livro.

De acordo com a pesquisadora Tania Brandão, ser artista é realizar a construção de sua imagem como belo, um ser diferente dos demais e possuidor de uma personalidade criadora como *“alguém que traz em si a aura mágica da criação, a energia pura do belo, sugestão imediata de arrebatamento, semelhante a sedução provocada por Narciso”*^{24,25}. Por outro lado, o público desse artista, constrói uma associação entre a obra e o artista, transferindo os julgamentos que fazem da obra para o seu criador, ou seja, o indivíduo passa a possuir as características de sua criação, seja este artista um autor que se esconde atrás de um personagem-escritor ou, mais comumente, atores e atrizes que representam diversos papéis, mas que muitas vezes criam um arquétipo.

O estudo do historiador Antoine Lilti²⁶ sobre o surgimento e as mudanças ao longo do tempo do conceito de celebridade pode ser mobilizado, nesse sentido, para a realização de uma análise da relação entre uma nova cultura da celebridade e as estratégias de comercialização²⁷ do entretenimento, e de como esfera pública e privada podem se confundir e auxiliarem a criação de uma notoriedade do indivíduo. O ato de tornar-se célebre seria, portanto, ir além de ser conhecido, transformando-se em notório. Nesse processo de construção de notoriedade há espaço para ocorrer a fusão entre indivíduo e personagem, obra e artista.

Segundo Brandão, a interioridade do artista precisa traduzir o universal quando o mesmo traça o caminho para se tornar célebre:

Esse ícone da arte que se apresenta como uma entidade original e universal, capaz de irradiar sensações adequadas ao seu tempo, consegue, em consequência, captar o interesse dos contemporâneos. A construção do ícone da arte pressupõe a absorção da imagem da arte do tempo, a resposta às demandas e exigências feitas pela sociedade ao artista, o domínio e o diálogo com os cânones, com as ferramentas e com a tradição da arte.²⁸

²⁴Narciso é um ser mítico da lenda grega que se apaixona pelo seu próprio rosto.

²⁵BRANDÃO, Tania. *Falas de camarim: história oral e história do teatro*. Sala Preta, v.17, n.2 (2007), p.77.

²⁶LILTI, Antoine. *A Invenção da Celebridade (1750-1850)*. Trad. Raquel Campos; Revisão técnica Andrea Daher. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

²⁷Vale ressaltar, que comercialização é pensada aqui no sentido de venda da imagem de um indivíduo, da celebridade como um produto que pode ser comercializado e, por conseguinte, comprado pelo público. O que é adquirido, portanto, é a sensação de proximidade da celebridade, ou melhor, da imagem transmitida pela celebridade.

²⁸BRANDÃO, Tania. *Falas de camarim: história oral e história do teatro*. Sala Preta, v.17, n.2 (2007), p.77.

A autora destaca que o ícone da arte se elabora a partir da junção de sua vida com a história da arte, por meio de um projeto artístico sempre atualizado²⁹, em constante diálogo com a sociedade. O ícone Oduvaldo Vianna, portanto, é elaborado tanto durante a vida do autor, quanto após seu falecimento. Os muitos Oduvaldos Viannas foram construídos e autoconstruídos por meio de constantes ressignificações—para atender as exigências de atualização da sociedade —, até chegarem ao produto final, o célebre autor Oduvaldo Vianna, dramaturgo, radialista, produtor e roteirista. Mesmo que com o passar o tempo, esse produto tenha sido mais uma vez redefinido ao ser marginalizado pela historiografia hegemônica.

O nome³⁰ Oduvaldo Vianna que acompanhou o autor do seu nascimento ao falecimento, não é capaz de traduzir os múltiplos Oduvaldos construídos e ressignificados ao longo de 80 anos de vida. A produção de uma narrativa biográfica coesa não é capaz de descrever as mudanças na trajetória dos indivíduos. O local onde está situado, o momento da vida em que se encontra, as pessoas com que estabelece contato, são elementos que contribuem para a formação e reformulação dos indivíduos e de seus percursos ao longo da vida. Como salienta Brandão: *Talvez a documentação oral fale, antes, de um outro lugar, o lugar da identidade do artista, do ícone da arte, do espaço das versões e não dos fatos*³¹.

Ao pensar os papéis desempenhados por cada pessoa ao longo da vida, Giovanni Levi ressalta as alterações do *eu*, que muda de papel de acordo com o ambiente e com quem se relaciona. Desse modo, a trajetória de vida diz respeito ao movimento dos seres sociais no tempo e espaço, sendo tais movimentos imprecisos e difíceis de capturar. É preciso olhar entre o micro e o macro, entre as peculiaridades e a inserção social para realizar um estudo mais assertivo.

Portanto, torna-se imprescindível nessa análise, levar em consideração o Oduvaldo Vianna marido, o Vianna ex-marido, o Vianna pai, o Vianna amigo, o Vianna comunista, o Vianna dramaturgo e todos esses Viannas, inseridos em tempos e espaços diferentes, formando o indivíduo Oduvaldo Vianna, que estabelece inter-relações pessoais distintas, e precisa ser examinado como possuidor de singularidades, ao passo que é moldado pelo tempo e local no qual vive. As trajetórias de vida são complexas, demonstram personalidades muitas vezes controversas e revelam versões fabricadas de forma consciente e inconsciente pelos indivíduos. É um campo de estudo árduo, impreciso e necessita de fôlego para que seja possível o desenvolvimento de uma análise rica, que não limite a multifacetada e pulsante vida de um indivíduo.

²⁹BRANDÃO, Tania. Op. Cit., p.79.

³⁰ Pierre Bourdieu, em seu texto *A ilusão biográfica*, discute a relação do nome próprio, que acompanha os indivíduos ao longo de toda a sua vida e as múltiplas trajetórias que os indivíduos percorrem. Logo, é possível concluir que o *nome* não traduz as várias ressignificações sofridas ao longo de uma vida.

³¹BRANDÃO, Tania. Op. Cit., p.80.

Referências

Periódicos

Jornal O Globo.

Acervos documentais

Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

Centro de Documentação da FUNARTE (Cedoc-FUNARTE).

Referências

AGUIAR, Ronaldo Conde. *Almanaque da Rádio Nacional*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

BRANDÃO, Tania. *Falas de camarim: história oral e história do teatro*. Sala Preta, v.17, n.2 (2007). Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/salapreta/article/view/139892/137191>

BOURDIEU, P. *A ilusão biográfica*. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

CALEBRE, Lia. *Rádio e imaginação: no tempo da rádio novela*. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 26, 003. Anais. Belo Horizonte, set. 2003.

CHAVES, Glenda Rose Gonçalves. *A radionovela no Brasil: um estudo de Odette Machado Alamy (1913-1999)* / Glenda Rose Gonçalves Chaves. 2007. 144f.

COSTA, Jeannete Ferreira da. *Da comédia caipira à comédia-filme: Oduvaldo Vianna – um renovador do teatro brasileiro*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, UNIRIO, Centro de Letras e Artes, Fls.283.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

LEVI, Giovanni. *Usos da biografia*. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

LILTI, Antoine. *A Invenção da Celebridade (1750-1850)*. Trad. Raquel Campos; Revisão técnica Andrea Daher. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

REFKALEFSKY, Eduardo. História da Propaganda nos EUA. In: *Intercom - Congresso Brasileiro de Pesquisadores em Comunicação*, 2000, Manaus. XXIII Intercom - GT História e Comunicação. São Paulo: Intercom, 2000.

VIANNA, Deocélia. *Companheiros de Viagem*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

VIANNA, Oduvaldo. *Comédias*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2008.

Recebido em 27/06/20 aceito para publicação em 06/08/20



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional.

Revista Vernáculo n.º 46 – segundo semestre/2020

ISSN 2317-4021

Artigos

The role of the "celebrity scientist" - a look at the Carl Sagan's intellectual tradition

Alice F. Freyesleben¹

Resumo: A partir da análise de uma série de palestras realizadas por Carl Sagan em 1985, publicadas apenas em 2005 sob o título *Variedades da experiência científica: uma visão pessoal da busca por Deus*, o presente artigo tem como objetivo investigar como a tradição intelectual europeia do XVIII serviu de base e referência para a atuação de Sagan enquanto intelectual. Para isso, as contribuições de Zygmunt Bauman e Fritz Ringer servirão como referencial teórico e metodológico. Investigar a trajetória intelectual de um agente histórico como Carl Sagan é importante devido ao alcance midiático e institucional obtido pelo autor. Como cientista, fez parte de missões da NASA e ministrou aulas sobre astronomia em importantes universidades norte-americanas. Como divulgador científico, Sagan alcançou enorme reconhecimento popular principalmente pela exibição de *Cosmos*, em 1980. Série televisiva que ampliou o interesse de milhões de pessoas pelo mundo pelas questões da ciência.

Palavras-chave: Carl Sagan, intelectual, ciência, tradição do século XVIII.

Abstract: Based on the analysis of the lectures given by Carl Sagan in 1985, but published as a book only in 2005 with the title *Varieties of scientific experience: a personal view of the search for God*, this article aims to investigate how does the European intellectual tradition of the 18th century appear as reference for Sagan is his role as intellectual. For this task, the contributions of Zygmunt Bauman and Fritz Ringer will be used as a theoretical and methodological framework. Investigating the intellectual trajectory of a historical agent such Carl Sagan is important due to the media popularity and institutional position achieved by the author. As a scientist, he took part in NASA missions and taught astronomy classes at leading North American universities. As a scientific disseminator, Sagan achieved enormous recognition mainly for the exhibition of *Cosmos*, in 1980. Television series that increased the interest of millions of people around the world in matters of science.

Keywords: Carl Sagan, intellectual, science, 18th century tradition.

Introdução

Os livros voltados à divulgação do conhecimento científico alcançaram um destaque mercadológico significativo em meados da década de 1970. Segundo Declan Fahy (2015), repórter e especialista no assunto, antes disso, na lista de best-sellers do *New York Times*, raramente havia obras que por meio de um estilo literário acessível e popular debatiam o conhecimento científico. Mas, dos anos 1970 em diante o panorama mercadológico da literatura de divulgação e popularização da ciência mudou bastante. De acordo com Fahy (2015, p. 4), de Charles Darwin passando por Albert Einstein até o contexto atual, a história da

¹ Graduada em História – Bacharelado e Licenciatura pelo Departamento de História da Universidade Federal do Paraná (DEHIS-UFPR). Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Federal do Paraná (PPGHIS-UFPR). Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PPGHIS-UFPR) e bolsista CAPES. E-mail: alice.freyesleben@gmail.com

ciência ocidental assistiu ao aparecimento de vários "cientistas-celebridades". Nessa história, o astrônomo norte americano Carl Sagan ocupou um lugar inédito, ao ascender a condição de “cientista-celebridade” justamente no momento em que a era da televisão encontrou da era da exploração espacial.

Entre o *mainstream* e a academia: dividindo opiniões no campo científico.

Na década de 1970, os programas de entrevistas exibidos na televisão, conhecidos por *talk shows*, eram uma das principais formas de entretenimento dos EUA. Comunicador eloquente e carismático, Carl Sagan aparecia com frequência nesses programas defendendo que a ciência era o único meio de descobrir verdades sobre o mundo. Além das aparições nos *talk shows*, a fama do autor foi ampliada com o sucesso comercial de alguns de seus livros. Em 1977, *The Dragons of Eden* (Drações do Éden) atingiu a sétima posição no ranque dos livros de não ficção mais vendidos nos EUA.² No ano seguinte a obra, que tratava sobre evolução, fisiologia do cérebro humano e inteligência animal foi agraciada com o prêmio Pulitzer. A partir de 1980, a popularidade de Sagan ultrapassou as fronteiras norte-americanas e atingiu níveis inimagináveis para a maioria dos cientistas até então. A razão dessa projeção midiática, jamais desfrutada por um cientista, tinha um nome: *Cosmos*. O projeto *Cosmos* consistiu na produção de uma série de 13 episódios para televisão e na publicação de um livro. Após três anos de produção, a série intitulada, *Cosmos - a personal Voyage* (em referência às sondas da NASA *Voyager 1* e *Voyager 2*, lançadas em 1977), foi exibida em setembro de 1980 nos EUA. A atração foi apresentada também em dezenas de países e se tornou a série de televisão mais assistida na história até então. Estima-se que mais de 100 milhões de pessoas acompanharam Sagan na "nave da imaginação" por meio da qual o apresentador chegava aos mais diversos e recônditos lugares do universo.³ No mesmo ano em que a série estreou, o autor publicou também o livro *Cosmos*, que, aliás, permaneceu por dois anos seguidos entre os cinco mais vendidos dos EUA.⁴ Na introdução dessa obra, Carl Sagan elucida que:

Nossos antepassados estavam ansiosos por compreender o mundo, mas ainda não conseguia encontrar um método. [...] Em nossos dias, descobrimos um modo poderoso e elegante de compreender o universo, um método chamado ciência; ele nos revelou um universo tão antigo e tão vasto que as questões humanas parecem, à primeira vista, ter pouca importância. [...] Mas a ciência descobriu não só que o universo tem uma grandeza vertiginosa e extática, não só que ele é acessível à compreensão humana, mas também que somos, num sentido muito real e de grande alcance, parte desse cosmos, nascidos dele, nosso destino profundamente conectado ao dele. [...] (O projeto *Cosmos*) baseia-se na premissa de que o

² Disponível em <<https://www.ocf.berkeley.edu/~immer/books1970s>> acesso em 20 mar. 2020

³ O sucesso da série é atravessou três décadas e o programa foi ampliado, 34 anos depois da primeira exibição, com o título *Cosmos: a spacetime odyssey* (2014), apresentado por Neil deGrasse Tyson – cuja postura em relação à divulgação científica é similar à de Sagan. – e transmitido pelos maiores canais de documentários do mundo, como o National Geographic, responsável por sua produção.

⁴ Disponível em: <<https://www.ocf.berkeley.edu/~immer/books1980s>> acesso em 20 mar 2020.

público é muito mais inteligente do que em geral se acredita; [...] Seja qual for o rumo que tomarmos, nosso destino está indissolivelmente atado à ciência. (SAGAN, 2017 [1980], p. 21-3).

A convicção do autor sobre a indispensabilidade desse "elegante modo de entender o universo" para a sobrevivência da espécie humana o levou a colocar a ciência no *mainstream*. Por meio dos veículos de comunicação de massa, Sagan buscou transformar atitudes do público cientificamente in douto advogando a favor tanto da ampliação das questões políticas e embates éticos oriundos dos campos científicos, quanto da divulgação dos experimentos, descobertas e teorias elaboradas pelos cientistas. Por isso, ganhou o apelido de "sacerdote da ciência" (LESSL, 1989, p.188). Decerto, sua participação em missões espaciais realizadas pela NASA (National Aeronautics and Space Administration)⁵ foi também crucial na construção de sua imagem como grande defensor e comunicador das verdades descobertas pelos cientistas. Sagan fez parte da equipe que desenvolveu a *Mariner 2*, sonda lançada em 1962, pela então recém-criada Agência. O astrônomo ainda faria parte de equipes formadas para outras missões *Mariner*, além das missões *Viking*, *Pioneer*, *Voyager*, e *Galileo*. Todos, programas realizados entre as décadas de 1960 e 1980, com objetivo de enviar sondas não tripuladas para a coleta de informações e imagens de planetas do sistema solar. Resultados e descobertas obtidos com as missões foram frequentemente mencionados ao longo de toda a bibliografia de divulgação publicada por Sagan.⁶ Dessa forma, o autor se converteu em uma espécie de porta voz dos descobrimentos da NASA. Sempre respondendo com audácia às críticas dos que consideravam os gastos públicos com a pesquisa espacial como fúteis e excessivamente dispendiosos. Segundo o autor, a ciência espacial deveria ser concebida como um mecanismo de compreensão histórica.

Alguns milhões de anos atrás não havia seres humanos. Quem estará por aqui dentro de alguns milhões anos? Em todos os 4,6 bilhões de anos de história de nosso planeta, pouca coisa saiu dele para o espaço. Porém agora pequenas espaçonaves exploratórias não tripuladas oriundas da Terra movem-se reluzentes [...] pelo sistema solar. [...] As fontes de poder radioativo na *Viking* e na *Voyager* derivam da mesma tecnologia que fabrica armas nucleares. [...] Se usarmos essas tecnologias para destruir a nós mesmos, é certo que não poderemos mais nos aventurar em outros planetas e estrelas. Mas o inverso também é verdadeiro. Se continuarmos buscando planetas e estrelas, nosso chauvismo sofrerá mais um abalo. [...] Reconhecemos que nossas explorações só podem ser realizadas em nome de todos os povos do planeta Terra. Investiremos nossas energias num empreendimento dedicado não à morte, e sim à vida [...]. (SAGAN, 2017 [1980], p. 429)

⁵ Fundada em julho de 1958, período de acentuada tensão entre EUA e URSS, após a reorganização do NACA, National Advisory Committee for Aeronautics, com o objetivo de fomentar os programas de exploração espacial, os quais já haviam sido inaugurados pela União Soviética com o primeiro lançamento espacial da história, o satélite Sputnik em 1957. Para informações sobre a história da NASA, consultar o site oficial da Instituição; <https://www.nasa.gov/about/highlights/what_does_nasa_do.html> acesso em 5 maio 2020

⁶ Um pequeno resumo sobre a história de cada missão podem ser conferidos em: <<http://space.jpl.nasa.gov/msl/home.html>> acesso em 15 maio 2020.

Ademais, Sagan destacava também que o desenvolvimento de novas tecnologias na área de comunicação associado às pesquisas espaciais beneficiaria o mundo todo. Alias, nesse sentido, no que se refere a busca por vida inteligente no universo, o astrônomo afirmou que investir em radiotelescópios para o envio e o recebimento de ondas de rádio capazes de viajar longas distâncias era o caminho mais barato e eficaz do que enviar naves para o espaço.⁷

Entretanto, a atuação de Sagan como divulgador e a fama obtida por meio das aparições televisivas despertaram posições controversas a seu respeito entre diversos de seus pares do campo científico. Vários cientistas e instituições influentes o consideraram um “astro” do *show business* e não um cientista. A título de exemplo, no manual de história da ciência organizado pela Oxford University, trajetória científica de Sagan é avaliada da seguinte forma: “ele fez conexões e identificou metas, mas teve um período de atenção curto e muitas vezes não foi criterioso com os detalhes. Abrasivo, arrogante e egocêntrico, Sagan fez poucos amigos e muitos inimigos” (HETHERINGTON, 2003, p. 359 [tradução nossa]).⁸

Vale lembrar que, como em qualquer meio profissional, um cientista depende do reconhecimento de sua capacidade técnica por parte dos demais pares de profissão. Quanto maior for o número de pares que o reconheçam, maior será sua legitimidade e poder social enquanto produtor de conhecimento científico. De fato, Pierre Bourdieu afirma que o campo científico é o *local originário* em que se processam as lutas pelo monopólio da competência científica, isto é, de pela legitimidade de aferir o que é ou não uma verdade científica. Segundo o sociólogo francês “os julgamentos sobre a capacidade científica de um [...] pesquisador estão sempre contaminados, no transcurso de sua carreira, pelo conhecimento da posição que ele ocupa nas hierarquias instituídas” (BOURDIEU, 1983, p. 124). Ora, a fama de Sagan e seu talento como orador, e consequentemente como divulgador, o aproximavam mais da imagem das estrelas de televisão ou mesmo do cinema hollywoodiano, por exemplo, do que da ideia de solidão e sacrifícios exigidos pelo anônimo trabalho em laboratório. Logicamente, sua popularidade causou alguns desconfortos. Foi acusado de passar muito tempo no *The Tonight Show* e muito pouco tempo envolvido na penosa tarefa de observar os planetas (VELASCO, 2001, p. 38). Avaliações tão díspares sobre sua trajetória científica também foram motivadas pela ampla gama de interesses nutrida pelo autor. Tal aspecto fica latente se observarmos seu percurso acadêmico. Sagan concluiu o doutorado em astronomia na Universidade de Chicago, em 1960, com uma tese sobre o efeito estufa na atmosfera de Vênus, mas nos anos seguintes desenvolveu seu pós-doutorado em biologia na Universidade de Stanford e na Universidade da Califórnia, publicamente interessado pelo campo que denominou de *exobiology* (área dedicada ao estudo das condições que

⁷ Dessa ideia, surgiu o primeiro e único romance de publicado por Sagan em 1985, *Contato*. Na época, o autor recebeu dois milhões de dólares pela obra manuscrita. Foi o maior adiantamento já dado por uma editora. (FAHY, 2015, p. 10)

⁸ No original: “He made connections and identified goals, but had a short attention span and often failed to follow through on details. Abrasive, arrogant, and egomaniacal, Sagan made few friends and many enemies.”

possibilitariam a vida em ambientes não-terrestre). Nesse sentido, alguns cientistas afirmavam que em razão de seus múltiplos interesses, as contribuições científicas de eram dispersas e pouco sólidas. Além disso, críticas acerca do caráter especulativo exposto em suas obras de divulgação científica também eram corriqueiras. Portanto, a excessiva popularidade de Sagan gerou desconfiança em boa parte da comunidade científica. O alcance de suas palavras entre o público leigo foi visto por vezes como uma fonte de legitimidade não autorizada, uma vez que, no que tange o campo científico, é a universidade a instituição capaz de instituir hierarquias e assegurar ou não a autoridade científica de um pesquisador e não o grande público.

Contudo, é preciso ressaltar que embora o sucesso midiático tenha sido a mais notável característica de sua trajetória, Sagan não se afastou das atividades acadêmicas. Pelo contrário, a busca pela popularidade fora do campo científico dividiu espaço com o esforço pelo reconhecimento dentro do campo. Em 1963, à época com 29 anos, Sagan foi convidado para ocupar o cargo de professor assistente de astronomia na Universidade de Harvard, o que demonstra que antes de se tornar celebridade o autor já gozava de certo reconhecimento no meio acadêmico norte americano. Após ter tido seu contrato com Harvard revogado, migrou, em 1968, para Universidade de Cornell, em Ithaca, onde ocupou o cargo de professor de astronomia até 1996, ano de seu falecimento. Em Cornell, Sagan assumiu também a direção do Laboratório de Estudos Planetários. De acordo com um de seus principais biógrafos, William Poundstone (1999, p. 10), Sagan acumulou ainda 500 publicações acadêmicas durante sua carreira e orientou muitos estudantes.

Assim, em 1992 havia uma expectativa grande em relação à eleição de Sagan como membro da *National Academy of Sciences*⁹, maior reconhecimento em nível institucional que um cientista pode receber nos EUA. Todavia, o suposto aspecto controverso de sua atuação profissional não passou despercebido e alguns membros da *National Academy of Sciences* foram contrários à eleição, afirmando que o astrônomo não havia realizado o suficiente como pesquisador para que tal honra fosse concedida. Por outro lado, outros membros defenderam que a intensa dedicação à divulgação não apagava as conquistas científicas de Sagn. Pelo contrário. Mas, a posição daqueles que se opuseram a indicação do autor prevaleceu e o nome de Sagan foi retirado da lista dos recém-ungidos. Dois anos depois, a *National Academy of Sciences* tentou contornar o mal estar advindo do episódio conferindo a Sagan uma medalha de honra por suas contribuições para a compreensão pública da ciência. (ACHENBACH, 2014).

Ferramentas metodológicas

A partir das considerações acima apresentadas, acredita-se que investigar a atuação de Carl Sagan como *intellectual* pode lançar luzes sobre uma ampla gama de questões pertinentes ao complexo cenário

⁹ Cf. <<http://www.nasonline.org/about-nas/history/>>

sociopolítico mundial da segunda metade do século XX, bem como sobre a própria historicidade das concepções científicas em voga no período. Emprega-se aqui o termo "intelectual" com o sentido enunciado por Zygmunt Bauman (2010), qual seja, mais do que desempenhar uma atividade ligada ao intelecto com primazia, o que distingue o *intelectual* dos não-intelectuais (grupo no qual podem estar incluídos experts, pensadores e leigos) é a forma como o primeiro toma parte no mundo. Na obra *Legisladores e Intérpretes* - sobre modernidade, pós-modernidade e intelectuais, Bauman (2010), destaca que a ideia de *intelectual* como hoje conhecemos começa a ser gestada nos anos iniciais do século XX. Ser intelectual passa significar, cada vez mais, assumir uma responsabilidade moral em relação à produção e disseminação de saberes e acreditar que essa tarefa é primordial para a melhorada sociedade. Dessa forma, segundo Bauman, (2010, p. 40-1) a "práxis intelectual" teria como finalidade, causar impactos e transformar o mundo social por meio do conhecimento, ainda que de distintas maneiras (BAUMAN, 2010, p. 40-1).

Nesse sentido, as elucidações do historiador alemão, Fritz K. Ringer, podem fornecer ferramentas metodológicas importantes para o trabalho de investigação histórica de Sagan como um intelectual. Ao analisar as relações entre acadêmicos das universidades alemãs e as instâncias políticas do fim do século XIX até as primeiras décadas do século XX, Ringer sumariza três formas de se explicar as ideias sustentadas por um determinado agente histórico. A primeira forma é afirmar que certas "doutrinas foram aceitas e sustentadas numa dada época por terem sido herdadas de predecessores intelectuais" (RINGER, 2000, p. 21), sendo essa uma explanação de tipo *sequencial*. Mas, na tentativa de explicar um pensamento produzido no passado, pode se dizer também que "alguém sustentou um determinado ponto de vista porque lhe pareceu inevitável em face das provas então disponíveis e de acordo com o raciocínio correto tal como as vias" (RINGER, 2000, p. 21). De acordo com o autor, essa seria uma explanação do tipo *lógico*. Por fim, Ringer afirma ser possível ainda explicar as opiniões sustentadas por alguém a partir de sua "disposição psicológica", isto é, de sua posição social, seus gostos e predileções, suas necessidades econômicas e/ou religiosas etc. Para o autor, tal alternativa se configura como uma explanação do tipo *ideológica* (RINGER, 2000, p. 21). Ringer destaca ainda que, em princípio, todos esses tipos de abordagem histórica podem ser aplicados para explicar qualquer ideia sem que a pesquisa perca qualidade ou rigor metodológico.

Em razão da extensão requerida, considera-se que, no presente artigo, empreender uma investigação a partir das três possibilidades de explicação histórica listadas por Ringer para compreender historicamente as ideias e posicionamentos intelectuais defendidos por Carl Sagan é uma tarefa inexequível. Desse modo, optou-se por privilegiar a construção de uma explanação do tipo *sequencial*. Em outras palavras, o recorte documental realizado tem em vista reunir fontes que permitam compreender ideais e concepções teóricas que serviram de base e referência para a atuação de Carl Sagan como intelectual.

Isto posto, o foco de análise será a participação do autor nas *Gifford Lectures* ocorridas em 1985 em Glasgow na Escócia. As *Gifford Lectures* são uma série anual de conferências ministradas por um mesmo convidado. Tiveram início em 1888 e ainda hoje acontecem no âmbito das universidades escocesas nas cidades de Aberdeen, Edinburgh e Glasgow. O intuito do evento é sempre o mesmo: promover o debate entre filosofia, ciência e religião. Muitos intelectuais pensadores importantes do século XX foram participaram do evento, como por exemplo, Michael Polanyi, Hannah Arendt, Paul Ricoeur, entre outros.¹⁰ É comum que a participação nas *Gifford Lectures* dê origem a um livro que sumarie as principais discussões levantadas pelo palestrante durante o ano em que as conferências tiveram lugar. O curso promovido por Sagan em 1985 foi intitulado "The Search for Who We Are" (A busca por quem somos). No entanto, o livro com o resumo das conferências foi publicado apenas em 2006, dez anos após a morte do autor, por iniciativa de Ann Druyan, viúva de Sagan, com o título "Varieties of Scientific Experience: A Personal View of the Search for God" (Variedades da experiência científica: uma visão pessoal da busca por Deus). No presente artigo, parte-se da premissa que investigar essa obra é um caminho de aproximação das ideias e concepções de Carl Sagan em uma fase mais madura e experiente de sua trajetória intelectual, quando a fama de "grande nome da ciência" já estava estabelecida.

Uma explanação do tipo "sequencial"

Antes de tudo é importante ressaltar novamente que, tal como coloca Bauman (2010, p. 36), empregar o termo intelectual para se referir a um determinado agente histórico não significa atribuir *qualidades* a esse agente. Isto é, a resposta para a pergunta "quem são os intelectuais?" não tem aponto para *métiers* específicos. A fronteira entre intelectuais e não intelectuais não pode ser vislumbrada por meio de listagens de profissões ou de títulos acadêmicos. Tal fronteira deve ser buscada na formação histórica de um tipo de agente social específico - que possui conhecimento e simultaneamente se sente responsável pela melhora da sociedade através da distribuição desse conhecimento.

Na visão de Bauman, o primeiro passo para compreender o lugar desses agentes na sociedade moderna (e pós-moderna) é refletir sobre a genealogia da relação dialética entre poder e conhecimento. Para tanto, o autor parte do trabalho do antropólogo norte americano, Paul Radin, que analisa com profundidade a história da *diferenciação social* entre os formuladores religiosos e as pessoas comuns nas sociedades consideradas "primitivas" (RADIN, Apud. BAUMAN, 2010, p. 23-38). Por sua vez, Bauman amplia o modelo teórico de Radin com o intuito de explicar a diferenciação social que ocorre entre "intelectuais e leigos" na sociedade moderna.

¹⁰ Disponível em <<http://www.giffordlectures.org>> acesso em 15 maio 2020

Segundo o modelo explicativo de Radin (aprimorado por Bauman) o *medo* frente ao desconhecido e incontrollável é o elemento que provoca a diferenciação entre os que detêm o conhecimento e, por isso, o poder. Aqueles que temem anseiam por sua própria segurança (BAUMAN, 2010, 26). Essa leitura também parece ser compartilhada pelo próprio Sagan. Na primeira conferência das *Gifford Lectures* intitulada “Natureza e deslumbramento: um reconhecimento do céu”, o autor destacou justamente a relação existente entre temor, religião, ciência. Na ocasião, Sagan (2008, p.22) afirmou que “de longe o melhor jeito [...] de deflagrar a sensação religiosa é o sentimento de temor, como o temor que se sente ao olhar para a imensidão do céu numa noite estrelada”. Em sua visão, os mistérios relacionados a existência e ao universo geram temores desde sempre que se refletem nas diversas comunidades humanas. As práticas religiosas e científicas serviriam assim, como um antídoto contra o sentimento de pavor frente ao desconhecido, porém com características distintas:

[...] no sentido de buscar as inter-relações mais profundas entre coisas que na superfície parecem dissociadas, os *objetivos da religião e da ciência, creio são idênticos, ou quase*. Mas a questão tem a ver com a *confiabilidade das verdades declaradas* pelas duas áreas e os métodos de abordagem (SAGAN, 2008, p. 22).

Como será evidenciado, do ponto de vista de Sagan tudo tem a ver com a confiança, portanto, com a legitimidade, das “verdades declaradas” capazes de promover conforto frente aquilo que está oculto. A respeito desse tema, Bauman também atesta que a “incerteza sempre foi fonte suprema de medo” (2010, p. 25). Incerteza sobre o mistério da morte, incerteza frente a imprevisibilidade das incógnitas da vida. Temor pela falta de controle sobre as enfermidades. O que a religião e a ciência fazem é justamente “capitalizar a sensação de insegurança” (BAUMAN, 2010, p. 25) e oferecer conhecimento contra as inseguranças. Em troca, aqueles capazes de confortar – ou seja, aqueles que detêm conhecimento – exercem poder sobre outros. Tal relação é histórica e, de distintas maneiras, se processou na totalidade de estruturas sociais conhecidas.

Assim, grosso modo, o conforto oferecido por alguns e aceito por outros resultou na separação da sociedade em dois grupos: um grupo menor composto por “pessoas especiais e em condições especiais” que detêm o controle prático e com ele podem “discernir uma lógica, por sob a aleatoriedade superficial, de forma que o aleatório poderia ser tornar visível” (BAUMAN, 2010, p. 26) e, outro maior, formado por aqueles que precisam do auxílio do primeiro para compreender a ordem do mundo. Dessa forma, se estabeleceu a assimetria do poder. Na análise de Bauman, a capitalização do medo e da insegurança numa sociedade é o meio para a ação tanto de mágicos, sacerdotes, profetas como de experts científicos e

profissionais da política. O indispensável é manusear as incertezas por meio de apetrechos que a maioria das pessoas não possui.

Nesse sentido, a condição de existência do intelectual se desdobra de uma relação de suplementariedade¹¹ socialmente estabelecida: alguns precisam *produzir* e/ou *distribuir* o conhecimento – as "verdades declaradas" de Sagan - que *falta* a maioria. Desta configuração se sobressai um dos elementos progressivamente mais saliente na constituição do amplo espaço histórico que denominamos como "sociedade ocidental": o par poder/conhecimento. Como sabemos, durante um longo período, esse poder de natureza pastoral esteve concentrado quase exclusivamente sob a égide da Igreja cristã. Os clérigos eram os únicos que dispunham da autoridade necessária para "declarar verdades" confiáveis. Eram os responsáveis por tutelar os fiéis limitados que não tinham conhecimento para lidar de forma apropriada com seus próprios destinos.¹²

A intensidade da dominação exercida por um grupo ou instituição detentor de um tipo de conhecimento sempre dependeu do nível de temor que maioria sente em relação à área da vida da qual o dominador se ocupava. Dessa maneira, tanto a religião (capaz de conferir um sentido para o mundo físico, para a vida e para morte) quanto à ciência são por excelência os *loci* onde o acúmulo de poder advindo do conhecimento é mais intenso. Vale lembrar que o poder pode estar atrelado a várias esferas da vida social como a violência ou a riqueza material, por exemplo.

A "Era da Razão"

Ainda refletindo sobre a genealogia do par poder/conhecimento, pode-se afirmar que muitas das concepções a esse respeito foram maturadas nos meios eruditos europeus do século XVIII - no período assim chamado Iluminismo - e chegaram até o século XX como referência para diversos intelectuais. Todavia, o legado do Iluminismo não pode ser avaliado como o de uma escola de pensamento homogênea.¹³ Tal como Bauman afirma "para quase toda proposição ou observação positiva que um dos *philosophes* escrevia, havia outra para contradizê-la – a ser encontrada nos escritos de outro *philosophe* ou na obra do mesmo autor" (2010, p. 43).¹⁴

¹¹ Sobre a lógica do suplemento Cf. DERRIDA, Jacques. "Este perigoso suplemento". In. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 1973, p. 173-193

¹² A questão não parece ser da ordem da sobrevivência, mas da excelência. As pessoas precisavam de ajuda e direção para que se ocupassem de suas vidas da *melhor forma possível*.

¹³ Destacamos a leitura derridiana de Rousseau in. DERRIDA, J. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 1973. E as obras de BACZKO, Bronislaw. (org) *Une éducation pour la démocratie: Textes et projets révolutionnaire*, Paris, Garnier Frères, 1982 e RINGER, Fritz. *O declínio dos mandarins alemães: a comunidade acadêmica alemã*. São Paulo: Edusp, 2000

¹⁴ Tomamos a liberdade de nos apropriar da palavra *Philosophes* utilizada por Bauman, grafada em francês, para que os leitores não confundam a abrangência das ocupações e das atividades vinculadas aos "homens de conhecimento do século XVIII" (tais

De fato, é pouco produtivo discutir se houve uma ideia única que tenha sido compartilhada da mesma forma pelos vários *philosophes* do Iluminismo europeu. Bauman afirma que eles se pronunciaram, a partir de diversas perspectivas, a respeito da "superioridade da racionalidade, da lógica, da moralidade, da estética, dos preceitos culturais, das regras da vida civilizada" (2010, p. 167). Talvez, como distinguiu Foucault (1994), o grande eixo capaz de conectar as ideias desses pensadores não esteja na natureza dos argumentos ou das ideias sustentadas, mas sim no sentimento de responsabilidade pelo progresso da sociedade. Foucault afirmou que o iluminismo foi um "processo cultural sem dúvida muito singular que sendo consciente de si mesmo, nomeando-se, situando-se em relação do seu passado e em relação com seu futuro" (1994, p. 3) designou as operações que deviam ser realizadas no interior de seu próprio presente. Uma das operações era afastar de vez a sombra do pensamento mítico-religioso. De distintas formas, os *philosophes* pensaram como se poderia "produzir um ser humano de um tipo totalmente novo, emancipado de preconceitos" (BAUMAN, 2010, p. 103). De maneira geral, a má conduta humana passou a ser vista como "produto de uma educação falha" (BAUMAN, 2010, p. 103). De acordo com a leitura de Bauman, mais do que educar, aos *philosophes* cabia apresentar novos processos educacionais para "substituir a velha educação prejudicial [...] por uma educação útil e benéfica do ponto de vista individual, administrada em nome da Razão" (2010, p. 103).

Nesse sentido, o conceito de *Razão* merece atenção especial devido a sua importância para a constituição do pensamento filosófico e científico moderno. O filósofo italiano Nicola Abbagnano definiu a Razão iluminista como o "referencial de orientação do homem em todos os campos em que seja possível a indagação ou a investigação" (2007, p. 824). Em Kant, a Razão é entendida como um dom essencialmente humano em contraposição aos animais que desfrutaram apenas do instinto. Viver segundo os desígnios da natureza significa fazer uso da Razão, único mecanismo eficaz para aprimorar nossa forma de vida enquanto espécie (ABBAGNANO, 2007, p. 824-6). Nessa lógica kantiana, a Razão seria, portanto, o referencial da conduta humana capaz de promover o *verdadeiro* sentimento de conforto e segurança; acabar com os preconceitos, exterminar os mitos e as explicações falseáveis. Ela permitiria estabelecer um critério universal ou comum para a conduta do homem em todos os campos (ABBAGNANO, 2007, p. 826). Em 1794, Kant publicou dois artigos seminais a respeito do assunto - "Resposta à pergunta: O que é Esclarecimento?" e "Ideia de uma História Universal com um propósito cosmopolita" - neles o autor enfatizou a responsabilidade coletiva e geracional desse processo capaz de elevar a espécie humana ao estágio no qual todas as capacidades advindas do uso da Razão estarão desenvolvidas ao máximo.

quais os intelectuais modernos) com a moderna e restrita noção de filósofo, como um agente social que se dedica a estudar e ensinar História da filosofia.

"Visão de mundo tipicamente moderna"

Essa breve menção a alguns preceitos do pensamento kantiano foi empreendida com o objetivo de fornecer as bases de compreensão daquilo que Bauman chama de "visão de mundo tipicamente moderna" (2010, p. 18). De forma geral, esse conceito expressa a forma de se perceber o mundo como "uma totalidade em essência ordenada" (BAUMAN, 2010, p. 18). Sob tal visão, o mundo natural é sempre apreendido como um objeto passível de ser compreendido objetivamente.¹⁵ Não é preciso uma digressão extensa para concluir que todo o arcabouço epistemológico e metodológico das ciências modernas, tão aludido por Carl Sagan, se constituiu a partir dessa forma compreender o mundo. Aliás, a defesa do método científico como a única abordagem legítima para a produção de "verdades declaradas" é o principal tema de suas conferências na Escócia. Para o autor, práticas que não obedecem à lógica da objetividade como doutrinas religiosas e experiências místicas são absolutamente desqualificadas. Em seu entendimento, apenas o método científico, pautado do uso da Razão, suporta o longo processo de descobertas e correções. Um exemplo dessa postura é a segunda palestra ministrada por Sagan em 1985. Em "Afastando-nos de Copérnico: um emburrecimento moderno", o autor destaca a importância do acúmulo de proposições, sempre sujeitas às correções, na história da transmissão do conhecimento científico sobre planetas, estrelas e galáxias.

Newton acreditava que a distribuição das órbitas cometárias era o estado natural e que era assim que os planetas teriam se movimentado se não tivesse havido intervenção. Ele acreditava que Deus havia estabelecido as condições iniciais para os planetas, fazendo-os circular o Sol na mesma direção no mesmo plano e rotarem num sentido compatível.

Essa, na realidade, não é uma conclusão lá muito boa. E Newton, que tinha uma percepção extraordinária em tantas áreas, não teve aqui.

As linhas gerais de uma solução para esse problema foram fornecidas, [...], por Immanuel Kant [...] depois da invenção do telescópio, portanto, depois da descoberta de que Saturno tem uma elegante sistema de anéis que o circulam [...]. (SAGAN, 2008, p. 63-4)

Além de Kant, outro *philosophe* mencionado por Sagan durante as conferências na Escócia foi David Hume. Nascido em Edimburgo no ano de 1711, Hume se mudou para França após concluir seus estudos na capital escocesa. Aproximou-se de Jean-Jacques Rousseau e em 1739 escreveu *Tratado da natureza humana*, obra na qual defendeu de forma resoluta o valor da experiência e se opôs aqueles que afirmavam que ser possível alcançar o conhecimento apenas por meio da Razão.

¹⁵ Vale lembrar que a partir da segunda metade do século XX, outro tipo de visão passa a dividir espaço com a "visão de mundo tipicamente moderna" na sociedade ocidental, no caso, a "visão de mundo pós-moderna". Nessa última, "a relatividade do conhecimento [...] é um traço duradouro do mundo" (BAUMAN, 2010, p. 19). A respeito da coexistência, sobreposição ou mesmo inconclusividade na constituição desses dois modos de "visão de mundo" ver crítica de LATOUR, Bruno. *Jamais Fomos Modernos: ensaio de antropologia simétrica*. São Paulo: Editora 34, 2013

Uma breve retomada da trajetória profissional de Sagan pode evidenciar que a sua menção a Hume na ocasião das *Gifford Lectures* não pode não ter sido fortuita. Desde a publicação de sua primeira obra dirigida ao público leigo publicada em 1961, *Intelligent life in Universe*, Sagan aventava a possibilidade da existência de um milhão de "civilizações tecnológicas" em nossa galáxia ou de vida sob a superfície lunar. Hipótese essa, retomada na quarta conferência em Glasgow (SAGAN, 2008, p. 123-144). Com efeito, por conta do natureza de suas formulações, o astrônomo recebeu críticas intensas ao longo de toda sua carreira como cientista e como divulgador contra seu estilo desinibidamente especulativo. Assim, a menção a Hume, pensador conhecido precisamente pela acentuada argumentação a favor da necessidade de evidências empíricas para confirmação de formulações teóricas, pode ser lida como uma forma de reação encontrada por Sagan para se defender da suspeição e objeção com que boa parte de seus pares da comunidade científica se pronunciava acerca de seu trabalho. De fato, o que se observa em uma visão panorâmica sobre a série de palestras nas *Gifford Lectures* é o fortalecimento de um discurso que advoga a clara demarcação entre conhecimento científico e não científico. O primeiro reivindica o pensamento lógico, racional e cético, e, sobretudo, a presença de evidências (SAGAN, 2008, p. 21). Enquanto o segundo é movido pelas emoções.

Assim, na palestra sugestivamente denominada, "Folclore extraterrestre: implicações na evolução da religião", Sagan, um orador bastante experiente em relação à variedade de públicos, escolheu o escocês David Hume como exemplo de raciocínio científico e comprometimento com as *evidências*, justamente ao discursar no seio da academia escocesa. Conforme, o próprio Sagan confessou na ocasião, o assunto da conferência envolvia certo apelo emocional de sua parte: a possibilidade da existência de vida fora do planeta Terra. "Mas sustento que, [...] uma tendência básica fica clara, a de que nesse tipo de caso (quando se quer acreditar que algo é verdadeiro) estamos enormemente vulneráveis a mal-entendidos, a erros de avaliação. Não é muito diferente aquilo que chamado de milagre" (SAGAN, 2008, p. 155). Na sequência, ele analisou trechos de Hume retirados do capítulo "Dos milagres", parte da obra *Investigação sobre o entendimento humano*:

Quando alguém me diz ter visto um morto recuperar a vida, imediatamente penso comigo mesmo se é mais provável que essa pessoa queira enganar ou esteja enganada ou o fato que ela está contando ter realmente acontecido. [...]

Os muitos exemplos de milagres, profecias e eventos sobrenaturais forjados, que em todas as épocas foram detectados ou por provas em contrário ou por si mesmos, pelo seu caráter de absurdo são comprovação suficientemente da forte propensão da humanidade para o extraordinário e o maravilhoso (HUME. Apud. SAGAN, 2008, p. 156).

Ao parafrasear essa passagem, Sagan sublinha sua própria filiação à tradição humeana de pensamento. Ele demarca sua visão: a investigação dos fenômenos, independentemente da natureza deles – na circunstância em questão, a possibilidade de vida extraterrestre ou testemunhos de aparições de OVINIs –

exige observação, experimentação. Além disso, tal como exemplifica o autor ao mencionar o trecho de Hume, sem o bom uso da Razão não se pode conhecer “verdadeiramente”. É preciso raciocinar se “é mais provável” estar enganado ou o fenômeno acontecer? No caso de dúvidas, apenas evidências, (“provas”) podem atestar a verdade de um conhecimento. Novamente, a questão a ser destacada é a necessidade, divisada por Hume, de se assegurar a correção do conhecimento obtido por meio de impressões. Nas palavras de Sagan é preciso que o trabalho de investigação seja “pós-conceitual”. A formulação de um juízo é sempre posterior ao exame das evidências (SAGAN, 2008, p. 155).

Entretanto, é importante esclarecer que a convicção iluminista na Razão como guia dos homens em todos os campos do conhecimento foi se modificando historicamente. De Hume e Kant a Sagan, a unidade da Razão se fragmentou. Discursos que separam os problemas do conhecimento em áreas distintas foram se constituindo. A partir do século XIX, reflexões sobre questões científicas, morais/éticas e estéticas passam, gradualmente, a gozar de certa autonomia entre si. As transformações políticas-econômicas também conquistam uma esfera discursiva própria (WEBER, 1965; BOURDIEU, 1974; 2004). Se o século XVIII foi a “Era da Razão”, o século seguinte foi a Era dos “enclaves especializados”, tal como afirmou Bauman (2010, p. 15). No contexto oitocentista, os interesses se tornaram mais parciais e as preocupações localizadas, assim, constitui-se a ideia de *especialista*. Dessa maneira, de acordo com Bauman (2010), a insurgência do termo “intelectual” no século XX serve justamente para re-aglutinar esses especialistas sob um propósito e uma responsabilidade comum.

O prestígio da Razão como condição capaz de levar a humanidade ao máximo de seu aperfeiçoamento parece ter se esgotado historicamente. Inclusive, o próprio Sagan afirmou em Glasgow que à medida que as verdades foram sendo desveladas, o protagonismo concebido pela e para a espécie humana foi perdendo espaço. Depois da “descoberta” da seleção natural por Charles Darwin e da publicação de *A origem das espécies* em 1859, “fomos rebaixados do centro para um papel incidental” (SAGAN, 2008, p. 59). Nem mesmo as “verdades declaradas” nas escrituras bíblicas sobreviveram às descobertas geológicas, paleontológicas que começaram a se acumular demonstrando que a Terra é muito mais antiga do que se supunha (SAGAN, 2008, p. 60).

A tônica das palestras de Sagan durante as *Gifford Lectures* era de aflição. Em diversos momentos ele insistiu que o conforto promovido por meio das “verdades declaradas” pela religião ou pelas pseudociência sem relação ao sentimento de medo frente ao desconhecido se tornou ainda mais perigoso depois da revolução tecnológica, depois da invenção das armas de destruição em massa e dos impactos ambientais proveniente de ações antropomórficas. “Acho que ignorar esse fato, *imaginar que todos os seres humanos são atores racionais na fase atual, é imensamente perigoso numa era de armas nucleares*” (SAGAN, 2008, p. 60. grifo nosso), alertou o autor. Entretanto, tal alerta não deve ser interpretado como um

indício de que a tradição pautada na Razão deixou de ser referência para sua atuação como cientistas e como divulgador.

Como adverte Bauman (2010, p. 43), a presença dos *philosophes*, "a memória, seu mito" [...] são em si mesmos um fator da autoconstituição e autorrecrutamento dos intelectuais do século XX."Um exemplo dessa "autoconstituição e autorrecrutamento" é a metáfora das "luzes", utilizada por Sagan no título do trabalho publicado meses antes da sua morte em 1996, *The Demon-Haunted World: Science as a Candle in the Dark* (O mundo assombrado pelos demônios: a ciência vista como uma vela no escuro). Não menos exemplar é a epígrafe de abertura da obra: "Esperamos pela luz, mas contemplamos a escuridão" ISAÍAS 59:9. Apud., SAGAN, 2006).

Considerações finais

O modelo metodológico de explanação sequencial aplicado no presente artigo permitiu divisar a inscrição do astrônomo norte americano numa tradição de pensamento consolidada no século XVIII. Grosso modo, tal tradição percebe o indivíduo como o único "ser" capaz de responder as perguntas que lhe são colocadas pela própria estupefação perante o mundo. A "descoberta" dessas respostas e o conhecimento das *verdades* sobre esse mundo misterioso não se daria através de revelação, mas, por meio do pensamento racional associado às evidências empíricas. Ainda de acordo com essa "visão de mundo tipicamente moderna", embora o processo de conhecimento tenha origem no indivíduo, ele se fortalece de forma coletiva e geracional, na medida em que a correção do conhecimento se aprimora. É o que Sagan (2017, p. 21) denomina como o "modo poderoso e elegante de compreender o universo chamado ciência", essencial para a erradicação das falsas verdades do misticismo religioso, as quais, em sua visão, aprisionam as pessoas. Por isso, tanto os *philosophes* setecentistas quanto Sagan consideravam imprescindível que a coletividade estivesse historicamente comprometida com a ciência. Pois assim, à medida que novas tecnologias fossem desenvolvidas e teorias aprimoradas, antigos erros de compreensão seriam corrigidos. Nesse sentido, durante as conferências em Glasgow, Sagan destacou a importância do gesto de reescrita da própria história, já que ela está sempre se transformando para se adequar às verdades de uma determinada época (SAGAN, 2008, p. 163).

Na parte final do presente artigo, destacou-se também que antiga concepção na unidade da Razão fora fragmentada depois da época de Hume e Kant. O século XIX institucionalizou a separação das áreas do conhecimento e o isolamento social e acadêmico dos homens de conhecimento. A ideia do *philosophe*, como alguém encarregado de pensar e projetar o melhor caminho para a sociedade foi sendo gradualmente substituído pelo especialista. Por sua vez, ao longo do século XX, o progresso tecnológico deixou de ser

considerado como indissociável do progresso moral e político. Dessa maneira, a busca por sistemas filosóficos que pretendiam abarcar a totalidade das questões humanas num grande todo (ético, metafísico, lógico, epistemológico e estético) se encerrou definitivamente.

Sagan enquanto intelectual se apresentou como portador de uma missão humanitária frente um presente aflitivo capaz de colocar em risco o futuro. Tentou reconciliar progresso científico e progresso social. Para isso, tal como um *philosophe* setecentista, transitou entre diversas áreas do conhecimento científico e tal como um intelectual do século XX, clamou para si a responsabilidade em relação à produção e disseminação de saberes. Construiu fama com discursos que versavam sobre a importância da ciência para melhorar as condições sociais e ampliar a compreensão histórica e metafísica que se tem sobre a espécie humana. Ademais, se dedicou às pesquisas, à docência, orientou alunos durante vinte e oito anos que esteve frente ao Laboratório de Estudos Planetários da Universidade de Cornell. No que toca a disseminação de conhecimentos sobre astronomia, seu currículo não teve precedentes, advogou intensamente acerca da relevância dessa ciência em todos os canais comunicacionais que encontrou. Além da luta pelo acúmulo do capital social característico ao campo científico, sua retórica objetivava causar impactos e transformar a sociedade - sobretudo a sua, a norte-americana - por meio daquilo que entendia como conhecimento “verdadeiro”.

Como se demonstrou, a forma como Sagan apreendia o mundo e o seu papel nele tinha raízes no século XVIII. Embora, o conhecimento sempre tenha sido utilizado como instrumentos de poder, foram os *philosophes* da Era da Razão que iniciaram as discussões sobre o melhor modo de se viver enquanto espécie livre das determinações religiosas. Contudo, depois de duas guerras mundiais, do Holocausto, da bomba atômica, e da intensificação dos impactos ambientais causados pela ação humana, a expectativa de sucesso da espécie humana enquanto totalidade não era a mesma daquela discutida pelos *philosophes*. A crença no progresso social por meio da aquisição de conhecimento se tornou menos plausível.

Sagan se empenhou ativamente para recuperar a confiança das pessoas no futuro. Durante a década de 1980, ficou conhecido pelo intenso ativismo contra a intensificação dos investimentos em bombas nucleares durante o governo de Ronald Reagan, presidente dos EUA de 1981 até 1989. Dessa forma, foi descrito por alguns como um nobre e destemido explorador destinado a descobrir a verdade, não importando o quão desafiadora fosse sua tarefa. Para outros, não passava de um fantoche do *establishment*, comprado com o dinheiro do governo e do setor industrial, cujas pesquisas estavam comprometidas por seu desejo de fama. Muitas foram as contradições construídas sobre sua imagem. Por ora, a intenção deste artigo foi levantar algumas questões que podem ser aprofundadas em pesquisas subsequentes, entre elas, a inscrição de Carl Sagan numa tradição de pensamento que tem ela mesma sua própria história, na qual figuram as ideias ocidentais de história, ciência, liberdade e razão.

Referências

Sites de instituições consultados

<https://www.ocf.berkeley.edu/~immer/books1970s>

<https://www.ocf.berkeley.edu/~immer/books1980s>

https://www.nasa.gov/about/highlights/what_does_nasa_do.html

<http://space.jpl.nasa.gov/msl/home.html>

<http://www.nasonline.org/about-nas/history>

<http://www.giffordlectures.org>

Bibliografia

ABBAGNANO, Nicola. "Razão", in. *Dicionário de filosofia*. Trad. Alfredo Bossi. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007

ACHENBACH, Joel. "Why Carl Sagan is Truly Irreplaceable". In. *Smithsonian Magazine*. March, 2014. Disponível em: <<https://www.smithsonianmag.com/science-nature/why-carl-sagan-truly-irreplaceable-80949818/>> acesso em 12 jun. 2020

BACZKO, Bronislaw. (org) *Une éducation pour la démocratie: Textes et projets révolutionnaires*, Paris, Garnier Frères, 1982

BAUMAN, Zygmunt. *Legisladores e intérpretes – sobre modernidade, pós-modernidade e intelectuais*. Trad. Renato Aguiar, Rio de Janeiro: Zahar, 2010

BOURDIEU, Pierre. "O Campo Científico". In: ORTIZ, Renato (org.) *Pierre Bourdieu – sociologia*. São Paulo: Ática, 1983

_____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: ed. Perspectiva, 1974

_____. *Os Usos Sociais da Ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

DERRIDA, Jacques. "Este perigoso suplemento". In. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 1973, p. 173-193

FAHY, Declan. *The New Celebrity Scientists: Out of the Lab and into the Limelight.* Maryland: Rowman&Littlefield Publishers, 2015

FOUCAULT, M. "Qu'est-ce que les Lumières?", Magazine Littéraire, nº 207, mai 1984, pp. 35-39. (Retirado do curso de 5 de Janeiro de 1983, no Collège de France). In. Michel. *Dits et Écrits*. Paris:

Gallimard, 1994, Vol. IV, pp. 679-688. Trad. Wanderson F. Nascimento. Disponível em <<http://michel-foucault.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/iluminismo.pdf>> acesso em 18 mai. 2020

HETHERINGTON, Norris. S. "Hawking", in. HEIBRON, J. L. (org), *The History of Modern Science*, Oxford Press University, 2003, p. 359

KANT, Immanuel. "Resposta à pergunta: O que é Esclarecimento?" In: KANT, Immanuel. *Textos seletos*. Trad. Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985

_____. "Ideia de uma História Universal com um propósito cosmopolita." trad. A. Morão, disponível em: <http://www.lusosofia.net/textos/kant_ideia_de_uma_historia_universal.pdf> acesso em 10 jun. 2020

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos Modernos*. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 2013.

LESSL. "The Priestly Voice". In: *Quarterly Journal of Speech*, vol. 75, 1989

POUNDSTONE, W. *Carl Sagan: A Life in the Cosmos*. New York, NY: Henry Holt, 1999

RINGER, Fritz. *O declínio dos mandarins alemães: a comunidade acadêmica alemã*. São Paulo: Edusp, 2000.

SAGAN; SHKLOVSKIĬ. *Intelligent life in Universe*. LA, California: Emerson Adams Presse, 1968.

SAGAN, C. *Cosmos*. Trad. Paulo Geiger. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

_____. *Variedades da experiência científica: uma visão pessoal da busca por Deus*. Trad. Fernanda Ravagnani. São Paulo: Companhia das Letras, 2008

_____. "Tantos sóis, tantos mundo", in. *Bilhões e Bilhões*. Trad. Rosaura Eichemberg,

VELASCO, Jorge. "Carl Sgan: Como conciliar ciencia y popularidad" in. *Revista de libros de la Fundacion Caja Madrid*. Nº. 55/56, jul-ago 2001

WEBER, M. *Essais sur la théorie de la science*. Paris: Plon, 1964

Recebido em 20/06/20 aceito para publicação em 06/08/20



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional.

Revista Vernáculo n.º 46 – segundo semestre/2020

ISSN 2317-4021

133

O uso de Histórias em Quadrinhos para o Ensino de História e Geografia

The use of comics for Teaching History and Geography

Flávia Jocowski Ravanello¹

Resumo: O artigo a seguir apresenta o uso de história em quadrinhos como metodologia de ensino das disciplinas de História e Geografia. Método que possibilita a investigação, tematização e problematização no processo de ensino aprendizagem. As histórias em quadrinhos estabelecem um suporte técnico e metodológico, como um facilitador do processo de ensino aprendizagem, efetivo no processo de apropriação do conhecimento pelo educando e pela educanda, para promover em sala de aula reflexões. As histórias em quadrinhos podem ser usadas como fonte documental, como produção material do conhecimento construído a partir da sua confecção e apoio para promover a reflexão dialética em sala de aula.

Palavra-chave: História em quadrinhos. Ensino Aprendizagem. Facilitador. Reflexões.

Abstract: The following research project presents the use of comics as a teaching methodology for the History and Geography disciplines. Method that enables the investigation, thematization and problematization in the teaching-learning process. The comics establish a technical and methodological support, as a facilitator of the teaching-learning process, effective in the process of knowledge appropriation by the student to promote reflections in the classroom. Comic books can be used as a documentary or material source, support to promote reflection in the classroom.

Keyword: Comics. Teaching Learning. Facilitator Reflections.

O objetivo deste artigo é evidenciar que, o trabalho de confecção de histórias em quadrinhos em sala de aula, é praticável no processo de ensino-aprendizagem nas disciplinas de História e Geografia. As histórias em quadrinhos apresentam uma forma efetiva de aprendizagem, auxiliando o professor em sua prática em sala de aula, porque fornecem uma metodologia assertiva para o processo de apropriação do conhecimento pelo educando e pela educanda. Os alunos e as alunas aprenderão de uma forma mais lúdica, conteúdos sobre a história das ações dos sujeitos históricos no tempo, nos espaços geográficos físicos e nos espaços construídos socialmente.

O propósito principal é oferecer um recurso didático que apresente uma possibilidade de construir o conhecimento, de uma forma divertida, mas, com uma dialética que proporcione as correlações com as realidades de cada discente e os conhecimentos científicos, estimulando assim, as múltiplas interpretações. O trabalho foi realizado com educandos e educandas, do 9º Ano - Ensino Fundamental II, visando à apresentação de conteúdos históricos, a problematização dos mesmos e a produção de histórias em quadrinhos realizada pelos alunos.

¹ Historiadora e Professora da Rede Pública de Ensino do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil.
Revista Vernáculo n.º 46 – segundo semestre/2020
ISSN 2317-4021

As HQ's são produzidas a partir da compreensão e interpretação dos fatos históricos e os espaços geográficos físicos ou sociais, onde esses fatos são construídos. Auxiliando a apropriação do conhecimento e despertando ainda, o aprofundamento do tema através de pesquisas realizadas pelos estudantes.

Portanto, utilizar as HQ's para o estudo de História e Geografia, tempo e espaço, contribuem para a compreensão do conteúdo, instigando os alunos a um pensamento reflexivo e crítico, promovendo o desenvolvimento do conhecimento.

As Histórias em Quadrinhos

As histórias em quadrinhos com conteúdos históricos e geográficos apresentadas em sala de aula para leitura e reflexão, são facilitadoras do processo de ensino aprendizagem, a partir da apresentação dos conteúdos e da construção do conhecimento pela estudante e pelo estudante. É de vital importância para o processo de ensino, que este seja diferenciado, onde os dados que são apresentados e são informados, possam se transformar verdadeiramente em conhecimento adquirido.

As HQ's podem ser utilizadas como fonte histórica, pois elas revelam formas de interpretação do mundo vinculadas a um momento, a um lugar ou a uma autoria. O estímulo à produção de HQ's como recurso didático pode colaborar no desenvolvimento de capacidades narrativas, de articulação entre o individual e coletivo, ou ainda revelar o ponto de vista de quem narra, neste caso a educanda ou o educando. Articulando a historicidade de cada estudante, o conhecimento histórico adquirido como conteúdo em sala, aproximando ambos com o processo de conhecimento histórico e as histórias em quadrinhos, que fazem parte da cultura juvenil. Segundo Marcelo Fronza,

As histórias em quadrinhos são compreendidas como artefatos narrativos da cultura juvenil que permitem aos jovens desenvolver uma relação de intersubjetividade com o conhecimento histórico. Por isso, é vital investigar o que, para os jovens, é plausível nas narrativas históricas gráficas e qual é a especificidade que a relação de intersubjetividade com a História fornece no processo de formação de sua identidade. Entendo que a cultura juvenil, no âmbito da cultura escolar, manifesta, nos estudantes, uma determinada forma de operar historicamente com os quadrinhos. (FRONZA, 2016).

As HQ's, em grande medida, fazem parte de nossa cultura, sobretudo, da juvenil, nesta direção é ampla a possibilidade das estudantes e dos estudantes se identificarem com elas. Os jovens podem estruturar a absorção do conhecimento histórico em sequências de imagens, sendo essas sequências a materialização do pensamento histórico. Ao fazerem a leitura de histórias em quadrinhos que apresentem uma correlação com o contexto histórico abordado pelo professor, os educandos e as educandas, podem desenvolver suas próprias HQ's, com o ponto de vista e lugar de fala do aluno ou da aluna.

A história da humanidade está intimamente ligada à história das imagens. Desde os primeiros registros de arte rupestre em cavernas, vestígios do homem nos artefatos encontrados, como as pinturas em cerâmicas gregas, dos relevos romanos à perspectiva, ou a falta dela na pintura medieval, arte bizantina, renascimento, na arte moderna ou nas imagens que todos os dias invadem nossas vidas pela televisão, vídeos, fotografias, outdoor's, redes sociais, álbuns, histórias em quadrinhos e etc. Entende-se que desde os primórdios o homem “transformou a parede das cavernas em um grande mural, em que registrava elementos de comunicação para seus contemporâneos” (VERGUEIRO, 2012). Portanto, os seres humanos sempre tiveram necessidade de enviar algum tipo de mensagem por imagens. É possível observar que ainda hoje, a forma como as pessoas se portam em sociedade, ou as roupas que vestem, o tipo de fotos nas redes sociais, variam dependendo da imagem, intenção ou significado que querem passar.

A história da história... em quadrinhos

A história das HQ's teve sua origem em 1827, com a criação pelo suíço Rodolphe Töpffer, *L'Histoire de M. Vieux-Bois*, publicada pela primeira vez em Genebra, Suíça em 1837. Em 1865, na Alemanha, surgem os personagens *Max und Moritz*, de Wilhelm Busch, que narra as travessuras de dois meninos através de desenhos e quadrinhos (no Brasil em 1915, Juca e Chico – *A História de Dois Meninos em Sete Travessuras*, a tradução para o português foi feita por Olavo Bilac). Em 1893, na França, Christophe (Marie-Louis-Georges Colomb) publica *La Famille Fénouillard*, história das viagens burlescas de uma típica família burguesa, através de desenhos e textos curtos. A 16 de Fevereiro de 1896, no suplemento dominical do New York World, Richard Fenton Outcault lança *The Yellow Kid*, menino de traços orientais e vestido de amarelo (a cor foi escolhida por oferecer menos problemas de secagem). Em 1897, inspirando-se em Busch, Rudolph Dirks (*alemão naturalizado norte-americano*), publica pela primeira vez nos EUA a história em quadrinhos sobre os *Katzenjammer Kids* (no Brasil, 1950, *Os Sobrinhos do Capitão*), que são alemães e falam um inglês estranho; Dirks inaugura o uso de balões para o diálogo. (LOVRETO, 2011).

No Brasil, as histórias em quadrinhos tiveram seu marco inicial nos desenhos do ítalo-brasileiro Angelo Agostini. O primeiro capítulo de *As Aventuras de Nhô Quim* ou *Impressões de uma Viagem à Corte* datam de 1869, esta série foi considerada por muitos estudiosos como sendo a primeira HQ realmente desenvolvida e publicada no Brasil (CARDOSO 2002, CIRNE 1990, PATATI & BRAGA, 2006). Em homenagem a história em quadrinhos, *As Aventuras de Nhô-Quim*, foi estabelecido o dia 30 de Janeiro, como o Dia do Quadrinho Nacional. Em 11 de Outubro de 1905, é lançada o *Tico-Tico*² a primeira revista brasileira de quadrinhos para crianças. A revistinha despertou o hábito de leitura nas crianças e nos jovens da época, fato digno de nota, pois a população brasileira de então tinha 70% de analfabetos. No Brasil,

² Revista Desvendando a História, Centenário da Revista Infanto-Juvenil *Tico-Tico*
Revista Vernáculo n.º 46 – segundo semestre/2020
ISSN 2317-4021

posteriormente surgiram os quadrinhos da *A turma da Mônica*, de Maurício de Souza, uma leitura despreocupada que contribuía com momentos de fruição, fazendo parte da infância e consequentemente do imaginário infantil-juvenil (CIRNE 1990).

Muitas HQ's podem ser utilizadas em sala de aula como fonte histórica do momento em que foram produzidas, pois são testemunhos de uma época e lugar, olhando o passado, presente e ou futuro. Como conteúdo histórico didático ou como instrumento metodológico para aproveitamento dos conteúdos.

Algumas histórias em quadrinhos são excelentes para o processo de ensino aprendizagem, pois podem servir de inspiração para os discentes entenderem, como colocar os eventos históricos em formato de HQ's. Neste caso as histórias em quadrinhos como: *Adeus, Chamigo Brasileiro*, (TORAL, 1999), que é uma história ambientada na Guerra do Paraguai; *O Diário de Anne Frank*, (FOLMAN, POLONSKY, 2017), conteúdo histórico, uma narrativa do cotidiano da família de Anne Frank, que tenta se esconder do regime nazista em meio à Segunda Guerra Mundial, e o dia a dia no campo de concentração Bergen-Belsen, na Alemanha, onde Anne viveu com a irmã até a sua morte. Também, *As Barbas do Imperador*, (SCHWACZ, e Spacca, 2013), História do Brasil, a vida e reinado do imperador D. Pedro II do Brasil, desde seu nascimento até sua morte, analisando a imagem do monarca e sua personalidade pessoal. Assim, como a História da Revolta da Chibata (HEMETÉRIO; GADELHA, 2009), narrada com idas e vindas cronológicas, a partir de flashbacks do velho João Cândido no período em que esteve internado na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, podem ser exemplos de narrativas de eventos históricos.

A disciplina de História infelizmente, tende a abranger a formação cultural das elites, fazendo relatos de heróis nacionais, práticas cívicas, simbolismos sobre a pátria entre outras questões. Entretanto, as várias transformações em nossa sociedade, trouxeram uma nova concepção para a disciplina de História. A Escola nova recomendou modificações na proposta do ensino da disciplina de História, fazendo surgir possibilidades metodológicas investigativas, críticas e possibilitando o raciocínio lógico sobre os contextos históricos a serem analisados. Historiadores e historiadoras passaram a repensar sua metodologia e os fatos históricos deixaram de ser super valorizados, surgindo assim novas tendências historiográficas e novas teorias.

A Escola dos “Annales”, que se apresentou como uma forte corrente historiográfica, voltou-se para a história de longa duração, onde além da política, também a economia e o cotidiano das pessoas eram fontes de pesquisa. Essa nova proposta aproximou a História de outras disciplinas, como por exemplo, a Geografia e o estudo dos espaços geográficos. Na Geografia o estudo não somente do espaço físico, geográfico terrestre, mas, que compreende o espaço social das pessoas, transformado e produzido pela sociedade humana, suas visões de mundo e intencionalidades. Com a aproximação da História e Geografia, assim como outras disciplinas, foram feitos levantamentos diferenciados e aplicações de metodologias de

pesquisas diversificadas, objetivando chegar a uma ou varias respostas sobre questionamentos históricos, geográficos ou sociais.

Essa nova proposta da disciplina de História priorizou o estudo do cotidiano dos sujeitos históricos ao longo do tempo, levantando discussões políticas significativas que influenciaram as formas do processo de ensino aprendizagem dos conteúdos históricos. Neste sentido, novas propostas curriculares surgiram com a produção dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), nos quais estão os indicativos de vários instrumentos metodológicos para o ensino da disciplina de História. Os PCNs norteiam um seguimento para disciplina de História, onde priorizam a história presente no movimento sociocultural, o homem como ser social, histórico, sujeito de sua própria historia. Os estudantes percebem que são construtores desta história, fazendo parte do desenvolvimento social, deixando suas marcas na sociedade em que estão inseridos. Estabelecido pelos PCN's:

A investigação histórica passou a considerar a importância da utilização de outras fontes documentais, além da escrita, aperfeiçoando métodos de interpretação que abrangem os vários registros produzidos. A comunicação entre os homens, além de escrita, é oral, gestual, sonora e pictórica (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1998: 21).

Os professores e as professoras devem inserir na prática de sala de aula uma diversidade de enfoques e mecanismos que auxiliem o processo de apropriação dos conhecimentos de uma forma contínua e transformadora. Para tal, o objetivo da História deixa de ser o conhecer o passado de forma passiva, para se tornar o estudo da relação entre presente e passado, suas rupturas e continuidades. Com pesquisas e ferramentas que propiciam a construção de uma visão histórica nova, libertando-se de conceitos pré-concebidos. As histórias em quadrinhos disponibilizam um mecanismo de aprendizagem facilitador:

Atualmente, é muito comum a publicação de livros didáticos, em praticamente todas as áreas, que fazem farta utilização das histórias em quadrinhos para transmissão de seu conteúdo. No Brasil, principalmente após a avaliação realizada pelo Ministério da Educação a partir de meados dos anos de 1990, muitos autores de livros didáticos passaram a diversificar a linguagem no que diz respeito aos textos informativos e às atividades apresentadas como complementares para os alunos, incorporando a linguagem dos quadrinhos em suas produções. (RAMA, VERGUEIRO, 2012, p.14).

As histórias em quadrinhos são um meio quase ilimitado de aprendizagem, cabendo a criatividade de cada educador e educadora a utilização deste recurso didático. Os educadores e educandos no processo de construção do conhecimento devem adaptar novas formas de interação critica e consciente. Construindo cenários e personagens, o tema ganha mais movimento e ação, possibilitando ao estudante dialogar com os conteúdos. A História apresenta os acontecimentos dos sujeitos históricos nos tempos sociais e a Geografia ilustra o espaço físico e social, onde estes sujeitos escrevem sua história. Segundo Roberto Elísio Santos

(2001), ao utilizar as histórias em quadrinhos (ela mesma um objeto de ludicidade) entende-se a forma como o homem utiliza meios e técnicas para facilitar e inovar seu trabalho. O tema, para a formulação de jogos dramáticos, pode-se conseguir um rendimento maior e uma integração mais espontânea do grupo de alunos. Santos, ainda alerta, para a grande necessidade dos educadores e educadoras, melhor compreenderem e explorarem o uso das histórias em quadrinhos. Ele ressalta que possivelmente a criança que não se entusiasma em ler uma história em quadrinhos, dificilmente se sentirá disposta a enfrentar textos didáticos, literários ou informativos.

Marcelo Fronza (2016) destaca que investigar como a verdade histórica e a intersubjetividade estão relacionadas com a forma como os jovens tomam o conhecimento para si a partir destes conceitos, é necessária para compreender as ideias históricas – tais como intersubjetividade e a verdade histórica – produzida por jovens estudantes. E reitera que, por meio da aprendizagem histórica com histórias em quadrinhos, as narrativas gráficas falam por si mesmas, pois são naturezas mortas mobilizadas pelas ideias históricas dos sujeitos.

Waldomiro Vergueiro enfatiza juntamente com Ângela Rama (2012), que tanto a sequência didática, quanto à diversificação de linguagens, são facilitadoras do processo de aprendizagem, corroborando assim com o descrito nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's). Porém, Waldomiro enfatiza que, apesar do empenho dos educadores, do aval e incentivo dos PCNs e da compra e distribuição, por meio do Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE), a utilização dos quadrinhos na educação ainda necessita de reflexões que auxiliem o desenvolvimento de práticas educacionais positivas e que resultem num processo de ensino aprendizagem realmente efetivo. Dentro das práticas educacionais que podem realmente ser efetivas, as HQ's como leitura de um contexto histórico, como fonte histórica ou as produzidas pelos educandos e educandas, está entre um dos mais efetivos instrumentos metodológicos no processo de ensino aprendizagem das disciplinas de História e Geografia. No entanto, Moacir Cirne (1990), destaca a importância de entendermos que, os quadrinhos são uma prática social que se relaciona no processo histórico e o projeto político de uma dada sociedade.

A confecção de história em quadrinhos realizada pelos alunos e pelas alunas, precisa levar em consideração o contexto histórico estudado, mas é bastante nítido que o desempenho está relacionado a criatividade Segundo José Alberto Lovetro (2011) “qualquer criança rabisca algo, se dermos para ela um lápis e papel”. A presença do traço, do desenho, da arte está ligada ao raciocínio do ser humano desde os seus primeiros anos de vida. Portanto, é natural que a criança ou o adolescente sintam-se atraídos por esta leitura ou confecção de HQ's.

As Histórias em Quadrinhos como recurso didático

O argumento aqui esposado é o de tomar a produção de HQ's como recurso didático para as disciplinas de História e Geografia, com efeito, toma-se neste momento um estudo de caso. A experiência realizada em uma turma do nono ano do Ensino Fundamental – II, de uma escola da rede pública de Curitiba-Pr. Observando que muitos alunos e alunas gostavam de desenhar, foi proposto trabalhar o conteúdo referente à Segunda Guerra Mundial a partir da produção de HQ's.

Como isso funcionaria?

Inicialmente, levei para a sala de aula alguns exemplares de histórias em quadrinhos disponíveis na biblioteca da escola, os mais conhecidos, para que todos pudessem absorver a ideia, de como trabalhar um tema histórico no formato de histórias em quadrinhos. Depois, retomei o conteúdo e apresentei a história em Quadrinhos *O Diário de Anne Frank*, que como já citado neste texto, fala sobre a Segunda Guerra Mundial.

Posteriormente, os alunos realizaram a leitura da história em quadrinhos de Anne Frank em duas aulas seguidas e dialogamos coletivamente a respeito do conteúdo. Após o debate a cerca do contexto histórico abordado e a maioria das dúvidas sanadas, o último grande questionamento dos alunos foi: como fazer uma história em quadrinhos se alguns não sabiam desenhar? Expliquei então, que a ênfase daquela atividade não era avaliar os atributos técnicos em desenho de cada aluno, mas sim, trabalhar com a expressão que cada educando ou educanda, poderia atribuir a determinado tema ou contexto histórico.

Os resultados foram excelentes. Todos os alunos realizaram a atividade com total fruição. Foram apresentadas histórias em quadrinhos, com contexto histórico coerente e a utilização de certa comicidade dentro do contexto histórico (na maioria dos trabalhos apresentados).

É importante ressaltar que, neste processo de trabalho com HQ's, o ensino de História em sala de aula deve priorizar a coletividade dialógica. Deve-se criar um espaço para que os alunos não apenas recebam as informações, sentados e calados, mas que exista uma interação, uma dinamicidade participativa para que o processo de ensino aprendizagem seja realmente efetivo. Ao professor, a professora cabe selecionar os materiais, trazer para sala de aula a problematização necessária e incentivar as investigações históricas e geográficas. Proporcionar a análise do contexto de estudos populares e eruditos, estabelecendo uma forma de aprendizagem com linguagens contemporâneas, desenvolvendo a criticidade e a emancipação dos educandos e das educandas. Sendo o objetivo final, estabelecer a materialização em formato de histórias em quadrinhos, produzidos pelos estudantes, assim, os alunos podem expressar os seus conhecimentos com criatividade, senso-crítico e interpretativo.

Considerações finais

As possibilidades de trabalho em sala de aula com o uso das histórias em quadrinhos são ilimitadas, sua utilização no estudo de História e Geografia, como recurso para que a prática pedagógica torne-se mais

abrangente nos percursos da aprendizagem é muito ampla. As histórias em quadrinhos trabalham os conteúdos de forma imaginativa, narrativas históricas complementadas por composições materiais lúdicas, uma forma divertida e prazerosa de aprendizado. Contextualizando o cotidiano do aluno e os conteúdos das disciplinas de História e Geografia no tempo e espaço, proporcionando uma correlação com a vivência de cada educando e educanda, como sujeito histórico individual, com sua própria vivência dentro de uma sociedade, dentro de um espaço construído socialmente, realizando dialeticamente correlações com os saberes históricos científicos. Os conteúdos ganham ação e movimento, deixando de ser apenas leitura de acontecimentos para incorporar não somente o imaginativo do aluno mais suas dialéticas com a realidade.

As histórias em quadrinhos possuem a dinâmica dos movimentos imaginativos e tem uma liberdade maior de brincar com os personagens, facilitando as possíveis formas de trabalhar os diversos contextos estudados e as interpretações, criando nos estudantes uma liberdade maior de reflexão e contestação, gerando seu próprio conhecimento.

Na disciplina de História, por exemplo, muitos personagens e situações tornam-se mais próximos do educando e da educanda, quando se têm mais informações sobre as peculiaridades, as particularidades destes elementos são importantes para compor uma HQ. Logo, nota-se neste ponto um estímulo ao espírito investigativo. Uma vez que o espírito investigativo é fundamental para conseguir as informações necessárias para fornecer maior complexidade às personagens. Somos seres visuais e as imagens fornecem mais autenticidade aos conteúdos estudados, aprofundando nossos conceitos imaginativos e lúdicos.

Referências

CARDOSO, Athos Eichler. **As Aventuras de Nhô-Quim & Caipora: os primeiros quadrinhos brasileiros 1869-1883**/ Angelo Agostini. Brasília/DF: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

CIRNE, Moacy. **História e Crítica dos Quadrinhos Brasileiros**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Europa & FUNARTE, 1990.

FOLMAN, Ari; POLONSKY, David. **O diário de Anne Frank**. 3. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2017.

FRONZA, Marcelo. **As possibilidades investigativas da aprendizagem histórica de jovens estudantes a partir das histórias em quadrinhos**, 2016.

HEMETÉRIO; GADELHA, Olinto. **Chibata! João Cândido e a revolta que abalou o Brasil**. São Paulo: Conrad, 2009.

PATATI, Carlos; BRAGA, Flávio. **Almanaque dos quadrinhos: 100 anos de uma mídia popular**. Rio de Janeiro, RJ: Ediouro, 2006.

RAMA, Ângela (Org.); VERGUEIRO, Waldomiro (Org.). **Como Usar as Histórias em Quadrinhos na Sala de Aula**. Ed. contexto. 2012

LOVETRO, Jose Alberto. **Origens das histórias em quadrinhos**. In: TV Escola/Salto para o futuro. História em quadrinhos: um recurso de aprendizagem. Ano XXI, Boletim 01, abr. 2011.

SANTOS, Roberto Elísio. **Aplicação da história em quadrinhos**. Rev. Univerciência. Vol.08. nº 22, São Paulo: 2001. Disponível em: Acessado em 05 de agosto 2012.

SCHWACZ, Lilia Moritz e Spacca. **As Barbas do Imperador**. 1a ed. São Paulo : Companhia das Letras, 2013.

TORAL, André. **Adeus, Chamigo brasileiro** – uma história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

VEGUEIRO, W. (orgs.). **Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

Recebido em 29/08/19 aceito para publicação em 16/07/20



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional.

**Revista Vernáculo n.º 46,
2.º sem. 2020
Publicado em novembro de 2020
ISSN 2317-4021
<http://revistas.ufpr.br/vernaculo>**



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional.

Revista Vernáculo n.º 46 – segundo semestre/2020
ISSN 2317-4021